

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

***AS DOUTORAS: A REPERCUSSÃO DA FORMATURA EM MEDICINA DE
ERMELINDA LOPES DE VASCONCELLOS NO FINAL DO SÉCULO XIX (1880-
1890)***

THAÍS MARCELLO DE ALMEIDA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

As Doutoradas: a repercussão da formatura em medicina de Ermelinda Lopes de Vasconcellos no final do século XIX (1880-1890)

THAÍS MARCELLO DE ALMEIDA

Sob a orientação da Professora Doutora

Fabiane Popinigis

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração: Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.



UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A447d Almeida, Thais Marcello de , 1993-
As Dotoras: A repercussão da formatura em
medicina de Ermelinda Lopes de Vasconcelos no final
do século XIX (1880-1890) / Thais Marcello de
Almeida. - Seropédica, 2019.
134 f.

Orientadora: Fabiane Popinigis.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Historia, 2019.

1. Dotoras. 2. Mulheres. 3. Medicina. 4. Gênero.
I. Popinigis, Fabiane, 1972-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em
Historia III. Título.

As Doutoradas: a repercussão da formatura em medicina de Ermelinda Lopes de Vasconcellos no final do século XIX (1880-1890)

Thaís Marcello de Almeida

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Popinigis

Dossiê de Defesa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado por:

Presidente, Profa. Dra. Fabiane Popinigis

Profa. Dra. Cristiana Schettini Pereira

Profa. Dra. Adriana Barreto de Souza

Ao meu Avô, Diomar Teixeira de Almeida (in memoriam)

E' tempo de acabarmos com a rotina! E' tempo que as senhoras compreendam que podem prestar grandes serviços a humanidade, quando não o poder fazer a familia exclusivamente segundo as suas condições sociaes.

(Dr. Carlos Costa)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Fabiane Popinigis, por toda a paciência e pelas contribuições valiosíssimas para que essa pesquisa fosse construindo-se e aperfeiçoando-se. Muito obrigada por tudo. Além do mais, agradeço aos professores do PPGH e às professoras que participaram da minha banca.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro. Que a educação pública, gratuita e de qualidade resista! Certamente, sem a bolsa de pesquisa eu não conseguiria concluir o mestrado. Que políticas públicas de auxílio à permanência estudantil sejam direito de todos!

Agradeço aos colegas do mestrado, tanto os que ingressarem comigo em 2017, como os do grupo de pesquisa. As discussões e análises realizadas foram importantíssimas.

Não poderia deixar de agradecer especialmente a Marcela Oliveira, que tanto apoio me deu ao longo de todo o processo de escrita – desde o processo seletivo até o fim da dissertação. Obrigada, amiga! Agradeço ainda aos amigos-historiadores que a Rural me concedeu: Monica Meneses, Bruna Doimo, Laura Motta, Caio Cesar, Leonam Monteiro, Luisa Cordeiro, Ellen Ribeiro, Camila Andrieto e Carolina Mota. Obrigada pela paciência, pelas leituras do meu trabalho e pelos momentos juntos.

Agradeço aos meus amigos que compreenderam minha ausência em alguns momentos. A benevolência e apoio de vocês foi muito importante nesse processo. Infelizmente, não consigo citar todos, mas, saibam do carinho que tenho por vocês. Deixo um agradecimento especial a: Adria Pamplona, Gabriel Belfi, Pricilaine Oliveira, Vanessa Trezena e ao meu melhor amigo, Paulo Vitor Figueiredo, por sempre acreditar em mim e me incentivar.

Por fim, agradeço as melhores pessoas da minha vida: minha família. A algumas mulheres fortes que tenho orgulho: Minhas tias, minhas avós (Adélia e Rita), minha prima Daniele e a Sandra Figueiredo. E agradeço em especial àqueles que mais amo: meus pais (Georgina e Gilmar). Obrigada por todo apoio dado, principalmente emocional. E àqueles que tenho como meus segundos pais: Leni e Jorge.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

ALMEIDA, Thaís Marcello de Almeida. *As Doutoradas: A repercussão da formatura em medicina de Ermelinda Lopes de Vasconcellos no final do século XIX (1880-1890)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo Ermelinda Lopes de Vasconcellos. Busco investigar a repercussão de sua formatura na área médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, através dos periódicos cariocas e do carnaval de 1889. Diante disso, discuto o contexto social em que Ermelinda se formou e como foi possível seguir com sua carreira, ou seja, quais estratégias ela utilizou e quais dificuldades enfrentou? O recorte temporal compreendo os anos de 1880 a 1890, posto que, visó evidenciar os discursos sobre sua formatura e sobre a inserção feminina na carreira médica. Assim, através da análise de Ermelinda, busco compreender os mecanismos de exclusão de gênero e classe presentes no campo da medicina e no imaginário social da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Doutoradas; Mulheres; Medicina; Gênero.

ABSTRACT

ALMEIDA, Thaís Marcello de Almeida. **The Doctors: The repercussion of Ermelinda Lopes de Vasconcellos' medicine graduation in the of 19th century (1880-1890)**. 2019. Dissertation (Masters Degree in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

This study has as a study object Ermelinda Lopes de Vasconcellos. I plan to investigate the repercussion of her graduation in Medicine at the "Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro" in 1888, through cariocas newspapers and Carnival of 1889. From that, I discuss the social context that Ermelinda graduated and how was it possible for her to pursue her career, in other words, how were the strategies she used and which were her difficulties? As for the time cutting, I opted for the years from 1880 to 1890, in that way, I try to put into evidence the speeches about her graduation and about the female introduction into the doctor's career. Thus, through Ermelinda's analysis, I try to understand the mechanisms of gender and class exclusion in the medicine field and social imaginary in the second half of the 19th century.

Keywords: Doctors; Women; Medicine; Gender

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	17
A MEDICINA NO SÉCULO XIX: UM CAMPO DE DISPUTA	17
1. A construção da medicina como saber institucionalizado na primeira metade do século XIX.	18
2. A Academia Nacional de Medicina como espaço da elite médica	25
3. As práticas médicas oficiais e a coexistência das demais formas de cura popular no século XIX	27
4. Uma reserva de mercado: o exercício da medicina e o papel das teses médicas sobre as mulheres no processo de consolidação da institucionalização da profissão	37
CAPÍTULO II	44
O PROCESSO DE INSERÇÃO FEMININA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX	44
1. A construção do curso de ciências jurídicas no Brasil.....	44
2. As primeiras mulheres a ingressarem no curso de Direito no Brasil.....	46
2.1 Myrthes Gomes de Campos: primeira mulher a exercer a carreira jurídica no Brasil....	54
3. As pioneiras da medicina no século XIX.....	58
3. <i>A Mãe de Família</i> e as proposições do médico Carlos Costa sobre o papel feminino	63
3.1 As proposições de Carlos Costa sobre a educação feminina	68
CAPÍTULO III.....	77
<i>MUNDO ÀS AVESSAS: A REPERCUSSÃO DA FORMATURA DE ERMELINDA LOPES DE VASCONCELLOS EM MEDICINA</i>	77
1. O mundo as avessas: As Doutoradas no Carnaval do Clube dos Democráticos em 1889 ..	77
2. Médicas pioneiras e suas estratégias de legitimação num campo majoritariamente masculino.	89
3. O exercício da medicina no final do século XIX: considerações sobre o caso de Ermelinda Lopes de Vasconcellos.....	97
3.1 A repercussão da formatura de Ermelinda L. de Vasconcellos nos periódicos cariocas .	99
3.2 <i>As croniquetas</i> de Eloy, o Herói em defesa da inserção de Ermelinda na medicina....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
Fontes.....	126
Bibliografia Geral	127

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, a historiadora Michelle Perrot levantou uma crítica à historiografia por apontar que houve um “esquecimento” do saber historiográfico em relação à história das mulheres, denunciando que o conhecimento histórico, até então, preocupava-se, em sua maioria, em analisar a história olhando apenas para o(s) “homem(ns)”, sem levar em conta as mulheres, e ainda, sem pensar nas relações sociais entre homens e mulheres. Contudo, Gláucia Fraccaro, em sua tese, aponta que desde a crítica de Perrot até hoje esse silêncio já foi rompido.¹ Quando pensamos na produção historiográfica brasileira, observamos que o campo da história das mulheres tem sido amplamente discutido e analisado, contribuindo para depreender a mulher e suas múltiplas identidades e dimensões no processo histórico.

Para Margareth Rago, a produção historiográfica que inclui e se dedica a pensar as mulheres na história está associada as demandas do movimento feminista a partir dos anos 70 e a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho.² De fato, esses dois acontecimentos tiveram relevância para a construção de uma história que se dedica a pensar as mulheres no processo histórico. Contudo, acredito que apenas esses dois acontecimentos não são suficientes para explicar o movimento de inclusão das mulheres na historiografia brasileira, posto que, com relação ao trabalho feminino, sabe-se que as mulheres sempre trabalharam, portanto, concluir que a história se dedicou a investigá-las somente pela entrada maciça no mercado de trabalho é insuficiente. Quanto ao feminismo, de fato, acredito que a partir da década de 70, a demanda desse movimento incluiu novas pautas que se refletiram nos trabalhos acadêmicos. Porém, da mesma forma, não acredito que isso dê conta de compreender a inclusão das mulheres na história, pois o feminismo brasileiro já vinha se construindo e trazendo questões femininas/maternas/das trabalhadoras desde os anos 1920.³

Minha intenção não é desconsiderar a importância desses dois acontecimentos supracitados por Margareth Rago. Sem dúvida, o movimento feminista da década de 70 bem como o aumento das mulheres no mercado do trabalho foram fundamentais para a consolidação da história das mulheres. Entretanto, acredito que o fator principal para a inclusão das mulheres no trabalho histórico foram as novas questões levantadas. A pesquisa histórica é movida pelas

¹ FRACCARO, Gláucia. Os Direitos das Mulheres - Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social/Universidade Estadual de Campinas (IFCH), 2016. (tese), p. 18.

² RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995, pg. 81.

³ Para mais informações, ver: FRACCARO, Gláucia. Os Direitos das Mulheres - Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social/Universidade Estadual de Campinas (IFCH), 2016. (tese)

indagações dos(as) historiadores(as) e tais questionamentos são fruto da experiência do(a) pesquisador(a) e do meio social em que esse está imerso. Dessa forma, as historiadoras feministas se depararam, a partir das suas experiências e do meio social que estavam inseridas com inquietações e questões que influenciaram suas produções acadêmicas.

Outro fator importante para a inclusão das mulheres e de novas perspectivas na historiografia diz respeito aos novos caminhos percorridos pela história social do trabalho brasileiro a partir da década de 1980. Autores como Maria Celia Paoli, Eder Sáder, Vera da Silva Telles, Alvaro Nascimento, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva destacam que a partir da década de 80 começou um processo de mudança de paradigmas, isto é, constataram a existência de uma ruptura na produção intelectual e atribuíram esse novo tipo de abordagem e o surgimento de novos temas às transformações sociais.⁴

Ficou evidente entre os pesquisadores que a historiografia até finais dos anos 70 fora marcada por um paradigma denominado *paradigma da ausência*, em que os escravos e os trabalhadores livres não eram interpretados como sujeitos históricos. A partir da observação das greves de massas em 1978, novas questões surgiram, levando à ruptura com o *paradigma da ausência* e a criação de um novo modelo historiográfico: o *paradigma da agência*. De acordo com Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, nesse novo paradigma “as ações de escravos libertos e trabalhadores urbanos resultam de negociações, escolhas e decisões frente às instituições e aos poderes normativos.”⁵ Conferindo, portanto, agência aos sujeitos históricos.

As publicações do historiador inglês Edward Palmer Thompson trouxeram proposições teóricas e metodológicas para o campo da história social do trabalho no qual influenciou a mudança de paradigmas a partir da década de 80. Essa nova vertente historiográfica – marcada sobretudo pelas contribuições de Thompson, cujo intento é recuperar as experiências dos indivíduos e levar em conta o contexto – permitiu que a historiografia do trabalho sofresse um “alargamento de horizontes conceituais e possibilidades de pesquisa”.⁶

Sidney Chalhoub e Fernando Silva ressaltam que o conceito de *trabalhador* foi ampliado, abarcando diversos campos do trabalho, bem como, buscando os trabalhadores não só nas mobilizações políticas, mas também, em aspectos sociais e culturais – abrangendo o lazer, a vida quotidiana, a etnia, raça, classe, gênero, educação, moradia, parentesco, redes de

⁴ PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; e TELLES, Vera da Silva. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa)*. In: Revista Brasileira de História. n.6. 1983, p. 130.

⁵ CHALHOUB, Sidney; e SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. In: Cadernos AEL. v.14. n.26. 2009, p. 14.

⁶ CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Op. Cit.: 2009, p. 40.

sociabilidade, etc.⁷ Assim, “pobres em geral, trabalhadores, mas também “desclassificados sociais”, excluídos e marginalizados, tais como criminosos, prostitutas e loucos, passaram todos a povoar as pesquisas acadêmicas.”⁸ Nesse sentido, essa nova visão teórica e metodológica colaborou para o aumento do estudo das mulheres na história, pois colocou em evidência novos questionamentos e indivíduos outrora vistos como subordinados e sem possibilidade de agenciamento – os escravos e as mulheres. A história “vista de baixo” trouxe para a pesquisa novos elementos sociais e corroborou para pensar os indivíduos comuns em suas práticas cotidianas. Tal movimento contribuiu para o aumento dos estudos sobre as mulheres e suas experiências.

No entanto, apesar do aumento da produção de pesquisas que colocam as mulheres em evidência, a história das mulheres não deve ser apenas descritiva, mas também analítica. De fato, deve-se ter como objetivo não construir uma historiografia cuja pretensão é apenas resgatar as mulheres, tirando-as do esquecimento⁹, mas, compreender as mulheres dentro de seus contextos a fim de recuperar suas experiências e fazer uma análise capaz de responder aos questionamentos pertinentes as (aos) historiadoras (es).

Contudo, ao resgatar as mulheres, a historiografia acabou concedendo à algumas delas o caráter de excepcionalidade.¹⁰ As figuras femininas que conquistaram espaços sociais ditos masculinos foram interpretadas como personalidades fortes, incríveis, singulares, mulheres que estavam à frente do seu tempo.¹¹ Com isso, em sua maioria, as mulheres ditas “normais” não apareciam na historiografia e menos ainda suas formas de agências inseridas em seus contextos e experiências, em contrapartida, enfatizava-se as mulheres excepcionais, criando a ideia de que as mulheres do século XIX eram totalmente submissas e só algumas figuras femininas apareciam como rebeldes, destoando das demais.

⁷ Idem, Ibidem.

⁸ Idem, p. 42.

⁹ Embora, acredito que na história das mulheres no Brasil ainda seja bastante necessário esse trabalho de resgate de algumas personalidades femininas que foram esquecidas.

¹⁰ Em 1954, o médico Alberto Silva publicou o livro *A primeira médica do Brasil*. A obra *Precursoras Brasileiras* de Olímio Barros Vidal foi publicada em 1955. Nesse trabalho, o autor resgata as brasileiras pioneiras e concede parte do trabalho para pensar nas primeiras médicas do Brasil. June E. Hahner em *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*, publicado em 1981, busca resgatar a luta feminina por direitos, sobretudo pela conquista do espaço público. Assim, em poucas páginas, Hahner destaca as médicas pioneiras do Brasil. A partir dessas obras, ampliou-se o interesse em recuperar as mulheres na medicina. Essas obras destacaram a temática da mulher na medicina e permitiu que novos trabalhos surgissem.

¹¹ Ver: COLLING, Ana Maria. *As Primeiras Médicas Brasileiras: Mulheres à Frente de seu Tempo*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, pp. 169-183, jul./dez. 2011; MORAES, Priscila dos Anjos. *Conflitos e enfrentamentos: as primeiras mulheres na faculdade de medicina no Império*. Disponível em: http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345071767_ARQUIVO_Conflitoseenfrentamentos-Priscila-SBHC-Completo.pdf.

Podemos ver isso em trabalhos que colocam as pioneiras da medicina no Brasil como figuras brilhantes.¹² É o caso, por exemplo, do trabalho de Maria Lucia Mott. A historiadora resgata a trajetória de uma das médicas pioneiras, Maria Renotte, destacando sua personalidade marcante e excepcional. Mott cita o fato de que outras mulheres estavam ingressando na área médica no século XIX, contudo, ainda assim confere um tom heroico à doutora Renotte: “Pode-se dizer que Maria Renotte conseguiu vencer algumas barreiras profissionais que muitas médicas, em outros países, apesar de lutarem com energia, não lograram alcançar no mesmo período”.¹³

Diante disso, a presente dissertação tem como objeto de estudo a projeção nos jornais da formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos – primeira mulher a se formar em medicina no Rio de Janeiro, em 1888. Minha proposta é não só tornar a personagem conhecida,¹⁴ mas, discutir o contexto social em que Ermelinda se formou e como foi possível que ela tenha seguido a carreira – quais dificuldades encontrou?

O recorte temporal dessa pesquisa delimita-se entre os anos correspondentes a década de 1880, posto que, minha intenção é evidenciar os discursos sobre a formatura de Ermelinda e, conseqüentemente, sobre a inserção feminina na carreira médica. Ademais, considero importante ressaltar outras figuras femininas que estavam ingressando nos cursos superiores, sobretudo o Direito e a Medicina – que eram áreas consideradas masculinas – a fim de recuperar o contexto¹⁵ em que Ermelinda estava inserida e demonstrar que ela não era uma mulher excepcional, que estava a frente do seu tempo.

¹² Para maiores informações sobre a construção da história da mulher na medicina, ver o balanço historiográfico realizado por Luzinete Simões Minella: MINELLA, Luzinete Simões. Estudos sobre mulheres no campo da medicina: perfis e trajetórias nas interseções? In.: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012. *Anais...* Niterói: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012, p. 1-19.

¹³ MOTT, M. L. B. . Gênero, Medicina e Filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, v. 24, 2005, p. 52.

¹⁴ Apesar do avanço da produção historiográfica sobre a história das mulheres, considero que ainda se faz necessário resgatar e tornar conhecidas inúmeras personagens femininas importantes para a luta das mulheres por educação e por direitos no Brasil. Compreendo que inserir – ou tornar conhecida as personagens femininas na historiografia – é uma das maneiras de pensar as mulheres na história, porém, a história das mulheres não deve ser interpretada como uma história separada. É importante pensar os homens e mulheres como sujeitos que estavam em constante interação social e política.

¹⁵ Baseio-me nos conceitos de “contexto” e “experiência” propostos pelo historiador inglês Edward P. Thompson. Em, *Costumes em Comum*, no capítulo intitulado *Rough Music*, Thompson busca analisar os rituais realizados na Inglaterra, desde o fim do século XVII, para zombar ou tratar com hostilidade os indivíduos que não respeitam determinadas normas da comunidade. (THOMPSON, E.P. *Rough Music*. In.: *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 353-397). O historiador explicita que apesar dos charivari, na França, e da *rough music*, na Inglaterra, apresentar semelhanças, deve-se analisar as duas em separado, pois até em regiões das ilhas britânicas as formas do ritual poderiam aparecer de maneiras variadas e até mesmo distintas. (THOMPSON, E.P. Op. Cit.: 1996, p. 354). Assim sendo, a intenção de Thompson é recuperar os significados da *rough music* levando em consideração o seu contexto, isto é, o lugar e a época – as particularidades culturais em determinado tempo e espaço. De fato, levar o contexto em conta no fazer historiográfico enriquece a interpretação histórica, pois, à medida que evidenciamos o contexto – o tempo, o lugar,

Utilizo como corpo documental alguns periódicos que circulavam no Rio de Janeiro no período sobredito: *Diário de notícias*, *Gazeta de notícias*, *O fluminense*, *A Mãe de Família*, *Gazeta da Tarde*, *Brazil-Médico*, *A Estação: Jornal ilustrado para a Família* e *A Família: jornal litterario dedicado a educação da mãe e família*. Meu objetivo é apontar que existiam mulheres que não aceitaram sem questionamentos os discursos e as práticas patriarcais diante de um constructo social que tendia a direcioná-las para o espaço privado.

Nesse sentido, o gênero enquanto perspectiva tem permitido maior compreensão das relações sociais. Segundo Fabiane Popinigis, a abordagem de gênero traz a dimensão relacional à investigação historiográfica. A historiadora evidencia que gênero não é necessariamente um tema de pesquisa, mas sim a maneira como o pesquisador aborda as questões.¹⁶

Em alguns momentos ser mulher vai ser a diferença que se destacará, em outros, porém, será a classe ou a raça. Pensando no meu objeto de estudo: em alguns momentos o fato de Ermelinda Lopes de Vasconcellos ser uma mulher na medicina vai fazer as questões de gênero “falar muito mais alto”, porém, ao situá-la diante de outras mulheres de classe menos favorecida, a questão da classe será mais enfatizada. Ao pensar, por exemplo, que Ermelinda era uma mulher de elite e pôde cursar medicina porque foram abertas brechas e também devido à sua condição econômica, enquanto, em outras posições sociais, as mulheres pobres, sobretudo as negras, sempre estiveram trabalhando por questão de sobrevivência – a maioria em ocupações subvalorizadas, mal pagas ou ainda nem remuneradas.

A repercussão da formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos é a chave que utilizo para pensar questões mais amplas sobre a luta e a conquista das mulheres por educação. Intenciono desconstruir a ideia de passividade feminina e a interpretação que compreende o passado como sinônimo de atraso, isto é, retirar o julgamento de que as mulheres foram submissas e aceitaram o patriarcado sem questionar ou se manifestar de alguma forma. Busco recuperar a agência das mulheres a partir de suas experiências e enfatizar que existiam diversos ideais de mulheres em diversos contextos sociais.

Para tanto, o presente trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro abordo os conflitos em torno da constituição da medicina como campo de saber e como profissão, numa perspectiva de gênero. Mostro a existência dos diversos campos na arte de curar – apontando

os sujeitos envolvidos, as relações de parentesco, enfim, os aspectos culturais em determinado tempo-espaço –, conseguimos entender a história não como um processo linear/evolutivo e sim dotada de especificidades. Além disso, tal forma de abordagem, permite-me perceber, por exemplo, que o conceito de mulher/feminino varia de acordo com a sociedade, o tempo e o lugar. Trazendo para minha pesquisa, devo buscar resgatar o que era ser mulher em fins do século XIX? O que era ser uma mulher de elite e uma mulher pobre? O que era ser uma mulher branca e ser uma mulher negra?

¹⁶ PIRES, Isabelle. *Entrevista com Fabiane Popinigis*. In: Mosaico. v.7. n.11. 2016, p.222.

os conflitos internos (entre os próprios médicos) como entre os outros indivíduos que exerciam atividades de cura no Império. Discorro sobre a formação do saber médico e o processo de construção das Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, a fim de mostrar como se deu a formação das elites médicas no Rio de Janeiro e a tentativa de controle do mercado de trabalho – na área médica – com o objetivo de diminuir a concorrência.

No segundo capítulo, mostro as outras profissões liberais que se estruturavam no Brasil, na segunda metade do século XIX, e sua (im)permeabilidade às mulheres, e aquelas que conseguiram se formar em Direito e Medicina, áreas consideradas masculinas. Dedico parte do capítulo para pensar especificamente nas pioneiras da medicina, destacando as mulheres que se formaram nessa área entre os anos de 1887 a 1890.

Por fim, resalto a questão dos médicos buscando espaço no final dos oitocentos por meio da investigação da revista *A Mãe de Família* dirigida pelo Dr. Carlos Costa, o qual dedicou o periódico ao público feminino e por vezes, defendia a postura de que o lugar da mulher era o âmbito privado – o lar. Dedico-me a investigação dos argumentos utilizados para negar a participação feminina na medicina, pensando como o gênero ajudou a construir a legitimidade do saber médico? Como o discurso médico ajudou na construção do imaginário de mulher?

No terceiro e último capítulo, destaco meu objeto de estudo por investigar quem era Ermelinda Lopes de Vasconcellos e sua trajetória acadêmica. Analiso como se deu a construção da ideia de Ermelinda como uma exceção, *uma mulher a frente do seu tempo*. Minha proposição é analisar as discussões sobre sua formatura através dos periódicos – já mencionados – que circulavam sobretudo na cidade do Rio de Janeiro em 1888-1889. Busco ainda, evidenciar as estratégias utilizadas por Ermelinda para ingressar e permanecer numa área tradicionalmente masculina, como a medicina. Ademais, intenciono mostrar como o caso de Ermelinda foi abordado por sujeitos sociais, como o médico Carlos Costa; escritores e pensadores do Brasil, como Silvio Romero e o teatrólogo Arthur Azevedo e carnavalescos, por destacar o carnaval de 1889, que trouxe à tona a discussão sobre as mulheres na medicina.

Portanto, meu intento é compreender, através da repercussão da formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos, os mecanismos de exclusão de gênero e classe presentes no campo da medicina e no imaginário social da segunda metade do século XIX e início do XX. Ainda mais, desejo resgatar os embates cotidianos travados por essa mulher para vencer esse cenário marcado institucionalmente pelo poder masculino e recuperar as discussões sociais em torno da formação de Ermelinda em medicina e do conceito de mulher para a época.¹⁷

¹⁷ Compreendo a dificuldade de trabalhar com representações, ou seja, é extremamente complexo e ilusório resgatar a visão de uma sociedade em virtude da falta de material necessário para tanto. Ademais, sabe-se que as

CAPÍTULO I

A MEDICINA NO SÉCULO XIX: UM CAMPO DE DISPUTA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a repercussão da formatura em medicina de Ermelinda Lopes de Vasconcellos em 1888 no Rio de Janeiro em alguns periódicos. No final do século XIX poucas foram as mulheres que ingressaram no curso de medicina, sendo Ermelinda a segunda médica formada por uma universidade brasileira.¹⁸ Buscaremos recuperar as discussões nos periódicos correntes da época sobre esse acontecimento e discutir a busca da legitimidade para a medicina nesse contexto com um enfoque atento para as relações de gênero. Diante disso, considero fundamental explorar o que era o campo da medicina no século XIX. Esse capítulo, portanto, visa abordar questões referentes ao ensino médico, ao processo de institucionalização desse saber e a construção do médico enquanto profissional da saúde.

Nesse período, a ênfase no discurso biológico, que colocava em evidência as diferenças entre homens e mulheres, era parte do processo de legitimação da medicina como prática científica. Isso teve um papel importante na construção de um discurso normativo que conferia à mulher o espaço privado como principal ocupação, pois, defendia-se que estas já estariam predestinadas pela *natureza* à se dedicar somente ao cuidado do lar e dos filhos.

O sistema reprodutor como marca mais importante de diferenciação entre homens e mulheres, era destacado nos discursos médicos para demarcar a capacidade intelectual das mulheres e justificando seu destino como cuidadoras do lar.¹⁹ Isso respaldava a discriminação em torno da capacidade intelectual das mulheres para exercer uma profissão como a medicina, que garantia não apenas uma boa remuneração, mas também *status*.

A historiadora Gisela Bock sustenta que a biologia deve ser compreendida como uma categoria sociocultural “que tem marcado e distorcido a percepção e a relação dos sexos, ao mesmo tempo que a de outros grupos.”²⁰ O discurso biologizante buscava atrelar características morais a diferenças físicas e assim hierarquizar seres humanos por sexo, raça ou etnia, criando

publicações refletem a interpretação de seu ator e de determinado grupo, sendo difícil recuperar o que a sociedade pensa sobre determinado assunto ou fato histórico, posto que, há múltiplas interpretações sobre o mesmo acontecimento. Desse modo, meu intento é demonstrar como os periódicos catalogados emitiram a questão do ingresso feminino na medicina, especificamente o caso de Ermelinda Lopes de Vasconcellos.

¹⁸ A primeira foi Rita Lobato, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887. In.: TRINDADE, A.P.P; TRINDADE, D. F. Desafios das primeiras médicas brasileiras, *História da Ciência e Ensino: Construindo interfaces*, PUC-SP, São Paulo, v. 4, 2011, p. 32.

¹⁹ ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2), 2003, p. 210.

²⁰ BOCK, Gisela. La historia de las mujeres y la historia del género: aspectos de un debate internacional. *Historia Social*, Espanha, n. 9, 1991, p. 9. Disponível em: <http://www.carlosmanzano.net/articulos/Bock.pdf>.

e reproduzindo desigualdades sociais e delimitando espaços e papéis sociais para cada uma das categorias. Como mostra Bock tais noções biológicas estão carregadas de juízos de valores,²¹ que são construções sociais com sua própria historicidade. As diferenças físicas são usadas para justificar desigualdades sociais e políticas e para conferir poder a determinados grupos em detrimento de outros.²² Desse modo, quando no final do século XIX as diferenças biológicas foram utilizadas como argumento para definir o papel da mulher como mãe e esposa, e incapaz de exercer uma profissão como a medicina, deve ficar evidente que isso foi fruto das concepções ideológicas que norteiam os discursos pautados em argumentos supostamente científicos, e não da biologia em si.

Assim sendo, investigar a inserção feminina nessa área específica da saúde requer compreender a formação do saber médico, que passava por um processo de construção do seu conteúdo curricular e, sobretudo, de sua institucionalização enquanto campo profissional do reconhecimento dos próprios médicos como grupo no século XIX.

1. A construção da medicina como saber institucionalizado na primeira metade do século XIX.

No Brasil oitocentista, a medicina convivia com outras práticas de cura que eram bem aceitas pela população – tanto pelos indivíduos menos favorecidos financeiramente como pelos mais abastados. Assim, curandeiros, boticários, sangradores, parteiras, pajés e até mesmo curiosos disputavam espaço com os médicos.²³ Tânia Salgado Pimenta nomeia os responsáveis pelas práticas de cura de “terapeutas” aqueles que exerciam “qualquer atividade de assistência à saúde física, mental e/ou espiritual”, para a historiadora, poderia ser considerado dentro dessa categoria.²⁴ Dentre esses, encontramos os “terapeutas não-autorizados ou não-oficializados”²⁵, isto é, que não possuíam licença do governo para exercer suas atividades, e os terapeutas com

²¹ Idem, p. 10

²² Idem, p. 10-11.

²³ BERCHO, Carolina Fuzaro. *As artes de curar: higiene e educação médica na sociedade imperial*. In.: Trilhas Pedagógicas, v.3, n.3, ago. 2013, p. 53.

²⁴ Em alguns momentos, utilizarei a categoria “terapeuta” formulada por Tania Salgado Pimenta para me referir àqueles que exerciam atividades de cura no Império – tanto os oficiais como os não-oficiais.

²⁵ “[...] quando as pessoas da época referiam-se a curandeiros, ou mesmo quando se falava genericamente em terapeutas populares, aí podiam estar incluídos os que baseavam o seu tratamento em crenças religiosas; ou em conhecimentos acadêmicos adquiridos por meios de divulgação como folhetos, livros e periódicos; na experiência com ervas medicinais; ou na mistura dessas características.” (PIMENTA, Tânia. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), 2004, p 69).

formação acadêmica (médicos, farmacêuticos e odontólogos, por exemplo).²⁶ Além da concorrência com os terapeutas não-oficializados, os próprios médicos disputavam entre si por espaço para exercer a profissão e para defender suas proposições sobre assuntos referentes à saúde, como veremos ao longo do capítulo.

Carolina Fuzaro Bercho explicita que no início do século XIX praticamente não existia o exercício da medicina enquanto profissão legalizada pelo governo, isto é, não havia até então faculdades com o objetivo de formar médicos e as regulamentações em torno da medicina eram responsabilidade do Físico Mor e do Cirurgião Mor²⁷ – formados, em sua maioria, na Universidade de Coimbra.²⁸ Na prática, porém, essa regulamentação era inexistente, sendo a profissão exercida por figuras como os sangradores, botânicos, curandeiros e parteiras como já mencionado.

Poucos eram os terapeutas oficiais (utilizando a categoria proposta por Tânia Salgado Pimenta), e as práticas médicas – ou de cura – ficavam a cargo de terapeutas não-oficializados do século XIX, indivíduos que possuíam conhecimento recebido através das tradições, da oralidade e de rituais de indígenas, jesuítas, africanos ou negros e ibéricos, desde muito antes de 1808.²⁹

Desde a chegada da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, houve uma maior preocupação com as condições insalubres do espaço geográfico ocupado e a mudança da orientação: “A regularização e o funcionamento do social sob a óptica médica se ampliam do foco do indivíduo doente para a supervisão da saúde da população”.³⁰ Surgem, então, questões sobre as condições de higiene, de saneamento e de habitação que passam a ser responsabilidade dos terapeutas oficiais do império.

A partir daí criam-se de normas que deveriam ser seguidas pelos indivíduos em prol do bem-estar de todos e tem início a construção da medicina social³¹, procurando introduzir a ideia de que o saber médico é o principal responsável pelo bem-estar público e, portanto, as normas médicas deveriam ser seguidas por todos, ditando até mesmo os costumes no âmbito doméstico.

²⁶ PIMENTA, T. S. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos.” *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), 2004, p. 90.

²⁷ BERCHO, C. F. Op. Cit., p. 55.

²⁸ MAIA, Elias da Silva. A Construção do Ensino Médico no Rio de Janeiro no Brasil Império. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos de Saúde Coletiva / Faculdade de Medicina / Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.iesc.ufrj.br/posgraduacao/media/tese/1352826571.pdf>, p. 45.

²⁹ BERCHO, C. F. Op. Cit., p. 53.

³⁰ Idem, p. 55.

³¹ Esse modelo de medicina que passou a ser preocupar com a medicalização da cidade, com medidas preventivas, com o espaço urbano e com o modo de vida dos indivíduos é denominada de medicina social.

No entanto, a legitimação da medicina como saber profissional passou por um processo de formação tanto da carreira médica como do “poder” desses profissionais, não sem conflitos.

A criação da Academia Médico-Cirúrgica³² no Rio de Janeiro em 1812 e na Bahia em 1815 pode ser considerada como o início do processo de institucionalização do saber médico no Brasil. Carolina Bercho destaca que a Academia do Rio de Janeiro foi a que contou com um corpo docente melhor instruído, embora a Academia da Bahia também tenha usufruído de personagens importantes como “José Lino Coutinho, prócer da Independência, deputado às Cortes de Lisboa e à Câmara brasileira, ministro do Império e brilhante orador parlamentar”.³³

A década de 1820 foi de transformações na regulamentação da medicina e importante para definir quem eram os terapeutas oficiais do Império. Uma das modificações realizadas foi a extinção do cargo de Fisicatura-Mor – responsável pela fiscalização das práticas de cura – em 1828. Essa tarefa ficou a cargo das câmaras municipais que “passaram a controlar e inspecionar a saúde pública”.³⁴

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1829, em conjunto com a Escola Médico-Cirúrgica, foram outras medidas que possibilitaram a progressiva construção do saber médico e institucionalização da medicina no Brasil. Segundo Carolina Bercho: “estas instituições agiram com três principais tendências: a regulação da profissão, a maior preocupação da corporação médica por políticas sanitárias e a publicação de mecanismos de comunicação que divulgassem o saber médico”.³⁵ Todas essas transformações e associações médicas deram base para a fundação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia em 1832.³⁶ Assim, as Academias Médico-Cirúrgicas se tornaram Faculdades de Medicina compostas inicialmente por três cursos: medicina, farmácia e partos.³⁷

A partir de então, o curso de Medicina teria duração de seis anos e os alunos aprovados e formados pela instituição receberiam o título de Doutor. Ademais, na Lei de 03 de outubro de 1832, “no artigo 12º está exposto que ‘os que obtiverem o título de doutor em medicina pelas

³² Projeto do diretor dos estudos médicos e cirúrgicos da Corte e do Estado do Brasil, Dr. Manuel Luís Álvaro de Carvalho. Seu intento era fundar a Academia Médico-Cirúrgica no Rio de Janeiro, Bahia e São Luis do Maranhão. Porém, essa última não foi obtido sucesso, não chegando nem mesmo a ser criada.

³³ BERCHO, C. F. Op. Cit., 2013, p. 58.

³⁴ MAIA, E. Op. Cit., 2010, p. 46.

³⁵ BERCHO, C. F. Op. Cit., 2013, p. 58.

³⁶ “A Lei de 03 de Outubro de 1832, referendada pelo Ministro do Império, Nicolau Pereira de Campo Vergueiro”, determinou que as academias passavam a ser denominadas Faculdade de Medicina e seriam reguladas seguindo o modelo dos estatutos e regimento da Faculdade de Medicina de Paris, enquanto não tivessem seus próprios regulamentos.” (MAIA, Elias da Silva. A Construção do Ensino Médico no Rio de Janeiro no Brasil Império. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos de Saúde Coletiva / Faculdade de Medicina / Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p. 48-49)

³⁷ Nesse momento, a odontologia ainda não fazia parte desse conhecimento acadêmico continuando a ser praticada pelos barbeiros-sangradores. Holanda, 1967, p. 470. In.: BERCHO, C. F. Op. cit, 2010, p. 59.

faculdades do Brasil, poderão exercer em todo o Império indistinctamente qualquer dos ramos da arte de curar”³⁸, e aos que não possuíssem título por uma faculdade estariam proibidos de exercer as práticas de cura. O curso de Farmácia teria duração de três anos e ao ser aprovado, o aluno seria contemplado com o título de Farmacêutico. O curso de partos conferia o título de parteira.³⁹

A partir da criação da Faculdade de Medicina no Brasil a responsabilidade pela verificação dos títulos daqueles que praticavam as artes de curar – médicos, parteiras, odontólogos, farmacêuticos, etc. – passa a ser da instituição. Nesse momento iniciou-se o processo de legitimação da prática médica pelo estado, o que colocava os terapeutas não oficiais – incluindo as parteiras – em posição subalterna, mas não significava sua extinção completa e muito menos que a população deixou de procurar os curandeiros.

Para ingressar como discente nos cursos médicos na faculdade era necessário prestar um exame a fim de provar o conhecimento do candidato em “latim e inglês ou francês, filosofia racional e moral, aritmética e geometria” e era necessário possuir idade mínima de 16 anos completos.⁴⁰ O corpo docente, de início, era composto majoritariamente por estrangeiros em virtude do país não possuir até o momento universidades que formassem profissionais na área médica. O ano letivo durava de 01 de março a 31 de outubro e a grade curricular do curso em medicina consistia em quatorze disciplinas⁴¹ que deveriam ser lecionadas – cada uma delas – por um professor doutor em medicina, o qual tornava-se o responsável pela cadeira.⁴² “Os estrangeiros já formados e que quisessem obter o título de doutor no Brasil eram dispensados da frequência nas disciplinas, mas passavam por todos os testes e exames.”⁴³ As aulas práticas eram ministradas nos espaços da faculdade e as “lições práticas nas enfermarias da Santa Casa da Misericórdia”⁴⁴.

³⁸ MAIA, E. Op. Cit, 2010, p. 49-50.

³⁹ Interessante destacar que o curso de partos era destinado, sobretudo, às mulheres. Sendo considerado, portanto, uma profissão de mulher. Essa questão será melhor discutida ao longo desse trabalho.

⁴⁰ MAIA, E. Op. Cit, 2010, p. 51.

⁴¹ Em 1833 o curso possuía as seguintes disciplinas: “1ºano: física médica, e princípios elementares de zoologia; no 2º ano: química médica, princípios elementares de mineralogia, anatomia geral e descritiva; no 3º ano: anatomia e fisiologia; no 4º ano: patologia externa, patologia interna, farmácia, matéria médica, terapêutica e arte de formular; no 5º ano: anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos, partos, moléstias de mulheres pejudadas e paridas e de meninos recém-nascidos; no 6ºano: higiene, história da medicina e medicina legal”. (MAIA, Elias da Silva. A Construção do Ensino Médico no Rio de Janeiro no Brasil Império. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos de Saúde Coletiva / Faculdade de Medicina / Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p. 50-51)

⁴² MAIA, E. Op. Cit, 2010, p. 50.

⁴³ Idem, Ibidem.

⁴⁴ Idem, Ibidem.

A análise de Elias da Silva Maia do Livro de Atas da Congregação da década de 1830 aponta as dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos da Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Dentre elas, o historiador destaca a falta de docentes e de instalações adequadas, a constante solicitação ao governo por orçamento, a proposta de reformas tanto na grade curricular como no exame prestado para ingressar nos cursos e a necessidade de instaurar e melhorar os laboratórios e de organizar uma Biblioteca. Todas essas situações marcam o que Maia chama de “momentos de institucionalização” da escola médica. Assim, “em 15 de julho [de 1834] é aprovada a nova forma do Diploma; em 26 de setembro são aprovados para cunhagem os selos da Faculdade de Medicina; e em 03 e 21 de outubro são aprovados os novos modelos de becas. Sinais evidentes de uma institucionalização crescente.”⁴⁵

Maia destaca que as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro foram fundadas em meio ao embate entre os médicos e os curandeiros e, segundo ele as reformas médicas desse período – que culminaram na criação das faculdades – podem “ser vistas como uma tentativa de síntese que busca orientar o estabelecimento de um novo paradigma – científico – do conhecimento médico, possibilitando uma releitura e assimilação de práticas terapêuticas vigentes nos diversos ‘espaços de cura’”.⁴⁶ Podemos depreender, então, que essa busca pela cientificidade, pautada no discurso iluminista, levou ao processo de institucionalização da medicina como forma de buscar a legitimidade do profissional médico e a ampliação do mercado de trabalho, num momento em que o médico não era tão valorizado.⁴⁷

Os curandeiros, sangradores e as parteiras passaram a ser tratados pelos médicos como subalternos, pois compreendia-se que seu saber não era acadêmico e sim ligado às tradições e conquistado através da prática. Ainda nesse período, surgiram as revistas e periódicos médicos. Essas mudanças foram responsáveis não só por uma tentativa de fiscalização das artes de cura, mas por uma busca pela expansão do mercado para os médicos – os terapeutas oficiais.⁴⁸

Entretanto, a despeito das modificações na regulamentação e na tentativa de cercear o trabalho dos indivíduos não-legalizados que praticavam as artes de cura, não houve uma fiscalização efetiva, o que possibilitou que muitos terapeutas não-oficiais continuassem exercendo suas práticas ao longo do século XIX. Os médicos tinham de lidar com os terapeutas

⁴⁵ Idem, p. 54.

⁴⁶ Idem, p. 41.

⁴⁷ Sinais dessa desvalorização encontramos nos artigos 9º e 10º da Lei de 03 de Outubro de 1882 em que é possível obter “uma visão sobre o salário dos funcionários da faculdade. [...] os lentes proprietários das cadeiras e os substitutos ganhavam respectivamente um conto e duzentos mil reis e oitocentos mil reis. O porteiro da faculdade ganhava quatrocentos mil reis como consta no artigo 10º.” (MAIA, Elias da Silva. A Construção do Ensino Médico no Rio de Janeiro no Brasil Império. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos de Saúde Coletiva / Faculdade de Medicina / Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p. 49)

⁴⁸ PIMENTA, T. S. Op. Cit., 2004, p. 68.

não-oficiais que conquistavam a confiança e preferência de boa parte da população. A lei de 3 de outubro de 1832 – nos artigos 12 e 13⁴⁹ – concedeu aos médicos o monopólio das artes de cura, desqualificando as demais categorias da área, entretanto, a despeito dessa lei, a medicina científica ainda levou tempo para ser aceita pela maioria.⁵⁰

O argumento mais utilizado pelos terapeutas não acadêmicos para continuar exercendo suas práticas de cura era a falta de médicos e cirurgiões diplomados para atuar em todo território, em especial nas zonas rurais do Rio de Janeiro.⁵¹ Diante disso, a Câmara concedeu algumas licenças para determinados terapeutas continuarem suas atividades. Foi o caso de João que morava na freguesia de Guaratiba:

A proibição do seu exercício traria sofrimento a muitos doentes, já que os poucos cirurgiões que existiam na região moravam longe demais para chegar a tempo em caso de necessidade. Um abaixo-assinado, encabeçado pelo boticário da comunidade, confirmava essa situação. À vista disso, a Câmara concedeu a João, em outubro de 1832, uma licença por um ano.⁵²

Esse caso permite-nos perceber a aceitabilidade popular dos terapeutas não oficiais não só pelos indivíduos da comunidade em que viviam, como também, em certos casos, do próprio estado, que precisava ter flexibilidade ao tratar das questões sobre as práticas de cura. Isso, sem dúvida, foi um dos empecilhos enfrentados pelos médicos em busca de legitimação e confiança no seu exercício.

A principal referência teórica da medicina brasileira, na primeira metade do século XIX, foi a medicina clínica francesa. Luiz Otávio Ferreira explicita que

A clínica definiu o novo *modus operandi* da medicina, estabelecendo três princípios basilares: a) reconhecer no indivíduo determinada doença mediante a observação e descrição minuciosa dos sintomas e signos; b) distinguir no cadáver uma patologia específica mediante a observação da alteração dos tecidos e órgãos internos; e c) combater a doença com terapêuticas racionais e comprovadamente eficazes.⁵³

Seguindo os preceitos da clínica francesa, o curso de medicina no Brasil, na primeira metade do século XIX, preocupava-se em ensinar o estudante, “fundamentalmente, a identificar

⁴⁹ Artigos 12 e 13 da Lei de 3 de outubro de 1832 na íntegra:

Art. 12. “Os que obtiverem o título de Doutor em Medicina pelas Faculdades do Brazil, poderão exercer em todo o Imperio indistinctamente qualquer dos ramos da arte de curar; Art. 13. Sem título conferido, ou approved pelas ditas Faculdades, ninguém poderá curar, ter botica, ou partejar, emquanto disposições particulares, que regulem o exercicio da Medicina, não providenciarem a este respeito.” AQUI TEM QUE TER O TÍTULO DO DOCUMENTO. (Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html)

⁵⁰ PIMENTA, T. S. Op. Cit., 2004, p. 71.

⁵¹ É provável que essa situação existia em outras localidades do país, no entanto, visto esse trabalho ter como recorte geográfico o Rio de Janeiro, dedico-me, sobretudo, a examinar as condições nessa cidade.

⁵² PIMENTA, T. S. Op. Cit., 2004, p. 72.

⁵³ FERREIRA, Luiz Otávio. “João Vicente Torres Homem: Descrição da Carreira Médica no Século XIX.” *Physis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1994, p. 59. ARTIGOS: TITULO ENTRE ASPAS E A REVISTA EM ITALICO.

a doença e classificá-la segundo seus sinais evidentes. Ele não deveria em nenhum momento cogitar sobre suas causas internas.”⁵⁴ O objetivo maior, além de tratar o paciente, era atentar-se para as “causas externas: clima, alimentação e estilo de vida.”⁵⁵

A despeito da influência francesa, essa medicina preocupada com as causas externas estava relacionada à difusão do higienismo no século XIX. A partir da chegada família real em 1808, a questão da salubridade dos espaços passou a receber maior atenção. Era preciso reorganizar o espaço público a fim de acomodar as novas formas de relações sociais e econômicas. Assim,

Em meados do século XIX e início do século XX, chegava ao Brasil, mediante reapropriações e reinterpretções, um novo ideal, a exemplo da cultura grega, com a preocupação central na saúde. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo de “movimento higienista” (Soares, 1990) ou “movimento sanitaria” (Hochman, 1998). Este movimento tem uma idéia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso talvez principal da Nação.”⁵⁶

A proposta, portanto, era “civilizar” ou “modernizar” o Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, agora capital do Império independente. Diante desse contexto, o higienismo dava importância às causas externas das doenças, isto é, as más condições de higiene do espaço público deveriam ser resolvidas com a finalidade de prevenir doenças. Assim, num momento em que o saber médico começava a se institucionalizar, pautado nas premissas médicas francesas cuja teoria defendia a preocupação com as causas externas das doenças, a medicina começa a conquistar um papel importante na sociedade: o de elaborar normas de organização social com vistas ao bem-estar físico, moral e ao alcance da “civilização”.

Além de detectar a doença no “corpo social da cidade”, o movimento higienista organizou-se como poder político por acreditar que somente a partir dessa esfera de atuação e conhecimento poderia impor as medidas sociais que julgavam serem necessárias. O *status* político dado aos higienistas se organizava através da polícia médica, o que nos deixa claro a ação racionalizadora sobre a população. O médico não era apenas alguém que detinha conhecimentos, mas também, quem intervinha no espaço, por meio das políticas territoriais restritivas que ajudou a formular.⁵⁷

Não obstante, é importante destacar que, no primeiro momento do higienismo, a medicina ainda estava se consolidando como saber institucionalizado e os profissionais dessa

⁵⁴ Idem, p. 59.

⁵⁵ Idem, Ibidem.

⁵⁶ JUNIOR, Edivaldo Góis. *Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos*. X Simpósio Internacional – processo civilizador, 2007, p. 5.

⁵⁷ MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. In.: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, jul. 2011. p. 5.

área estavam em busca de espaço no mercado de trabalho em meio às demais figuras que praticavam outras formas de cura, ou seja, os terapeutas não-oficiais ou, também denominados de curandeiros. Compreendo o movimento higienista como parte fundamental desse processo de legitimação da medicina e dos médicos diante dos terapeutas não-oficiais que atuavam no império. Apesar de muitas das propostas médicas, de início, não serem bem aceitas pelos setores populares, o movimento higienista permitiu a difusão da chamada Medicina Social, isto é, de um saber que se importava com as práticas sociais e com a ocupação do espaço público, o que possibilitou à medicina conquistar *status* e certa medida de poder em meio aos curandeiros que atuavam no Rio de Janeiro, em meados do século XIX. Desse modo, o advento da higiene foi umas formas de legitimar a medicina como conhecimento científico e oficial.

2. A Academia Nacional de Medicina como espaço da elite médica

Ao longo do século XIX, além de travar embates com os terapeutas não-oficiais, os médicos disputavam espaço com seus próprios colegas de profissão. Discordavam, em alguns momentos, sobre os tratamentos empregados e buscavam conquistar pacientes, isto é, lugar no mercado de trabalho. Entretanto, quando necessário, os médicos se uniam, superando ou ao menos deixando de lado seus embates a fim de eliminar os curandeiros não oficiais. A partir disso, foram formadas agremiações de medicina cuja finalidade era construir uma elite médica capaz de se legitimar como terapeutas oficiais das práticas de curas. Dentre essas agremiações, destaco a Academia Nacional de Medicina.

A Academia Nacional de Medicina – antes chamada Academia Imperial – foi fundada em 1835 por Joaquim Candido Soares de Meirelles (ocupou, portanto, a cadeira de nº. 1)⁵⁸ – com a proposta de instituir a estrutura da Academia Francesa de Medicina no âmbito brasileiro. Para além disso, propunha-se a executar “funções oficiais básicas de assessoria ao poder central em problemas médicos e no controle do exercício profissional, em conjunto com os poucos cursos de medicina da época.”⁵⁹ No momento de sua criação, só existiam dois cursos de

⁵⁸ Nascido em Nova Lima, Minas Gerais, em 1797; filho do cirurgião Manoel Soares de Meirelles e de Anna Joaquina de São José Meirelles, Joaquim Candido Soares de Meirelles, patrono da Cadeira nº.1, da Secção de Medicina, foi o 1º Presidente da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829 a 1830 e em 1883) e da Academia Imperial de Medicina (1835 a 1838 e 1842 a 1848). Formou-se em medicina pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ), posteriormente, seguiu os estudos em Paris, onde obteve o título de Doutor em Medicina e Cirurgia. Ao retornar ao Brasil, em 1828, atuou no Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro. (Tais informações foram retiradas do site da Academia Nacional de Medicina: [http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=441&descricao=Joaquim+Candido+Soares+de+Meirelles+\(Cadeira+No.+01\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=441&descricao=Joaquim+Candido+Soares+de+Meirelles+(Cadeira+No.+01)))

⁵⁹ CORANDINI, Luiz Odaci. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. In.: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 35, jan-jun/2005, p. 4.

medicina no país – no Rio de Janeiro e na Bahia. Assim, essa instituição tinha como objetivo organizar o exercício profissional da medicina.

De acordo com Odaci Luis Corandini, a Academia possuía uma dupla dimensão: “se, por um lado, esse tipo de instituição exerce funções tais como a institucionalização e o controle do exercício da medicina, por outro, constitui uma instância de acumulação de capital de relações e de consagração de imagens sociais”.⁶⁰ Portanto, além de ajudar no processo de institucionalização da medicina, a Academia era um espaço de trocas sociais, de firmar relações e sociedades entre os médicos, permitindo certa união entre seus membros fortalecendo-os como elite médica.

A ANM atuava também como um centro de formação da elite médica, pois buscava enfatizar as qualidades dos seus membros, conferindo certo tom de heroísmo a eles. Para tanto, existiam os especialistas na elaboração de imagens – coletivas ou individuais. Assim,

no que tange especificamente à ANM, a função de consagração de imagens e de “recomendação” foi prevista em sua criação, ou seja, a condição de membro é definida como “título de recomendação para todas as Comissões e Empregos relativos ao exercício da medicina (AIM, 1835: 53-54)”. [...] Muitas dessas elaborações de imagens sociais têm como objetivo a retribuição ou o “tributo” do “discípulo” ao “mestre”, ao passo que em outros casos se trata de publicações coletivas.⁶¹

Pertencer a ANM, portanto, garantia certa legitimidade enquanto médico e *status*. Ademais, num momento em que a medicina estava iniciando seu processo de institucionalização através do ensino universitário e científico, os vínculos criados entre mestre e discípulo eram recorrentes. E essa condição de “mestre” era, para muitos, “o ponto de partida para o surgimento de uma nova ‘estirpe’ de médicos”.⁶²

Odaci Luiz Corandini ressalta que os critérios de seleção para ser membro da ANM baseava-se na “cooptação, no capital de relações sociais e na reciprocidade”⁶³ o que criava uma espécie de “efeito clube”. Dessa forma, era comum a existência de “laços pessoais e vínculos de patronagem escolar, profissional e de parentesco”.⁶⁴ Fica evidente que fazer parte da Academia significava pertencer a uma elite médica formada sobretudo por contratos sociais, ou seja, por relações sociais estabelecidas por laços de amizade, de parentesco ou de relações profissionais. Além do mais, Coradini ressalta que houve um

processo de multiplicação e crescimento de “estirpes” ou “clãs” de médicos entre os membros da ANM. Cabe destacar que, entre os 22 membros que nasceram entre 1768

⁶⁰ Idem, p. 5

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² Idem, p. 6.

⁶³ Idem, p. 7.

⁶⁴ Idem, ibidem.

e 1802, pelo menos oito têm um ou mais integrantes do grupo familiar, consanguíneo ou por aliança na profissão de médico ou em alguma profissão conexas. Dos 38 que nasceram entre 1835 e 1850, pelo menos oito estão nessa mesma situação. Entre os 57 membros que nasceram entre 1895 e 1905, nada menos que 16 têm pelo menos um componente do grupo familiar na profissão, muitos sendo membros da própria academia. Mas, além do aumento quantitativo ao longo do tempo, essas relações do grupo familiar com a profissão médica e com outros componentes da ANM tendem a se cristalizar em “linhagens” e, em muitos casos, a funcionar como recurso para o ingresso na academia.

Nota-se que a Academia Nacional de Medicina foi um local importante para a construção da medicina como prática de cura oficial e científica, sobretudo na primeira metade do século XIX. Desse modo, a ANM atuou como importante meio de legitimar a medicina e de criação de laços entre os profissionais, reforçando as relações entre esses com base na reciprocidade. Além de ajudar a fortalecer a posição dos médicos – em especial dos seus membros – diante dos demais terapeutas, a Academia foi espaço de formação de uma elite médica, pois os membros dessa Academia eram interpretados como profissionais de excelência. Para o nosso objetivo aqui, é fundamental destacar que a ANM foi e ainda é uma agremiação formada majoritariamente por homens.⁶⁵ A única mulher que foi associada como membro da ANM no século XIX foi a parteira Madame Durocher.⁶⁶

3. As práticas médicas oficiais e a coexistência das demais formas de cura popular no século XIX

Os médicos do século XIX, sobretudo na primeira metade, deveriam reconhecer os sintomas dos pacientes – através da observação do perfil do doente e das condições ambientais em que estava inserido (moradia, local de trabalho e demais locais frequentados) – com a finalidade de constatar a doença. Ademais, era necessário possuir aptidão na “arte de formular”⁶⁷, isto é, na prescrição de remédios.

Com “a transformação, em 1832, das Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia em Faculdades de Medicina tornou-se? mais amplo o espectro da influência da

⁶⁵ Atualmente, a ANM conta com cento e sete membros titulares e eméritos. Dentre esses, somente cinco são mulheres. (Informação obtida através do site da Academia Nacional de Medicina: http://www.anm.org.br/academicos_atividade.asp#)

⁶⁶ Informação obtida através de buscas realizadas no site da Academia Nacional de Medicina, na seção “Titulares e Eméritos por Ordem de Ingresso na ANM”: [http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+\(Cadeira+No.63\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+(Cadeira+No.63)).

⁶⁷ FERREIRA, L. O. Op. Cit, 1994, p. 59

medicina clínica francesa.”⁶⁸ Dentre as orientações clínicas francesas que permearam a prática médica no século XIX encontramos:

a *nosologia* (Pinel), a *anatomoclínica* (Crovisart, Bayle, Monfalcon, Bardier, Portal), o *ecletismo* (Andral, Trousseau, Louis), além de Broussais, que construiu uma doutrina própria. A única exceção, por não pertencer ao universo da medicina clínica francesa, é J. Brown, médico inglês que ficou conhecido no final do século XVIII por sua *teoria da excitabilidade orgânica*, muito difundida na Itália, Áustria e Alemanha.⁶⁹

Por ser a medicina clínica francesa a maior fonte de inspiração do exercício médico brasileiro, nesse momento, as discussões científicas que dividiam o campo médico francês repercutiam aqui. Luis Otávio Ferreira aponta que a “a polêmica médica francesa de maior repercussão no Brasil foi a disputa entre o brousseísmo, ou seja, a doutrina de Broussais, e o ecletismo médico, que teve vigência em Paris nas décadas de 1820 e 1830”.⁷⁰

O ecletismo médico foi bastante difundido no contexto francês da primeira metade do século XIX e pautava-se no “crescente ceticismo dos médicos quanto à possibilidade de cura diante das taxas de mortalidade dos pacientes tratados nos hospitais, e no descrédito que nutriam em relação aos grandes sistemas médicos.”⁷¹ Já o Brousseísmo é o modelo proposto por François Broussais cujo “sistema médico ‘fisiológico’” baseava-se “em proposições simples que valeriam para toda e qualquer enfermidade”.⁷² Assim, ele defendia que não existiam doenças e sim irritações – cujas causas poderiam ser estímulos internos ou externos, isto é, o ambiente, clima, alimentação, a conduta moral, etc. Essas irritações começavam em um local específico do indivíduo e se propagavam para outras áreas do corpo. Sua contribuição mais popular, porém, foi o método terapêutico “que consistia no uso de sangrias, na aplicação de sanguessugas e na prescrição de dietas energéticas”.⁷³

Porém, de acordo com Carolina Fuzaro Bercho, tais práticas – pautadas, em alguma medida, na doutrina de Broussais – contribuíram para aumentar a desconfiança dos indivíduos nos médicos enquanto profissionais oficiais da saúde, uma vez que tais medidas empregadas para curar assustavam a população, que resistia em aceitar esses profissionais da saúde como um saber especializado⁷⁴. Diante disso, os terapeutas não-oficiais – curandeiros, rezadores,

⁶⁸ Idem, p. 60.

⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 60.

⁷⁰ Idem, Ibidem.

⁷¹ Idem, p. 61.

⁷² Idem, Ibidem.

⁷³ Idem, Ibidem.

⁷⁴ É importante destacar que na primeira metade do século XIX, no Brasil, a medicina como saber acadêmico ainda estava em processo de construção. O conhecimento médico pautava-se, sobretudo, na medicina clínica francesa e era difundido entre os médicos, principalmente, por meio das associações. Desse modo, por estar na fase inicial

curiosos, etc – conquistavam ainda mais a confiança dos doentes, visto que, não empregavam métodos tão invasivos como os médicos.

Além disso, muitos não aceitavam as práticas médicas porque possuíam suas próprias artes de cura. Sidney Chalhoub, no livro *Cidade Febril*, expõe em que na segunda metade do século XIX houve uma tentativa de vacinar a população da Corte contra a varíola. Em sua análise, o historiador aponta os motivos de resistência da população à vacinação pelos médicos oficiais. Ele aponta que as discordâncias entre os médicos e as formas populares de cura da doença foram um dos motivos que levaram a população a negar a vacina, pois defendiam outras maneiras de curar a varíola além da prática defendida pelos terapeutas oficiais.

Ainda em sua investigação, Chalhoub destaca os homens e mulheres negros (as), escravos (as) e libertos (as), e a relação desses com a vacina. Segundo o autor, uma das principais causas da recusa a vacinação tinha a ver com suas crenças e conhecimentos próprios das práticas de cura pautados em suas experiências culturais. Por exemplo,

Os afro-baianos chegavam ao Rio com os seus santos, e Omolu estava certamente entre eles; segundo Arthur Ramos, seu culto ‘nas antigas epidemias de varíola, na Bahia [...] tomou uma extensão assombrosa’. [...] em épocas epidêmicas, a cidade apresenta-se cobertas de sacrifícios.

[...] sendo assim, o que é necessário fazer para reforçar a hipótese da importância de Omolu na resistência à vacinação é mostrar a possibilidade real de reinterpretação desse orixá em termos dos pressupostos cosmológicos básicos de povos da África central. Há, em primeiro lugar, indícios de que a ideia de que certas divindades possuíam o poder de causar determinada doença e controlar seus efeitos – ‘controle dual’ – também existia e talvez fosse generalizada na região do Congo e Angola.

Em segundo lugar, [...] há testemunhos de que no caso de ocorrência de uma epidemia de varíola entre povos da África central era a comunidade inteira que precisava ser purificada, não indivíduos isoladamente.⁷⁵

O trecho acima deixa evidente que as práticas e ideias de cura, na segunda metade do século XIX, possuíam diversas concepções ideológicas e culturais. “Havia tradições culturais as mais diversas – bantu, iorubá, católica, ‘negreira’, e sei lá quantas mais – convergindo para a noção de que era ‘dispensável e até ilegítima a intervenção do médico no tratamento da varíola.’”⁷⁶ Assim, percebe-se que existiam variadas práticas de medicina convivendo com a medicina científica, que buscava se legitimar e conquistar seu espaço nesse meio. E a formação do médico como figura oficial da arte de curar e de uma elite médica foi fruto de um processo que levou quase todo século XIX para se consolidar.

de construção de um saber acadêmico, a medicina ainda era vista com receio pela maioria dos indivíduos, os quais estavam bastante familiarizados com os demais tipos de terapeutas, ou seja, a medicina popular.

⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 143-144

⁷⁶ Idem, p. 147.

Após a construção das Faculdades de Medicina no Brasil, o ensino médico passou por inúmeras reformas tanto no âmbito teórico como na sua prática. Em 1854 o decreto nº 1.387 de 28 de abril, que ficou conhecido como Reforma Bom Retiro ou Reforma Couto Ferraz teve como objetivo reorganizar

as duas faculdades de Medicina do Império, do Rio de Janeiro e da Bahia, e representou um importante esforço na organização do ensino médico no país. [...] Manteve a designação de faculdades, apresentou novos estatutos, reformulou a administração e ampliou o quadro docente com a criação da classe de opositores. Determinou que a cada três anos seria selecionado um opositor para realizar uma viagem de aperfeiçoamento em instituições de ensino superior na Europa.⁷⁷

Ainda na segunda metade do século XIX, a medicina passou pela Reforma Leôncio de Carvalho.

Em 19 de abril de 1879, por meio do decreto nº 7.247, o ministro aprovou a reforma que recebeu seu nome. Inspirada nas universidades alemãs, a reforma instituiu a frequência livre às aulas, e permitiu a realização de cursos não oficiais nos próprios recintos das faculdades. Visando um melhor aproveitamento dos cursos, propunha a supressão das sabatinas e determinava a obrigatoriedade das provas práticas. Aboliu-se o juramento católico por ocasião da colação de grau, podendo cada doutorando jurar conforme o seu credo religioso. *Entre seus artigos propugnava-se pela primeira vez a permissão da diplomação de mulheres nos diversos cursos das faculdades e a concessão de autorização para que estas requeressem exame de verificação para obtenção do diploma de dentista.* [grifo meu]⁷⁸

Nas duas últimas décadas do século XIX, a medicina passará por mais duas Reformas: a Reforma Saboia (1884) e a Reforma Benjamin Constant (1891). Assim,

Em 25 de outubro de 1884, pelo decreto nº 9.311, foram implantados novos estatutos para as faculdades de medicina no Brasil, que em suas linhas gerais manteve o plano de Leôncio de Carvalho, com algumas modificações. Estas modificações ficaram conhecidas pelo nome de Reforma Sabóia, devido à atuação do então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Vicente Cândido Figueira de Sabóia (1881-1889). Cada Faculdade deveria ministrar um curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas e mais três cursos anexos, o de Farmácia, ainda em três anos, o de Obstetrícia e Ginecologia, em dois anos, e o de Odontologia, em três anos.

[...]

Após a Proclamação da República, nova organização foi conferida ao ensino médico no país, por meio do decreto nº 1.270 de 10/01/1891, aprovado pelo Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca e referendado pelo Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Com este decreto, as escolas de medicina, do Rio de Janeiro e da Bahia, passaram a denominar-se Faculdade de Medicina e Farmácia. A estrutura curricular foi alterada com a ampliação do número de disciplinas (29) e com a sua distribuição por 12 seções. Novos laboratórios (de química analítica e toxicológica e anatomia médico-cirúrgica e comparada) foram estabelecidos e determinada como obrigatória a frequência dos alunos nos mesmos.⁷⁹

⁷⁷ ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>. Acesso em: 9 fev. 2019.

⁷⁸ Idem, Ibidem.

⁷⁹ Idem, ibidem.

Essas duas Reformas não modificaram a atividade feminina nas Faculdades de Medicina. Dentre as reformas citadas, somente a proposta por Leôncio de Carvalho abrirá as portas das universidades para as mulheres. As demais reformas preocuparam-se somente com questões curriculares e não tiveram como pauta as figuras femininas.

No contexto em que essas Reformas foram realizadas no ensino médico, a prática médica como arte de cura vinha buscando ganhar espaço e conquistar pacientes, convivendo com as demais práticas de cura. A pesquisa de Rodrigo Dantas nos ajuda a compreender a atuação dos médicos na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, e como os debates e disputas entre os próprios médicos dificultou “uma ação conjunta de repressão das artes de curas populares” e abriu “brechas maiores de interação com os sangradores”.⁸⁰

Dantas utiliza como fonte principal o Almanak Laemmert a fim de colher informações sobre os nomes e endereços dos sangradores e médicos da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1844 até 1899. O historiador relaciona essas informações com os mapas da cidade e mapeia as áreas de atuação dos médicos e sangradores. Em sua investigação, Dantas encontra 2500 anúncios, de 1000 anunciantes barbeiros.⁸¹ O pesquisador percebe

“um aumento gradual de anunciantes no almanaque, com uma média de 93 anunciantes por ano ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Houve também um aumento significativo de lojas de barbeiros no mesmo período. [...] além do aumento gradual das lojas de barbeiros, houve pouca variedade de mudanças de endereços. [...] Já para os médicos também encontramos um número crescente de anunciantes para os primeiros anos, mas logo esse número se estabiliza em uma média de 300 anunciantes por ano. No ano inicial de 1844 temos 87 anunciantes, número que vai aumentar até o ano de 1857, quando se registra um número de 344 médicos anunciantes. A partir dessa data até o final de 1889 os números se estabilizam em uma média de pouco mais de 300 anúncios por ano.”⁸²

Nota-se, então, “quanto aos barbeiros, um aumento gradual contínuo dos anúncios até o último ano analisado, já para os médicos, esse aumento é verificado até o ano de 1857 quando há uma estabilização dos anúncios.”⁸³

A pesquisa de Rodrigo Dantas nos ajuda a perceber que a competição dos médicos por espaço interferiu “no modo como a profissão se inseriu e desenvolveu na corte.”⁸⁴ Mesmo com

⁸⁰ DANTAS, Rodrigo Aragão. As transformações no ofício médico e suas relações com as artes de cura no Rio de Janeiro (1840-1889). In.: VI ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2013, Florianópolis, p. 2. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.esclavidaoliberdade.com.br/site/images/Textos.6/rodrigodantas.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.

⁸¹ Os barbeiros eram um dos profissionais da arte de cura existentes no oitocentos, no Brasil. Sua prática consistia basicamente em realizar cirurgias, aplicar sanguessugas e fazer sangrias. Para mais informações, ver: FIGUEIREDO, B. G.: ‘Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX’. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, VI (2): 277-91, jul.-out. 1999.

⁸² DANTAS, R. Op. Cit., 2003, p. 3.

⁸³ Idem, ibidem.

⁸⁴ Idem, p. 4.

as inúmeras Reformas, como tentativa de propor melhoras ao ensino médico e assim, legitimar a medicina como arte de cura oficial do império, as disputas internas no processo de consolidação da medicina brasileira como ciência se acirraram, acabaram colaborando para a continuidade da existência de outros profissionais de cura, como é o caso dos barbeiros, analisado por Dantas.

Assim, a pesquisa de Dantas permite-nos enxergar, a despeito da tentativa de fiscalização e perseguição aos terapeutas não oficiais, sua permanência e atuação na cidade do Rio, até mesmo possuindo lojas, como existiram as barbearias. Dantas “elucida a aparente contradição de números, pois em uma época em que a medicina acadêmica ganha forças e reprime as práticas de curas populares, temos um aumento contínuo dos estabelecimentos de barbeiros.”⁸⁵

Contudo, a intenção dos médicos, com apoio do Estado, era acabar com os terapeutas não-oficiais, comumente chamados de charlatães. Gabriela Sampaio, em sua tese *Nas Trincheiras da Cura – As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*, expõe que

Usando métodos e tratamentos completamente diferentes daqueles utilizados pelos médicos tradicionais, e ainda oferecendo cura para males que a ciência médica não tinha resposta, curandeiros [...], e vários outros agentes de cura não oficiais, conquistaram muitos pacientes. Mas não foi só isso que conquistaram. Esses praticantes das mais variadas formas de medicina, todas consideradas ilegais, acabaram sendo alvos de uma verdadeira “cruzada anti-charlatanismo”, isto é, uma perseguição generalizada a todos os que exercessem alguma arte de cura que não fossem formados ou autorizados pelas faculdades de medicina do império. Esta perseguição, acentuada nas últimas décadas do século XIX, era, entretanto, bem antiga.⁸⁶

Fica evidente, portanto, que os médicos buscaram combater os agentes de cura não-oficializados. Todavia, a historiadora supracitada aponta que havia divisões também entre os próprios médicos, evidenciando o quanto esses profissionais almejavam combater a concorrência – tanto os curandeiros como os médicos – e conquistar espaço dentro da área médica.

Gabriela Sampaio, em sua pesquisa *Nas trincheiras da Cura – as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*, utiliza como corpo documental os periódicos correntes, sobretudo, no ano 1888. Na documentação é possível perceber o conflito dos médicos com os curandeiros, mas também, o conflito entre os próprios colegas de profissão que eram expostos nas páginas

⁸⁵ Idem, p. 8.

⁸⁶ SAMPAIO, Gabriela. *Nas trincheiras da cura – as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995, p. 6.

dos jornais, o que gerava ainda mais desconfiança por parte dos indivíduos nos profissionais oficiais da medicina.

Como exemplo, destaco a controvérsia existente entre o Doutor Figueiredo Magalhães e o Doutor Henrique Monat. Diante de uma série de polêmicas envolvendo os referidos médicos, o Sr. Magalhães recebeu o epíteto de “doutor Fura-Uretas”. Sampaio relata que a discordância entre os profissionais durou meses, “sendo publicadas quase diariamente nos principais jornais do Rio. As acusações eram sérias, e nada contidas; o debate não poupava desaforos e publicações de situações eticamente não publicáveis, por ambas as partes.”⁸⁷ Assim, era comum encontrar acusações de médicos apontando erros no tratamento do outros médicos e responsabilizando o profissional da medicina pelo óbito de determinados pacientes.⁸⁸ Ademais, havia discordâncias em relação aos procedimentos empregados, como no caso da aplicação de sanguessugas. Nem todos os médicos concordavam com esse método e denunciavam essa forma clínica através dos periódicos.⁸⁹

A aplicação de sanguessugas era um método utilizado – ao longo de todo o século – sobretudo pelos curandeiros e barbeiros (também conhecidos como sangradores). Esses eram, em sua maioria, escravos, negros libertos e pessoas empobrecidas. Da mesma forma, a profissão de parteira era realizada, majoritariamente, por mulheres pobres – negras ou libertas. Essas figuras femininas cuidavam não só do parto, mas dos abortos e problemas genitais femininos e, em alguns casos, eram amas de leite – nesse caso, as mulheres negras eram frequentemente escolhidas para tal função. Quanto aos médicos, farmacêuticos e boticários eram, em grande parte, pessoas brancas e de elite.

A representação a seguir, produzida pelo artista francês Jean Baptiste Debret, pode nos dar uma noção de como eram realizadas a prática de cura através da aplicação de sanguessugas pelos negros – escravos e libertos⁹⁰:

⁸⁷ SAMPAIO, G. Op. Cit., 1995, p. 17.

⁸⁸ “Entre muitas outras acusações torpes e falsas fez o sr. Figueiredo Magalhães a de ter eu matado o fotógrafo Manoel de Araújo Freire de Andrade (...)”, dizia Monat um dia após ter afirmado que os procedimentos de Magalhães eram tão ‘torpes’ e ‘brutos’ que podiam matar os doentes.” (SAMPAIO, p. 19)

⁸⁹ “(...) Diz o Sr. Dr. Lisboa que, além de outras prescrições, aplicou doze sanguessugas no perineo do doente, e que apesar disso a inflamação não cedeu (...) onde se viu o Dr. Lisboa aplicar-se bichas em tecidos infiltrados de urina, em um foco de pus?” (SAMPAIO, Gabriela. Nas trincheiras da cura – as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995, p. 20)

⁹⁰ Não podemos esquecer que existiam também as barbearias, que eram casas onde a arte de curar era realizadars pelos cirurgiões – ou sangradores. Na imagem de Debret, os pacientes estão sendo tratados ao ar livre, mas essa era uma das formas que poderiam receber as práticas de cura.

Figura 1 – Aquarela de Jean Baptiste Debret, 1826



Fonte: Revista História, Ciência e Saúde – Manguinhos [online], Nov. 2017

Notamos, através da imagem, que a busca por esse tipo de tratamento era feita sobretudo pelos próprios negros. Contudo, a historiadora Tânia Pimenta salienta que

A medicina popular [...] se distinguia da medicina acadêmica primeiramente pela classe social dos que a praticavam e dela se valiam. As práticas de cura populares eram exercidas por escravos, forros e livres pobres; já os que praticavam a medicina acadêmica eram, em geral, pessoas de posição econômica privilegiada. Outra característica da medicina popular era a falta de sistematização, muito embora a medicina acadêmica também não possuísse então um conjunto de teorias e práticas completamente organizados. De qualquer forma, as práticas terapêuticas oficiais hauriam em sua matriz européia concepções de doença e cura mais ordenadas em classificações de moléstias e métodos específicos de terapia. Também tinham a seu favor o fato de serem exercidas por pessoas de posição social privilegiada e o poder de tentar coibir práticas muito diferentes das suas. Mas a relação entre essas medicinas não se fazia apenas de imposição, por um lado, e resistência, por outro. Alguns medicamentos preconizados pelos médicos acadêmicos podiam ser utilizados pelos praticantes da medicina popular, e, certamente, o oposto também ocorria. Além disso, pessoas da classe dominante recorriam a tratamentos da medicina popular, prescritos por quem pertencia aos setores desfavorecidos da população, não só pela falta de médicos como por efeito da reconhecida competência dos terapeutas populares, ainda que, nessa questão, não se possa falar de reciprocidade, vez que a população mais pobre não tinha condições de recorrer à medicina oficial.⁹¹

⁹¹ PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, out. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000200005>.)

Embora as práticas de cura realizadas pelos sangradores – comumente denominados de barbeiros ou cirurgiões – fossem utilizadas tanto pelos mais pobres como por indivíduos mais abastados, a maioria daqueles que vão recorrer aos curandeiros são pessoas de condição financeira precária, sobretudo os escravos – como fica evidente na representação de Debret. Nessa obra do artista francês, vemos somente indivíduos africanos, possivelmente escravos, sendo tratados por um negro descalço, o que enfatiza sua condição subalterna.⁹²

Importante mencionar que, não eram apenas os curandeiros que faziam uso das sanguessugas em suas práticas de cura. Alguns médicos também se utilizavam desse tipo de tratamento – como Sampaio expõe em seu trabalho supramencionado. Assim sendo,

Sangrar era muito importante para a terapêutica acadêmica, mas constituía um ofício mecânico, menor aos olhos dos médicos... Nem as pessoas – escravos, forros, africanos, na maioria – nem o que elas faziam – ‘sangrar, sarjar e aplicar sanguessugas’ – mudaram. A novidade estava na progressiva organização de uma corporação médica e na luta dessa categoria pelo monopólio das práticas de cura.⁹³

Não significa, portanto, que toda a comunidade médica desconsiderasse essa prática de cura. Existiam aqueles médicos que as defendiam e até a usavam e aqueles que não as aceitavam, evidenciando, assim o desentendimento que ocorria entre os profissionais da medicina acadêmica. Assim, a perseguição da maioria dos médicos aos curandeiros não se dava porque estavam executando uma prática completamente recusada e desconsiderada pela medicina, e sim, porque, mesmo sendo um “ofício mecânico, menor aos olhos dos médicos”, esses terapeutas não oficiais estavam atuando entre boa parte da população (pobres e ricos). E o que os médicos desejavam eram exercer o monopólio na arte de curar.

Outro motivo de discordância entre os médicos era a quantia cobrada pelo profissional. Gabriela Sampaio encontra nos jornais correntes do Rio de Janeiro acusações de médicos contra seus colegas de profissão alegando que alguns profissionais cobravam preços abusivos, sendo, portanto, chamados de ladrões e exploradores”.⁹⁴ De fato, muitos médicos cobravam valores altíssimos o que tornava ainda mais difícil o acesso de setores populares a esse tipo de serviço, com isso, davam preferência aos curandeiros, rezadores, boticários, entre outros, por ser mais acessível as suas condições financeiras.

As discussões entre os médicos deixavam os pacientes inseguros com o procedimento, o que corroborava para sua falta de credibilidade, permitindo que os terapeutas não-oficiais continuassem exercendo forte influência nas práticas de cura. Além disso, os preços altíssimos

⁹² Embora suas roupas deixem nítida a diferença entre ele e os demais, todos apresentam-se descalços.

⁹³ PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. In: CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 319

⁹⁴ SAMPAIO, G. Op. Cit., 1995, p. 20.

permitiam que alguns compreendessem os médicos como gananciosos, o que ajudou para que sua imagem fosse se desgastando. Com isso, os médicos chegaram até mesmo a ser motivo de ironia no carnaval. Assim, Gabriela Sampaio salienta que

A discrepância dos tratamentos médicos, dava origem a tantos conflitos e a diversas ironias, podia também indicar que era sabido que havia muitos riscos quando se recorria a um médico. O modo pelo qual uma sociedade carnavalesca representou no carnaval daquele ano [1888] os famosos médicos e suas agitadas discussões é, nesse sentido, significativa. O Clube dos Democráticos, uma importante sociedade carnavalesca que, como outras, trazia às ruas seus carros de ideias ironizando situações e fatos principais de cada ano, mostrou em seu desfile o carro “Puxa-Puxa Monat e Figueiredo”. [...]

O fato desta questão ter sido tema do carnaval, indica o alcance social dessas polêmicas, que ao ganharem um espaço no desfile das Grandes Sociedades, chegariam também a um grande público, que assistia ao desfile. Ainda que a crítica realizada por aquela sociedade carnavalesca não tivesse nenhuma intenção de diagnóstico social, ou de alertar pacientes incautos, e pretendesse apenas ironizar uma questão que a própria agremiação julgava relevante, muitas pessoas assistiam ao desfile.

[...]

Não se pode esquecer que o Clube dos Democráticos era uma associação de “finos rapazes”, que provavelmente apoiava a classe médica de maneira geral, defendendo a medicina científica como única forma legítima de exercício da arte de curar. O que o desfile pretendia criticar era justamente o vexame promovido pelos médicos envolvidos na polêmica [...]

Mas, fosse qual fosse a intenção dos Democráticos, ao criticar dois membros da classe médica, acabavam abrindo a possibilidade de que se ridicularizasse muitos outros representantes da mesma classe. Afinal, o desfile estava na rua, para quem quisesse assistir.⁹⁵

As desavenças entre os médicos, os valores altos, as ironias e piadas geravam, portanto, medo e desconfiança dos doentes para com a medicina científica.

Ademais, no final da década de 1880 é possível encontrar curandeiros e demais agentes de cura – apesar dos esforços dos médicos para conter a atuação desses terapeutas não oficiais – anunciando livremente seus serviços nos jornais. Encontra-se anúncios tanto de curandeiros como de remédios, tais como “elixires, xaropes, pós, licores específicos, pomadas pílulas, óleos e outras tantas misturas”.⁹⁶

Gabriela Sampaio, ao analisar os jornais da época, destaca a existência de uma “verdadeira guerra” contra os curandeiros. No final do século XIX, a medicina – a despeito das controvérsias entre os profissionais, da falta de confiança da população e da falta de condição financeira por parte de alguns setores populacionais para bancar um tratamento médico – estava começando a se consolidar como um saber acadêmico e científico capaz de orientar as questões sociais e de se tornar o principal responsável pelas práticas de cura. No final da década de 1880,

⁹⁵ SAMPAIO, G. Op. Cit., 1995, p. 24-26.

⁹⁶ SAMPAIO, G. Op. Cit., 1995, p. 82

percebe-se o fortalecimento de medidas contra o curandeirismo, deixando evidente a persistência dessas práticas. Desse modo,

A imprensa, que tanto espaço havia dado para os problemas dos médicos, criticando-os a ponto de alguns doutores julgarem-se injustiçados, aderiu também deliberadamente à cruzada anti-curandeirismo. Um combate que vinha sendo travado pelos médicos há bastante tempo, que contava com apoio de autoridades e outros membros de elite intelectualizada, mas que agora parecia ter se tornado mais explícito, e bem mais intenso, fazendo parte de um contexto mais amplo de repressão a práticas e crenças presentes entre os populares.⁹⁷

No final da década de 1880, notamos que a figura do médico começa a se fortalecer como um saber acadêmico – ainda que continue enfrentando a concorrência com determinados terapeutas não oficiais e que tenha iniciado seu processo de institucionalização no início do século XIX. Foi justamente em meio a esse embate que Rita Lobato, Ermelinda Lopes de Vasconcellos e as demais médicas pioneiras do século XIX se formaram em medicina. Dessa forma, tais mulheres vão disputar espaço no mercado de trabalho com os homens formados em medicina e com os demais terapeutas não-oficiais que atuavam nesse momento.

Como vimos, o fortalecimento da medicina foi fruto da constituição das faculdades no Rio de Janeiro e Bahia, bem como, de associações médicas que objetivavam construir o perfil médico, promover a pesquisa científica e legitimar o médico como principal responsável pela saúde. Gabriela Sampaio expõe que, apesar das discussões envolvendo profissionais de medicina – como a controvérsia entre o Doutor Figueiredo Magalhães e o Doutor Henrique Monat, já mencionada –, “nos momentos em que era necessário se opôr aos concorrentes, os conflitos e críticas internas ‘desapareciam’”⁹⁸ em busca da afirmação da atividade médica. Essa união da corporação serviu para legitimar o poder da medicina e auxiliou na formação de uma elite médica através da associação em grupos, tais como a Academia Nacional de Medicina.

4. Uma reserva de mercado: o exercício da medicina e o papel das teses médicas sobre as mulheres no processo de consolidação da institucionalização da profissão

Marie Josephine Mathilde Durocher nasceu em Paris e veio para o Brasil junto de sua mãe em 1816, quando tinha sete anos de idade. Na França, sua mãe Anne Durocher – que fora educada por uma tia abastada e defendia ideias políticas liberais – exercia o ofício de florista. Ao chegar no Brasil, com o apoio de alguns compatriotas, Anne estabeleceu uma casa de modas e miudezas que prosperou. Maria Lucia de Barros Mott salienta que “esta imagem de mulher

⁹⁷ SAMPAIO, G. Op. Cit., 1995, p. 85-86

⁹⁸ Idem, p. 53.

empreendedora e forte também é a lembrança que a filha guardou da mãe”.⁹⁹ Além de tê-la como exemplo, Marie Durocher contou com a preocupação da mãe com sua educação. Apesar de ser mãe solteira, Anne Durocher possuía uma boa condição financeira, o que permitiu a ela empreender um negócio e manter certo padrão de vida. Dessa maneira, a jovem Durocher – depois conhecida como Madame Durocher – pôde receber uma boa instrução educacional:

a educação que adquiriu ao longo de sua vida estava acima da média das mulheres daquele tempo.

Mme Durocher conta que enquanto pôde a mãe cuidou pessoalmente da sua educação. Inclusive durante a longa e acidentada viagem que as trouxe para o Brasil. Depois ocupada com a loja Ana Durocher matriculou a filha em algumas das escolas existentes para o sexo feminino neste início do século XIX. [...] estudou num colégio brasileiro, em outro inglês e ainda em outro holandês particular para aprender o alemão e o inglês.¹⁰⁰

Essa boa educação sem dúvida concebeu as bases para que pudesse ingressar posteriormente no curso de partos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1834). Após o falecimento de sua mãe, em 1829, Marie Durocher continuou por um tempo na atividade comercial exercida por ela. No entanto, após o assassinato de seu companheiro, Pedro David, em 1832, Marie começou a enfrentar dificuldades para continuar no comércio de modistas e “sob a influência das parteiras francesas Madame Berthou e Pipar, suas amigas e hóspedes por certo tempo, decidiu se matricular no Curso de Partos.”¹⁰¹ É notável, portanto, que além da sua boa instrução, as redes de sociabilidade e a condição financeira de Madame Durocher levaram-na à decisão de se tornar uma parteira diplomada.

Na prática da profissão adotou trajes masculinos, pois, segundo ela, transpassaria maior confiança às parturientes o que, segundo um observador da época, seria uma forma de “não ser confundida à noite com as prostitutas, quando atendia em domicílio.”¹⁰² A escolha de Durocher em usar roupas ditas masculinas pode ser compreendida como uma estratégia para permanecer na profissão e conquistar a confiança da sociedade, mas também, nos diz muito sobre as diferenças sociais estipuladas entre homens e mulheres. Para conquistar o público e obter respeito, Durocher, em seu ofício, deveria abrir mão da sua feminilidade e se caracterizar com traços masculinos. Ademais, essa era uma forma de destacar sua moralidade. Tudo isso

⁹⁹ MOTT, Maria Lucia de Barros. “Madame Durocher, modistas e parteira”. In. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 2, nº 3, 1994, p. 106.

¹⁰⁰ Idem, p. 110.

¹⁰¹ PORTO, F., CARDOSO, TC. “A luta das parteiras diplomadas pela prática da obstetrícia no Rio de Janeiro (Brasil)”. In.: *Enfermería Global*, n. 15, fev. 2009, p. 3.

¹⁰² Idem, p. 3-4.

demonstra que, ao exercer atividades e ocupar o espaço público no século XIX, as mulheres fizeram uso de certos mecanismos para se legitimar em sua atuação profissional.

Com o tempo, Madame Durocher se tornou uma das parteiras mais renomadas do século XIX. Atendia mulheres das mais variadas posições sociais – desde escravas às mulheres ricas. Estima-se que Durocher realizou cerca de cinco mil partos. Em 1866, foi designada parteira da Casa Imperial. Além de realizar partos, Mme Durocher dava instruções sobre os recém-nascidos, cuidava deles, indicava amas de leite, dava pareceres sobre defloramento, auxiliou no tratamento da cólera e febre amarela e produziu artigos sobre obstetrícia. Tornou-se assim uma figura importante para a saúde pública¹⁰³ e em 1871 foi convidada para ingressar na Academia Imperial de Medicina, sendo a primeira mulher a ocupar uma cadeira na instituição.¹⁰⁴

É digno de nota destacar que Madame Durocher, além de ser a primeira mulher a ser convidada para ingressar na ANM, será a única por muito tempo. Até mesmo as médicas pioneiras do século XIX não receberam o convite para ocupar uma cadeira na agremiação. Em um levantamento dos membros da ANM, percebi que depois de Marie Durocher só vamos ter outra mulher como membro no ano de 1985: Léa Ferreira Camillo-Coura, ocupando a cadeira n.º 82.¹⁰⁵ Além disso, no total de 670 membros que já fizeram – e fazem – parte da Academia, só sete mulheres ocupando cadeiras durante todo o tempo de existência.¹⁰⁶

¹⁰³ Informações retiradas do site da Academia Nacional de Medicina: [http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+\(Cadeira+No.63\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+(Cadeira+No.63)).

¹⁰⁴ Foi eleita em 17 de abril de 1871 e tomou posse em 08 de maio de 1871, sob a presidência de José Pereira Rego. Sendo membro titular da Seção de Cirurgia. Fonte: [http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+\(Cadeira+No.63\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+(Cadeira+No.63)).

¹⁰⁵ Léa Ferreira Camillo-Corra formou-se em Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1957. Em 1963, foi para Londres realizar mestrado na “The London School of Hygiene and Tropical Medicine”, Universidade de Londres. Foi eleita como membro emérito da Academia Nacional de Medicina, na Seção de Ciências Aplicadas à Medicina, em 23 de maio de 1985 e tomou posse, sob a presidência de Aloysio de Salles Fonseca, em 25 de junho de 1985. Realizou pesquisas e atividades na área de Doenças Infecciosas e Parasitárias. Foi professora na Faculdade de Medicina da UFRJ, Chefe do Departamento de Medicina Tropical do Instituto de Manguinhos, FIOCRUZ. Orientou diversas pesquisas na área da saúde. Ademais, foi a primeira mulher a ser indicada Membro Honorário da Academia Brasileira de Medicina Militar, depois tornou-se Membro Titular e Emérita. Fundou a Academia de Medicina do Rio de Janeiro e da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. (Informações retiradas do site da ANM: [http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=81&descricao=Lea+Ferreira+Camillo-Coura+\(Cadeira+No.+82\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=81&descricao=Lea+Ferreira+Camillo-Coura+(Cadeira+No.+82))).

¹⁰⁶ Marie Josephine Mathilde Durocher (Cadeira n.º 63): Tomou posse no dia 8 de maio de 1871; Lea Ferreira Camillo-Coura (Cadeira n.º 82): Tomou posse no dia 25 de junho de 1985; Anna Lydia Pinho do Amaral (Cadeira n.º 79): Tomou posse no dia 20 de junho de 1995; Talita Romero Franco (Cadeira n.º 37): tomou posse no dia 1º abril de 1997; Eliete Bouskela (Cadeira n.º 94): tomou posse no dia 20 de julho de 2004; Patricia Rieken Macêdo Rocco (Cadeira n.º 85): tomou posse no dia 28 de agosto de 2012 e Mônica Roberto Gadelha (Cadeira n.º 06): tomou posse no dia 27 de maio de 2014. (Informações retiradas do site da Academia Nacional de Medicina: http://www.anm.org.br/academicos_imortais.asp)

Como já discutido, a ANM é uma instituição que buscou criar uma elite médica. Até os dias atuais, os membros que participam da Academia são considerados excelentes profissionais e parte de uma elite da medicina. O número tão reduzido de mulheres que fizeram e fazem parte da ANM deixa claro o caráter majoritariamente masculino, numa tentativa de diminuir a participação feminina e incluí-la nessa elite. Nesse sentido, como Joan Scott afirmou, o gênero aparece como “um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais” e “é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”.¹⁰⁷ As diferenças físicas entre homens e mulheres são compreendidas como argumento capaz de conferir ou não poder em determinados âmbitos sociais.

O fato de não haver nenhuma médica como membro da ANM no século XIX, me leva a sustentar a hipótese de que, em meio à medicina como um campo de disputa – como já mencionado nesse capítulo – a atuação de mulheres como médicas causava certo receio de perder ainda mais espaço na prática da profissão e no mercado de trabalho.¹⁰⁸ Nessa linha de raciocínio, as brasileiras recém-formadas em medicina passaram, estrategicamente, a construir um campo de atuação específico – visto que, o cuidado com a saúde da mulher e crianças seria uma área destinada às médicas¹⁰⁹. Assim sendo, a ausência dessas profissionais como membros da ANM, embora fossem legalmente diplomadas, as impedia de fazer parte de uma elite médica e a ingressar numa rede de sociabilidade e profissionais que poderia torná-las ainda mais preferidas dentre a clientela específica de mulheres e crianças.

Os discursos pautados na natureza procuravam diminuir a capacidade intelectual feminina, numa tentativa de reduzi-las ao espaço privado e manter a hierarquia na área do saber médico. Isso excluía as mulheres de uma boa fatia do mercado de trabalho de profissões liberais que se formava, garantindo uma reserva dessa fatia do mercado de trabalho para os homens.

Tal discurso, pautado em argumentos biológicos, também serviu como base para uma educação diferenciada entre homens e mulheres. Ao público masculino era ofertado o ingresso às universidades, posto que, para a sociedade vigente, os homens apresentavam capacidade intelectual superior à feminina, demonstrando aptidão para a condução política do Império. No caso das mulheres, porém, a educação deveria formá-las para a vida doméstica e daria a elas a

¹⁰⁷ SCOTT, Joan. “Gênero; uma categoria útil para análise histórica.” Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Do original *Gender: An useful category of hystorical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 22.

¹⁰⁸ Gabriela Sampaio destaca que até mesmo os médicos estrangeiros eram vistos, pelos médicos brasileiros, como concorrentes e, por isso, buscou dificultar a atuação desses aqui, por colocar obstáculos para a validação do diploma desses profissionais que vinham de outros países, talvez atraídos pela falta de médicos no Brasil. SAMPAIO, Gabriela. “*Nas trincheiras da cura – as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*”. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995, p. 127.

¹⁰⁹ Esse assunto será melhor analisado ao longo desse trabalho.

oportunidade de conseguir um bom casamento, pois, uma mulher que recebera instrução formal seria melhor mãe e cuidadora do lar.

Susan Besse defende que esse sistema educacional diferenciado lançou a base para a divisão sexual do trabalho.¹¹⁰ Assim, “o constructo da cidadania foi, simultaneamente, um conjunto de dicotomias associadas ao gênero, fundamentais” para justificar a exclusão feminina, onde destinava aos homens o espaço público e garantia-lhes direitos, enquanto a mulher seria destinada ao âmbito privado e interpretada como “não cidadã”.¹¹¹

Nesse contexto o ano de 1879 foi, portanto, um marco para a educação feminina, pois a partir da Reforma de Leôncio de Carvalho as mulheres passaram a ter acesso à educação superior. A partir de 1887, com a formatura de Rita Lobato, a medicina passa a contar com médicas formadas por universidades brasileiras. Além do mais, a década de 1880 foi um momento de reivindicações significativas para a educação, pois não só as mulheres vão requerer instrução de qualidade, como também homens e mulheres recém-saídos da escravidão intensificarão suas demandas.

Enquanto os legisladores se defrontam com a perspectiva de uma grande massa de libertos indesejáveis ocupando espaços públicos e reivindicando cidadania, na década de 1880 ainda começam a aparecer as propostas para o sufrágio feminino. Dessa maneira, vamos ter as mulheres e os libertos em busca de direitos e cidadania, o que, certamente incomoda aqueles que desejam manter seus status e poder. Associações como a ANM caracterizam mais uma maneira de manter a hierarquia e o poder concentrados na figura masculina, branca e elitizada.

No entanto, mesmo com a conquista de 1879, que possibilitou o acesso feminino a educação superior, a educação básica continuará tendo como característica a diferenciação do ensino feminino e masculino até o início do século XX. Porém, Elisabeth Sousa Abrantes explicita que, a despeito da educação feminina diferenciada, essa instrução permitiu o surgimento de novas oportunidades para a conquista de mais espaços de autonomia.¹¹²

Evidentemente, a educação desigual entre homens e mulheres reproduzia um sistema cuja ideia central colocava a mulher como a figura responsável pelo cuidado do lar, porém,

¹¹⁰ BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*; tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999, p. 141.

¹¹¹ ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil*. In: _____ (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 155.

¹¹² “O crescimento urbano imprime um novo estilo de vida à mulher de elite, com novos espaços de socialização, uma demanda no consumo de produtos da moda, e uma maior circulação pela cidade facilitada pelos meios de transportes urbanos. Essa “nova mulher” também amplia o mercado editorial, com produções voltadas para o público feminino, não só os folhetins como também as revistas femininas, organizadas como empresas para atender ao público feminino.” ABRANTES, Elisabeth Sousa. *Mãe Civilizadora: A educação da mulher nos discursos feminista e antifeminista na primeira república*, p. 2.

desconsiderar o agenciamento feminino não permite apreendermos as experiências dessas mulheres.¹¹³ Desse modo, concordo com Abrantes, ao pensar que apesar das meninas frequentarem escolas cujo ensino era voltado para a vida doméstica, o fato delas passarem a ter acesso à educação permitiu obter certa autonomia e, possivelmente, as influenciou a conquistarem ainda mais o espaço público.

De acordo com Clara Araújo, o discurso sobre as diferenças sexuais e dos lugares naturalmente estabelecidos para homens e mulheres

foi fundamental na construção da ordem moderna e na aceitação da não cidadania das mulheres, sem, contudo, excluí-las da sua condição humana. A saída para incluí-las, já que elas não estavam fora da humanidade, foi a distinção entre o sujeito passivo – vinculado à esfera privada e desprovido de certos requisitos para interferir na coisa pública – e o sujeito ativo, cidadão e dotado desses requisitos.¹¹⁴

A socióloga explicita, portanto, que as mulheres existiam e era necessário pensá-las como indivíduos que pertenciam à sociedade. Mas, qual papel destinar a elas? A principal maneira de fazer isso foi por tentar promover o conceito de mulher passiva, recatada, cuja função natural seria cuidar da casa, dos filhos e do marido. Contudo, Araújo expõe que “a *exclusão* da mulher da cena pública não é sinônimo de sua ausência da cena social.”¹¹⁵ Assim, faz-se necessário buscar as ações femininas a fim de compreender suas experiências diante do discurso proposto.

A despeito da desigualdade social vivenciada pela figura feminina – em virtude da promoção de um modelo que naturaliza o cuidado como missão da mulher –, muitas mulheres não adotaram o paradigma proposto, trabalharam e estudaram. Além disso, inúmeras mulheres pobres já trabalhavam em prol da sobrevivência¹¹⁶ e as que puderam ingressar no curso superior – isto é, as filhas da elite – dedicaram-se ao estudo e exerceram profissões ditas masculinas.

Assim, no ano de 1879, conforme já mencionado nesse capítulo, o Ministro Leôncio de Carvalho propõe reformas na educação pública. Dentre as modificações ressaltadas, há a garantia do ingresso feminino nos cursos superiores. A partir de então, inicia-se, paulatinamente, a presença de mulheres nas universidades brasileiras. O próximo capítulo se

¹¹³ Nesse trabalho, o conceito de “experiência” refere-se as proposições do historiador inglês Eduard Palmer Thompson cuja concepção considera a experiência como fundamento principal para analisar os sujeitos como agentes históricos, buscando recuperar aspectos particulares e do cotidiano dos indivíduos com a finalidade de encontrar o agenciamento a partir do contexto vivenciado por tais. Ver: THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

¹¹⁴ ARAÚJO, Clara. *Cidadania democrática e inserção política das mulheres*. Revista Brasileira de Ciência Política, n.9, Set., 2012, p. 154.

¹¹⁵ Idem, p. 155.

¹¹⁶ Para mais informações, ver: SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência – Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

dedicará a investigar o processo de inserção feminina no ensino superior sobretudo no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE INSERÇÃO FEMININA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX

A fim de investigar a trajetória de Ermelinda Lopes de Vasconcellos – primeira mulher a se formar em medicina no Rio de Janeiro –, considero fundamental recuperar as figuras femininas que ingressaram no ensino superior no final do século XIX e início do XX, em áreas como o Direito e a Medicina. Minha proposta é demonstrar que Ermelinda não foi a primeira, nem a única a se formar em medicina no período ou a ingressar em um curso universitário, como o Direito. Intenciono examinar a realidade social vivida por Ermelinda a fim de avaliar os limites e as possibilidades dela e das mulheres nesse contexto.

Para tanto, buscarei discutir o processo de inserção feminina em cursos de nível superior no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, evidenciando o contexto em que Ermelinda e outras figuras femininas vivenciaram experiências semelhantes à da médica em questão, buscando compreender suas margens de ação dentro das possibilidades e limites oferecidos naquele momento.

1. A construção do curso de ciências jurídicas no Brasil

Para compreender a repercussão da formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos em medicina em 1888 faz-se necessário investigar o ingresso das primeiras mulheres em cursos de ensino superior no Brasil. Com base nas leituras de trabalhos sobre a temática – isto é, do acesso das mulheres à educação de nível superior no século XIX – destaco a presença de mulheres nos cursos de medicina e direito por serem áreas destinadas sobretudo ao público masculino. Dedicarei parte deste capítulo a investigar brevemente as trajetórias das primeiras bacharelas em Direito que, além de Ermelinda, seguiram o caminho da educação formal para o exercício da profissão. Antes disso, porém, considero importante discorrer – ainda que de forma breve – sobre a constituição do curso de Direito no Brasil.

A criação do curso de ciências jurídicas e sociais ocorreu em 1827¹¹⁷ – após longos debates sobre essa necessidade desde a instalação da Assembleia Constituinte em maio de

¹¹⁷ “O sistema de ensino estabelecido pela Lei Histórica de 11 de agosto de 1827 surgiu em um contexto de profundas modificações históricas: Napoleão Bonaparte dominava parte da Europa, a Família Real havia fugido para Colônia, na sequência a Independência se proclamara, a Monarquia estava em seu último suspiro e a República ecoava no Florão da América. É nessa conjuntura que a Lei foi promulgada, buscando a conciliação dos interesses de todos os grupos que estavam no país, sem arraigar da elite – e essa é uma preocupação constante – o poder.” In.: OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. O ensino jurídico em nosso país no período imperial

1823¹¹⁸ – quando foi sancionada a Lei de 11 agosto que instituía a fundação das faculdades de Direito em São Paulo e Olinda. Contudo, somente no ano de 1838, após inúmeros debates, decretos e emendas, os cursos foram de fato instaurados,¹¹⁹ e instalados no Mosteiro de São Francisco (São Paulo) e no Mosteiro de São Bento (Olinda). Segundo Oliveira e Toffoli, isso evidenciava “a carência do Estado independente, que estruturalmente não dispunha de locais para os cursos, e a ingerência da Igreja em assuntos estatais, o que pode até ser, herança dos Jesuítas e sua vocação para o ensino”.¹²⁰ Os autores supracitados também enfatizam que, no início do curso até o final dos oitocentos, poucos eram aqueles que conseguiram ter acesso aos cursos de bacharelado em direito. O número de mulheres que ingressaram no curso de Direito e o concluiu era ainda menor. Por isso, buscamos aqui resgatar algumas delas que cursaram o ensino superior – no final do século XIX, sobretudo na década de 1880 – e descobrir se conseguiram de fato exercer a profissão, buscando os meios que possibilitaram o acesso feminino à educação e a atuação dessas mulheres.

O curso de Direito, em especial no momento em que foi criado, era fortemente influenciado pelo sentimento de patriotismo. As disciplinas eram voltadas para “a Constituição do Império, o direito pátrio civil e criminal, o direito comercial e marítimo e a Economia Política”.¹²¹ As faculdades de Direito eram, portanto, centros de produção intelectual cujo propósito visava os benefícios do Império, em que os *homens* que ali estudavam deveriam se tornar aptos para pensar nas questões sociais e políticas. Assim,

e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade. XXI Encontro nacional do CONPEDI: Sistema jurídico e Direitos fundamentais individuais e coletivos, 2012, Florianópolis. *Anais...* p. 1-27 Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>>. Acesso em: 11 jun. 2018, p.13.

¹¹⁸ “Foi José Feliciano Fernandes Pinheiro (formado em Direito por Coimbra) quem propôs na Assembleia Constituinte, em 14 de junho de 1823, pela primeira vez, a criação de cursos jurídicos no Brasil. E, na sequência, ofereceu o ilustre deputado, a indicação da criação no então império do Brasil, de uma Universidade em São Paulo, com uma faculdade de Direito Civil, composta por duas cadeiras, uma de Direito Público Constitucional e outra de Economia Política, a indicação foi reduzida a Projeto de Lei da Comissão de Indicação Pública na sessão de 18 de agosto de 1823. A justificativa inicial, portanto, dos que advogavam a criação de cursos jurídicos no país, era a necessidade de ‘tirar os brasileiros da penosa necessidade de irem mendigar as luzes nos países remotos’. [...] Mas, com a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, por ato absolutista de Dom Pedro I, a criação foi adiada, muito embora lançada a ideia; as discussões se larguearam, existindo certo consenso o qual entendia como próspera a criação de dois cursos jurídicos no Brasil. In.: OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. O Ensino jurídico em nosso país... p. 8651-8652.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de; MIALHE, Jorge Luis. História da Educação Jurídica e a Questão de Gênero: As primeiras bacharéis em Direito. XXIV Encontro nacional do CONPEDI: História do Direito, 2015, Florianópolis. *Anais...* p. 8-23. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/gv4u3hv2/qsxn24aoGQ82QpPf.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018, p. 10.

¹²⁰ OLIVEIRA, J. S.; TOFFOLI, V. Op. Cit., p.10.

¹²¹ MEIRA, Sílvio. Teixeira de Freitas: o juriconsulto do Império. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979. (Coleção documentos brasileiros, n. 185), p. 55. In.: OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de; MIALHE, Jorge Luis. História da Educação Jurídica e a Questão de Gênero: As primeiras bacharéis em Direito. XXIV Encontro nacional do CONPEDI: História do Direito, 2015, Florianópolis. *Anais...* p. 11.

o “bacharel em direito” torna-se o portador dos “grandes interesses sociais” e da “ordem jurídica” (Montezuma [1862] apud Pena, 2001:61), guardião da verdade (Monteiro, 1897:249), elemento fundamental no processo de neutralização dos juízos elaborados a partir dos usos do diploma de direito. Portanto, o duplo processo que fundamenta a vocação ao exercício das atividades jurídicas é, de início, totalmente político, ancorado tanto na seletividade social que está na base do acesso aos diplomas, quanto no sentido de missão, o que faz com que a educação recebida nestas instituições estimule a “paixão política”.¹²²

A promoção do ensino jurídico, portanto, tinha como objetivo formar “políticos e administradores genuinamente brasileiros” para conduzir o país sem obter vínculos com a Igreja e com Portugal.¹²³ Diante disso, a legitimação dos homens de elite para a ocupação dos lugares de poder na esfera públicas, justificada e naturalizada através de critérios pautados nas diferenças biológicas, parece ter orientado as razões para que somente após quase sessenta anos depois da criação do curso de ciências jurídicas uma mulher se matriculasse.

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro foi criada no ano de 1891. A partir do Decreto nº 639 de 31 de outubro de 1891, concedeu-se “à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e à Faculdade Livre de Direito, o título de faculdades livres, com os privilégios das federais”.¹²⁴

2. As primeiras mulheres a ingressarem no curso de Direito no Brasil

As primeiras mulheres a se formarem em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais foram: Delmira Secundina, Maria Coelho da Silva Sobrinho, Maria Fragoso e Maria Augusta Coelho Meira de Vasconcellos.¹²⁵ Tais mulheres concluíram o curso na Faculdade do Recife nos anos de 1888 e 1889. Em busca de informações sobre as primeiras bacharelas em direito, fiz um breve levantamento na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Utilizei o recurso de

¹²² BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. As faculdades de direito e o recrutamento de professores de ensino superior na Primeira República. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, Brasília, ano 32, n. 3, p. 749-769, Set./Dez. 2017, p. 754.

¹²³ OLIVEIRA, J. S.; TOFFOLI, V. Op. Cit., p.5.

¹²⁴ Idem, p. 15.

¹²⁵ Delmira Secundina da Costa: Nascida em Pernambuco, no dia 27 de agosto de 1866, em 08 de março de 1884, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde recebeu o título de bacharel em 1888; Maria Coelho da Silva Sobrinha: assim como Secundina, nasceu em Pernambuco, porém não temos informações sobre a data de seu nascimento. Matriculou-se em 21 de março de 1885 na Faculdade de Direito do Recife e se formou em 1888; Maria Fragoso: Também nascida em Pernambuco, sem informações sobre sua data de nascimento, tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1888; e, Maria Augusta Coelho Meira de Vasconcelos: Nasceu em Pernambuco, no dia 09 de maio de 1872. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 18 de março de 1885, recebendo o título de bacharel em 1889. Tais informações foram retiradas do site da Universidade Federal de Pernambuco: https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/1827-1927-primeiras-bacharelas/590249.

busca por palavras-chave, onde digitei os nomes das mulheres citadas anteriormente. Delimitei como recorte temporal o ano de 1888, por ser o ano de formatura dessas pioneiras – com exceção de Maria Augusta Vasconcellos, que se formou em 1889.

É importante destacar que nos jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, tais como *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* e *Diário de Notícias* não encontrei nenhuma menção ao nome dessas primeiras bacharelas, evidenciando a possível falta de notícias sobre a formatura dessas figuras femininas. As únicas referências à formatura delas encontradas em minha busca, em periódicos editados e que circulavam sobretudo no Rio de Janeiro, foram feitas no *Jornal A Família: jornal litterario dedicado a educação da mãe e familia* e no *O Fluminense* – publicado na cidade de Niterói.¹²⁶

No jornal *O Fluminense*, a notícia é apresentada brevemente na segunda página do periódico. Importante mencionar que *O Fluminense* foi fundado em 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional, Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos, e circulou em Niterói e no Rio de Janeiro até a década de 1930. Porém, Travassos deixou o jornal alguns meses após a fundação, ficando Rodrigues de Miranda como o único diretor. A partir de então, o periódico tornou-se oficialmente “o órgão conservador da província do Rio de Janeiro”.¹²⁷ Além de militar pelo conservadorismo e tecer críticas aos liberais, o jornal publicava notícias e informações sobre casas comerciais e sobre os acontecimentos da cidade de Niterói e do Rio de Janeiro.

Percebe-se que não era um periódico destinado especificamente às moças e senhoras – como o jornal *A Família* –, dessa maneira, não tinha como público-leitor principal as mulheres e nem possuía a intenção de defender os direitos femininos. Esse jornal, de cunho informativo e conservador, publicou a notícia sobre a formatura de duas mulheres na forma de uma pequena e discreta nota:

Na faculdade de direito do Recife terminam este anno o curso respectivo e devem receber o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes as Exmas. Sras. DD. Maria Coelho da Silva Sobrinho e Delmira Sencundina da Costa.¹²⁸

¹²⁶ Não investiguei mais a fundo, isto é, em outros jornais, pois, tais mulheres não são de fato o objeto de estudo da presente pesquisa, todavia, considero importante destacar suas trajetórias e compreender os motivos que levaram algumas a não seguir a carreira a fim de depreender as experiências femininas, descartando a generalização do patriarcado e do discurso sobre a mulher ideal.

¹²⁷ LEAL, Carlos Eduardo; COUTO, André. *O Fluminense*. In.: Verbetes CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>. Acesso em: jan./2018.

¹²⁸ O FLUMINENSE, Niterói, 26 de outubro de 1888, n. 1623, ano XI, p. 2.

O editorial contava com quatro páginas, estando essa breve nota informativa sobre a formatura das pernambucanas na segunda página de *O Fluminense*¹²⁹ em uma coluna de notícias em geral.

Já o periódico *A Família: jornal litterario dedicado a educação da mãe e familia*, tinha um perfil muito diferente do *Fluminense*. Sua proprietária, diretora e redatora-chefe era Josephina Alvares de Azevedo. Inicialmente, era publicado em São Paulo (de 18 de abril de 1888 a 23 de fevereiro de 1889), mas a partir de fevereiro de 1889 passou a ser publicado no Rio de Janeiro, em virtude da mudança de Josephina para a cidade. Era um periódico cuja direção provinha de uma figura feminina, sendo possível observar um discurso menos conservador. Assim, a despeito de trazer receitas de culinária, moda, notícias, ou seja, artigos específicos destinados às leitoras, é possível perceber, em alguns momentos, a defesa pela conquista de direitos e emancipação das mulheres.

A notícia da formatura das bacharelas em direito foi publicada sob o título “*Bravo*”, na seção *Novidades*, na oitava (e última) página do jornal que tinha como objetivo fornecer informações sobre os acontecimentos recentes, em especial sobre as conquistas femininas, sobretudo no âmbito educacional:

BRAVO!

Na faculdade de Direito do Recife terminaram o respectivo curso, devendo receber o grau de bacharel em ciencias sociaes e juridicas, as Exmas. Sras. DD. Palmira Secundina da Costa, Maria Frago e Maria Coelho da Silva Sobrinho. São estas as primeiras senhoras que no Brazil se formam em Direito. Que tenham muitas imitadoras é o que sinceramente almejamos.¹³⁰

É possível observar nessa notícia publicada no jornal *A Família* – cuja informação não é assinada por nenhum(a) autor (a) específico, sendo, portanto, representado pelo editorial – um tom de defesa pela promoção da educação feminina. Ao publicar: “que tenham muitas imitadoras é o que sinceramente almejamos” notamos a expressão de incentivo para que outras mulheres tivessem acesso à educação superior e ocupassem um espaço compreendido como masculino.

Há, portanto, uma clara distinção entre a notícia reportada no jornal *A Família* e *O Fluminense*. Esse não repudia e tampouco silencia a formatura das pernambucanas em Direito, em contrapartida não explicita nenhuma manifestação de orgulho e incentivo para as demais mulheres. Entretanto, o fato de ao menos citar a formatura dessas mulheres é algo importante, posto que, demais periódicos sequer a mencionaram. Já no periódico *A Família*, cuja edição

¹²⁹ O *Fluminense* foi uma importante fonte de informações sobre Ermelinda Lopes de Vasconcellos, pois o editorial circulava na cidade de Niterói, local em que a jovem morou durante boa parte de sua infância e juventude. Por isso, busquei também informações nesse jornal a respeito das pioneiras do Direito.

¹³⁰ A FAMÍLIA, São Paulo, n. programa, 1888, p. 8

estava a cargo de uma mulher que expôs diversas vezes o desejo de que as mulheres conquistassem novos espaços – embora não deixasse de defender também o papel materno e do cuidado do lar –, expõe a notícia em tom elogioso e incentiva outras figuras femininas a obterem o título de bacharel, evidenciando, assim, o desejo de que as mulheres deveriam buscar obter acesso a educação e ocupar cargos defendidos como pertencentes apenas ao homem.

Por fim, gostaria de destacar a notícia explicitada no jornal *A Republica* que circulava em Curitiba.¹³¹ O jornal começou a ser publicado em 1885, apresentando-se, no Império, como órgão do Clube Republicano. Era publicado uma vez por semana e seu diretor era Joaquim Antonio da Silva. O periódico sustentava como lema a “Patria e a Democracia”. Numa análise geral, percebemos que seu objetivo era defender o sistema republicano, além disso, propunha divulgar informações políticas e sociais.

Diante disso, era comum reforçar algumas notícias que circulavam em outros lugares do país, como a cidade do Rio de Janeiro. É o que percebemos em relação à notícia de formatura das primeiras bacharelas em Direito no Recife:

PRIMEIRAS BACHAREIS

Na faculdade de direito do Recife terminam o curso juridico este anno, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes as Exmas. Sras. D. Maria Coelho da Silva Sobrinha, D. Maria Fragoso e D. Delmira Secundina da Costa.

A O Paiz consta serem estas as primeiras senhoras que no Brazil recebem similhante titulo scientifico.

Imagine-se as novas bachareis a deitarem arrazoados em autos, e o atrapalhamento que isto causará aos juizes, principalmente se forem belas.¹³²

O trecho acima nos permite perceber que a notícia foi publicada pelo jornal *O Paiz*, que circulava no Rio de Janeiro.¹³³ Destacam-se as considerações finais: “Imagine-se as novas bachareis a deitarem arrazoados em autos, e o atrapalhamento que isto causará aos juizes, principalmente si forem belas” sugerindo, por um lado, a incapacidade das mulheres para esse tipo de trabalho e, por outro, buscando reduzi-las à sua função supostamente natural, que era a de serem belas, característica primordialmente desejável e esperada.

E, no caso das primeiras bacharelas, o editorial em questão considerava que não só essas mulheres iriam se atrapalhar, mas que a sua beleza iria desconcentrar os juízes, impedindo-os de executarem seu dever com excelência. Assim, a perspectiva de gênero nos permite pensar

¹³¹ Apesar de nosso recorte geográfico ser sobretudo o Rio de Janeiro, considero importante ressaltar outras localidades do país, visto que, busco recuperar outras figuras femininas e brasileiras que estavam ingressando no ensino superior. E julgo importante tornar evidente – ainda que de forma superficial – a maneira como foi noticiada a formatura das primeiras bacharelas do Direito nesse periódico, pois nos permite apreender um dos pensamentos defendidos por alguns, no Brasil, no momento em questão – isto é, final do século XIX.

¹³² PRIMEIRAS BACHAREIS. In.: *A Republica*, Curitiba, 21 de Dezembro de 1888, Ano III, n. 47, p. 3.

¹³³ Contudo, não encontrei essa referência no periódico através de minhas buscas. Mas, certamente foi publicada pelo *O Paiz*, pois serviu de referência para o periódico *A Republica*.

na seguinte questão, enfatizada por Carla Pinsky: “como, em situações concretas e específicas, as diferenças sexuais são invocadas e perpassam a construção das relações sociais?”¹³⁴ No caso da notícia acima, notamos que o argumento, quando não se baseia na insuficiência intelectual feminina, pautava-se no transtorno que causaria aos homens porque esses seriam incapazes de se concentrar no seu trabalho e não na beleza das mulheres. Era uma forma clara de defender que esse não era o lugar “natural” das mulheres. O gênero, portanto, nos ajuda a perceber que essas diferenças sexuais são construções sociais enfatizadas em determinados contextos para defender certas ideias e hierarquias de poder.

A questão levantada por Pinsky é o que norteia não só esse item do capítulo, como toda a pesquisa. Minha proposta é pensar como em situações concretas, como na escolha profissional que implicava decidir cursar e praticar o Direito e a Medicina –, as diferenças sexuais são invocadas para influenciar decisões pessoais e relações sociais e para justificar ações políticas. Assim, analisar a formatura dessas mulheres no Direito¹³⁵ levantou-me a algumas inquietações: todas essas mulheres formadas em Direito no século XIX conseguiram de fato exercer a profissão? Como foi a trajetória profissional dessas pioneiras? Quais dificuldades tiveram que enfrentar para exercer a magistratura? São essas perguntas que buscarei responder a partir desse momento, a despeito da enorme dificuldade em colher informações mais específicas sobre elas.¹³⁶

Apesar de receberem o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, uma das profissionais não chegou a exercer o ofício motivos e as demais, que conseguiram exercer, tiveram que lutar por isso e, ainda assim, não puderam exercer plenamente, pois não receberam

¹³⁴ PINSKY, Carla Bassanezi. (2009). Estudos de Gênero e História Social. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 164.

¹³⁵ Nesse momento estou pensando sobretudo no Direito e mais adiante, nesse capítulo, analisando o caso das mulheres na medicina.

¹³⁶ Em virtude dessa pesquisa ter como objeto de estudo Ermelinda Lopes de Vasconcellos – uma das médicas pioneiras –, minha ênfase recai nela e nas pioneiras da medicina. Todavia, considero fundamental recuperar a trajetória dessas pioneiras do Direito. Para tanto, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre a vida dessas mulheres pós formatura, o que, infelizmente, não foi possível fazer na pesquisa de mestrado. Ainda assim, foi possível resgatar – mesmo que vagamente – algumas informações que elucidem o que aconteceu com tais figuras femininas após se tornarem bacharelas em Direito. Dentre os trabalhos que discorrem sobre as pioneiras do Direito, destaco: ALBUQUERQUE, Tereza Cristina Lopes. *A emparedada da rua nova e outras histórias: Práticas e representações da mulher na cidade do Recife (1870-1909)*; GUIMARÃES, L. M. P.; FERREIRA, T.M.T. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): *Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina*; OLIVEIRA, A. F. S.; MIALHE, J. L. *História da Educação Jurídica e a Questão de Gênero: As primeiras bacharéis em Direito*; OLIVEIRA, K. R. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina do século XIX através das páginas do jornal A Família*; FERREIRA, Luzilá Gonçalves. *Educación de las mujeres brasileñas em el siglo XIX: una lucha por la visibilidad* e ARAÚJO, Tânia Rodrigues de (Org.). *As mulheres na carreira jurídica*.

aprovação do IAB.¹³⁷ A pesquisadora Karine da Roche Oliveira, em sua obra *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina do século XIX através das páginas do jornal A Família*, expõe que:

O que se sucedeu a festa da graduação, no entanto, não foi animador. Embora professores, colegas de curso e a população em si tivessem prestigiado estas pioneiras femininas do Direito, nenhuma delas conseguiu exercer a profissão como os homens. Maria Coelho mudou-se para o Rio de Janeiro e lá abriu um escritório, onde com muita dificuldade conseguiu trabalhar. Já as suas colegas de turma não tiveram o mesmo destino. Delmira Secundina esqueceu o seu diploma numa gaveta qualquer e seguiu a vocação feminina para as prendas domésticas, dedicando-se ao marido dentista e seus filhos. Já Maria Fragozo se casou com seu professor Arthur Orlando e, de acordo com relatos familiares, o ajudou secretamente nas causas por ele trabalhadas. Apenas no ano seguinte, 1889, uma mulher se gradua advogada em Recife e exerce sua profissão, Maria Augusta Meira de Vasconcelos, que lutou durante meses contra o preconceito social para que isso acontecesse. Lutou a favor do sufrágio feminino e chegou a se candidatar para Deputada, obviamente, seu pedido de candidatura foi negado pelo governo.¹³⁸

Karine da Rocha nos mostra o que aconteceu com essas figuras femininas após diplomarem-se em ciências jurídicas e sociais, argumentando que: “nenhuma delas conseguiu exercer a profissão como os homens”. O que a autora compreende com exercer a profissão como um homem? Por que elas não conseguiram atuar como homens? Que tipos de preconceitos e obstáculos tiveram que superar? Foram impedidas de advogar?

Vimos que das quatro mulheres formadas, somente uma não exerceu o ofício pois decidiu dedicar-se somente aos cuidados do lar e da família. Em que medida isso teria sido uma decisão pessoal sua e o que levou a tal? Por que estudaria por anos para se profissionalizar em uma área e depois abandonaria a carreira? Ademais, Karine da Rocha aponta que “Delmira Secundina esqueceu seu diploma numa gaveta qualquer e seguiu a vocação feminina para as prendas domésticas, dedicando-se ao marido dentista e seus filhos”. Se cuidar do lar e a maternidade era a vocação feminina por que as demais mulheres que também se formaram em Direito não desistiram da carreira? Talvez nunca saibamos o que levou Delmira a abandonar a profissão e dedicar-se somente a vida doméstica, mas levantar essas questões é importante para desnaturalizar a ideia de vocação feminina versus excepcionalidade de algumas e compreender quais eram os limites e possibilidades de ação dessas mulheres brancas e instruídas naquele contexto.

¹³⁷ “O IAB foi fundado durante o Brasil Imperial (1843) e era denominado Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros”. In.: ARAÚJO, Tânia Rodrigues de. *As mulheres na carreira jurídica*. ARAÚJO, Tânia Rodrigues de (Org.). *As mulheres na carreira jurídica*. Rio de Janeiro: Manaim, 2002, p. 85.

¹³⁸ OLIVEIRA, K. R. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina do século XIX através das páginas do jornal A Família*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p. 35.

Tânia Rodrigues Araújo relata, em *As mulheres na carreira jurídica*¹³⁹, que houve um breve debate no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros sobre a atuação prática dessas figuras femininas graduadas em ciências jurídicas e sociais, todavia, o “assunto não foi adiante, ao que parece, devido à forte influência maçônica, que então dominava o reduto dos bacharéis.”¹⁴⁰ O discurso científico, pautado em argumentos biológicos, procurava reforçar as distinções sexuais e colocá-las como razão para determinar as funções sociais dos homens e das mulheres – em que essas estariam destinadas ao espaço privado e aqueles ao espaço público.

Segundo Tereza Cristina Lopes de Albuquerque, Maria Coelho exerceu a profissão “com muitas ressalvas e dificuldades. Antes desse feito, a nossa advogada, por muitos anos atuou não apenas no magistério como educadora, mas sobretudo como diretora.”¹⁴¹ Questiono-me como Maria Coelho conseguiu abrir um escritório e exercer o ofício no Rio de Janeiro, pois como supramencionado, a despeito de ter sido debatido no IAB sobre se essas mulheres diplomadas deveriam atuar no Direito, o assunto não foi levado adiante. Somente, anos mais tarde, uma mulher conseguiria associar-se ao IAB – como veremos no próximo item. “Podemos perceber que as relações de poder estão inseridas neste contexto. O veto ao exercício da magistratura expressa bem o exercício do poder masculino na academia e a hierarquia existentes nas relações de gênero na sociedade brasileira.”¹⁴²

Quanto à Maria Fragoso, casou-se com seu professor e a maneira que encontrou para atuar em seu ofício foi ajudando-o secretamente. Contudo, Lucia Maria Paschoal Guimarães e Tania Maria Tavares Bessone explicitam que Maria Fragoso não exerceu a profissão imediatamente após sua formatura, porém, muitos anos mais tarde, quando participou de algumas defesas ao lado de Myrthes Campos. Além disso, Fragoso “chegou a colaborar na imprensa sistematicamente. É autora de um ensaio clássico, “A Questão da Mulher”, publicado no jornal *A Cultura Acadêmica*, em 1890.”¹⁴³ Isso evidencia que essas mulheres se utilizaram de meios – estratégias – para exercer a profissão em que se profissionalizaram.

Por último, Karine Rocha nos conta sobre Maria Augusta Meira de Vasconcelos. Informa-nos que essa figura feminina formou-se em 1889 e conseguiu exercer a profissão, com

¹³⁹ ARAÚJO, T. R. Op. cit, 2002, p. 85-86.

¹⁴⁰ GUIMARÃES, L.M.P.; FERREIRA, T.M.T. Op. Cit., p. 137.

¹⁴¹ ALBUQUERQUE, Tereza Cristina Lopes. *A emparedada da rua nova e outras histórias: Práticas e representações da mulher na cidade do Recife (1870-1909)*. 2014. 214f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p. 108.

¹⁴² Idem, p. 111.

¹⁴³ GUIMARÃES, L. M. P.; FERREIRA, T.M.T. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 135-151, 1. sem. 2009, p. 136.

muita luta e buscando vencer os preconceitos sociais. Quais teriam sido suas dificuldades para atuar no ofício sem ter conseguido associar-se ao IAB.

Lucilá Gonçalves conta-nos que na ocasião de sua formatura, Maria Vasconcelos tinha apenas 17 anos.

María Augusta había sido una alumna brillante, laureada de su promoción y oradora. Ella piensa ejercer el oficio de abogada y encuentra cerrada las puertas que le permitirían la entrada en la profesión. Escribe entonces, una carta al presidente de la República recién proclamada y expone su problema: ¿qué podría hacer una mujer con un diploma em Derecho? El presidente de Brasil no sabe como contestar a la joven peticionária. Entrega el caso a lo que corresponderia hoy al Orden de los Abogados. Los sérios y graves dirigentes de esta institución estudian los varios aspectos del problema y concluyen: el Derecho brasileño se inspira en el Derecho romano. Ora, en Roma no hubo mujeres abogadas... conclusión... la bachilera no podia ejercer la profesión para la cual se prepara.

María Augusta no se resignó a volver simplemente a su puesto de maestra de niños, en el colegio de su padre. Publica en la *Gazeta da Tarde*, periódico de la ciudad de Recife, una carta abierta al Director de la Instrucción de la Provincia. En esta carta, María repite lo que había escrito al Presidente Deodoro da Fonseca: había obtenido un diploma en Derecho, fuera la mejor alumna de la promoción, se había sometido con brillantismo a todos los exámenes y pruebas de calificación y deseaba por lo tanto saber para que serviría su diploma. Cita el ejemplo de otros países en Europa como en Estados Unidos, en donde a las señoras que obtienen títulos científicos en las Universidades les era permitido el ejercicio de la profesión.

Esta carta de María Augusta provocó distintas reacciones en Recife y en varias partes del país. Profesores de la Facultad de Derecho y compañeros de clase de la joven “bachillera” la critican. Los periódicos satíricos la ridiculizan o se ríen de sus pretensiones. Una mujer desconocida, que firma sus cartas bajo el nombre de Ethelvina la critica: para ella, tomando la palabra en un periódico de gran circulación, María Augusta abandonara las prerrogativas que siempre fueron las características de las mujeres: la discreción, el pundonor, el silencio.

La lucha de María Augusta Vasconcelos por su visibilidad duró muchos meses. Los lectores de la *Gazeta de Tarde* acompañaron en silencio esta lucha: nadie vino la defender o tomar partido por una causa justa. Nada le fue concedido pero meses después, María Augusta se presenta como candidata a la diputación por Pernambuco. En varios artículos en los diarios ella habla de su deseo de servir a la patria. Sabe, todavía, que no la elegirán, pero aquella era una ocasión para que la escrutasen, para hacerse visible, para ser leída y que sus ideas pudiesen ser comentadas. Y así fue.¹⁴⁴

Interessante destacar que a carta escrita por Maria Vasconcelos tanto para o presidente da República como para o presidente da província de Recife, provocou reações distintas. Alguns professores de Direito e companheiros a criticaram; foi ridicularizada em alguns periódicos e, alguém escondido sob um pseudônimo feminino – Ethelvina – a critica, acusando-a de ter abandonado as características naturais femininas.

Existiam mulheres que defendiam o papel de mãe e esposa ligado estritamente à família, desconsiderando a necessidade da educação feminina, como existiam aquelas que defendiam não só o espaço privado, mas também o público para as mulheres. Da mesma forma, grande

¹⁴⁴ FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Educação de las mujeres brasileñas em el siglo XIX: uma luta por la visibilidad. *Revista Historia de las Mujeres*, Lima, ano VIII, n. 87, jun. 2007. Disponível em: http://www.cemhal.org/antiores/2007_2008/No_87_1.pdf. Acesso em: 1 mar. 2019, p. 6.

parte dos homens vão defender o papel feminino voltado somente para a família, enquanto outros vão apoiar aquelas que não querem destinar-se somente à maternidade. Não há uma rigidez que proponha ideias femininas versus ideias masculinas¹⁴⁵. As ideias estão em constante interação social, sendo modificadas e defendidas por diversos sujeitos em diferentes contextos.

Como vimos, apesar de terem conseguido acesso ao ensino superior e receberem o título de bacharel em Direito, algumas não puderam exercer o ofício ou não puderam atuar plenamente. Evidenciando o preconceito que tais mulheres tiveram que enfrentar, a capacidade intelectual feminina era constantemente inferiorizada em relação à masculina, numa tentativa de impor a concepção do homem como superior às mulheres.

Ademais, devemos pensar que o Direito servia como porta de entrada para o mundo político – compreendido como âmbito masculino. As mulheres que ingressaram na carreira jurídica, de certa forma, pareciam estar interessadas em adentrar nesse mundo político. O que significa mulheres brancas querendo entrar nessa conversa? Não pretendo trazer essa discussão no presente trabalho, mas, considero importante levantá-la e instigar a investigação para pesquisas futuras.

Assim sendo, as mulheres – fossem negras, brancas, de elite, pobres, etc –, expressaram agenciamento dentro de seus contextos e de diferentes maneiras e cabe a nós, como historiadoras (es), buscar recuperar o contexto e as estratégias de agência delas, evitando assim que sejam, mais uma vez, invisibilizadas.

2. 1 Myrthes Gomes de Campos: primeira mulher a exercer a carreira jurídica no Brasil

Myrthes Gomes de Campos foi a primeira mulher a exercer de fato a carreira jurídica no Brasil. Algumas pernambucanas, formadas pela Faculdade de Recife antes de Myrthes, apesar de receberem o diploma, não conseguiram exercer a profissão plenamente, como vimos. Algumas porque se dedicaram ao casamento e outras porque não conseguiram condições favoráveis para atuar na área jurídica enquanto mulheres. Ainda assim, uma das primeiras

¹⁴⁵ Sendo assim, muitos homens levantaram pautas ligadas aos direitos políticos das mulheres no congresso. Foi o caso de Maurício de Lacerda, deputado Socialista que propôs projetos para o sufrágio feminino. “Em 1916, Daltro fez chegar ao Deputado Federal Maurício de Lacerda, pedido em favor do voto feminino na pauta da reforma do regulamento eleitoral (MARQUES, 2016). Nesse sentido, em 12 de junho de 1917, o Deputado Maurício de Lacerda apresentou a proposta de emenda, para alteração da lei eleitoral, prevendo a inclusão das mulheres como eleitoras. Tal proposição foi a primeira que ocorreu após o processo Constituinte Republicano (KARAWEJCZYK, 2013, 2014, p. 75). A emenda foi considerada inconstitucional”. (NASCIMENTO, M. I.G.; OLIVEIRA, E. B.; FRÍAS, J. A. Informações arquivísticas relacionadas à luta pelo sufrágio feminino nos arquivos do legislativo brasileiro. In.: VII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Infomación, Documentación y Sociedad (7shb), 2018, Madrid. *Anais...* p, 10-11. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/viewFile/418/17>. Acesso em: 2 abr. 2019.

advogadas pernambucanas, Maria Fragoso, atuou como advogada muitos anos após sua formatura, como já mencionado.¹⁴⁶

Myrthes Campos nasceu em 1875, em Macaé, no estado do Rio de Janeiro e estudou no Liceu de Humanidades de Campos. Ao concluir o curso médio, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ingressou na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais e formou-se em 1898.¹⁴⁷ Seu pai não apoiou sua decisão de prosseguir os estudos e ingressar num curso superior, porém, Myrthes recebeu apoio e incentivo de sua mãe.¹⁴⁸

Contudo, mesmo conseguindo exercer a carreira jurídica, Myrthes Campos enfrentou diversos obstáculos após sua formatura.

Ela enfrentou uma série de entraves, comuns às mulheres pioneiras, que desejavam desempenhar a profissão para a qual estavam academicamente habilitadas. A via-crúcis, por assim dizer, iniciou por ocasião do reconhecimento do diploma de bacharel pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Depois de muita controvérsia, conseguiu autenticá-lo no Tribunal, graças a ajuda que recebeu de um colega de faculdade, o advogado Vicente de Ouro Preto (VIDAL, 1953, p. 231)

O passo seguinte consistiu no reconhecimento do diploma na secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal. A demanda se arrastaria por meses. Precisou vencer a resistência tenaz do presidente da Corte, o desembargador José Joaquim Rodrigues, a quem se afigurava uma loucura a intenção de a jovem exercer a advocacia. Romancista empedernido, o velho magistrado aconselhou-a a desistir daquele propósito, tentando convencê-la do erro que incorria ao pretender militar no foro, ambiente que reputava impróprio para o chamado sexo frágil.

Obtido, afinal, o registro na Corte de Apelação, restava ainda um último obstáculo a transpor: legitimar-se profissionalmente. Isto só poderia ocorrer por meio da filiação ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, o que constituía um fato inédito no país. Desde a sua fundação, em 1843, nenhuma mulher havia pleiteado o ingresso na corporação dos bacharéis, outro espaço masculino por excelência.¹⁴⁹

Todavia, apesar das dificuldades, da demora em receber um parecer favorável, Myrthes continuou lutando pelo direito de exercer a profissão para a qual ela estudou e possuía um diploma. E conseguiu atuar como advogada. Ainda assim, os desafios continuaram. Em 1899, estreou “na tribuna, onde até então somente homens haviam pedido a absolvição dos réus.”¹⁵⁰ Pela primeira vez, uma mulher atuaria judicialmente.

¹⁴⁶ GUIMARÃES, L.M.P.; FERREIRA, T.M.T. Op. Cit., p. 137.

¹⁴⁷ Meu objetivo é focar nas mulheres que se formaram no Direito na década de 1880. Myrthes Gomes formou-se no final da década de 1890. Contudo, considero importante ressaltar a trajetória da primeira mulher a exercer de fato o ofício de advogada a fim de mostrar parte do processo para que isso fosse possível. Ademais, a despeito de sua formatura não fazer parte do recorte temporal mais específico que abrange a década de 1880, ainda se enquadra no recorte maior que é o final do século XIX.

¹⁴⁸ Idem, ibidem.

¹⁴⁹ Idem, p. 137.

¹⁵⁰ Idem, p. 138.

Para a primeira atuação de uma mulher no Tribunal, foi liberado o acesso de “todas as senhoras e cavalheiros decentemente trajados, enquanto houver lugar na sala do Tribunal”.¹⁵¹ Foi contabilizada a presença de cerca de quarenta mulheres na ocasião. Uns a favor da sua posição, outros contra, porém, Myrthes estava ali, atuando em um espaço marcadamente masculino e servindo de encorajamento para as demais mulheres e para aquelas que, assim como ela, já estavam em busca de maior conquista do espaço público, de educação e de atuar em campos tradicionalmente masculinos, tanto no direito como na medicina, por exemplo.

O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro descreve o julgamento do réu Arlindo Augusto de Salles cuja defensora foi Myrthes Campos. Ao ler o caso, algumas perguntas surgiram: Foi a defensora escolhida pelo réu dentre tantas outras opções ou tê-la como defensora não foi uma opção, isto é, o réu não teve o direito de escolher quem o defenderia? Se foi escolha própria o que o levou a escolher Myrthes, uma mulher, em meio aos homens da lei? Caso não tenha escolhido, qual terá sido sua reação? Será que confiou na capacidade de Myrthes? Gostou da ideia de ter uma mulher como defensora? Infelizmente, são questionamentos que não temos resposta, mas que nos intrigam e levantam outras questões em relação ao gênero e a atuação feminina no Direito.

O relato do processo nos informa:

Consta do processo que pelas 6 horas da tarde de 11 de Maio de 1898, na ladeira do Seminario, o acusado Arlindo Augusto de Sales, encontrando-se na porta de um restaurante com José Moreira de Assumpção e sem que tivesse motivo, agrediu-o com uma navalha, produzindo-lhe deformidade e ferimentos graves.

No Tribunal sendo interrogado negou que fosse o autor do delicto, tanto mais que na ocasião em que deu-se o facto achava-se na rua de S. José.

Feita a leitura do processo, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Souza Gomes, Promotor Publico, o qual dirigio-se gentilmente á defensora Dra. Myrthes Campos, que no Tribunal do Jury ia estreiar.

[...]

Terminada a acusação foi suspensa a sessão por 10 minutos.

Reaberta ás 12h e 40 minutos da tarde, teve a palavra a Sra. Dra. D. Myrthes Campos, defensora, a qual fez sentir ao auditório que o exercício da advocacia pela mulher em nada podia perder das suas qualidades nobres e delicadas, pois que, além de ter ella uma natureza intellectual apta para tão sublime função, offerecia na historia exemplos de mulheres notáveis não só em outras sciencias, talvez mais difíceis, como tambem na advocacia e na propria judicatura, e em prova do que disse refere os nomes de varias heroínas na Grecia, em Roma, na Alemanha, na França e nos Estados Unidos, e até na Asia; assim, pois, espera ao menos que os adversários do exercício da advocacia pela mulher reconheção que a profissão nella será, ao menos, digna e normal, se não fora brilhante, e afirma com segurança que a opinião de Lionville, definindo tão eloquentemente a advocacia encontrará da sua parte grandes estímulos e sinceros esforços para que se torne uma realidade.¹⁵²

¹⁵¹ O PAIZ, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1899, p. 1. In.: GUIMARÃES, L.M.P.; FERREIRA, T.M.T. Op. Cit., p. 139.

¹⁵² JURY. In.: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899, p. 6.

Feita a introdução, Myrthes segue com os argumentos a fim de provar a inocência do réu. No final, “a novata triunfou. Deu liberdade ao réu, desbancou o promotor tido como imbatível e marcou sua estreia com uma vitória esmagadora.”¹⁵³

O que nos chama atenção durante a leitura da descrição do julgamento publicada no jornal é que, segundo o autor do relato, Myrthes inicia sua fala com uma autopromoção, ou seja, a advogada teve de argumentar sua capacidade de executar a função e defender a mulher como capaz de atuar no ofício jurídico.¹⁵⁴ Assim, ela estaria reafirmando a capacidade intelectual feminina e usa do próprio discurso biológico, que confere à mulher características “naturais” para mostrar que as mulheres não só são capazes de atuar como advogadas, mas também, por possuir as “qualidades nobres e delicadas”.

Essa estratégia de Myrthes – de se utilizar do discurso biológico/natural – conferia aos argumentos um sentido diferente do discurso patriarcal, que o usava como base para sustentar o papel feminino como mãe. Myrthes, bem como outras figuras femininas, usou a ideia de natureza a seu favor a fim de provar que a mulher poderia executar uma função feminina e faria ainda melhor que os homens devido suas características naturais. Além disso, essas mulheres defendiam que as mulheres eram competentes para atuar no espaço público, bem como, seriam aptas para exercer a maternidade e se dedicar também na vida privada.

Myrthes Gomes obteve, portanto, sucesso em sua primeira atuação como advogada, o que não fez com que as dificuldades se tornassem inexistentes. Mesmo após exercer o ofício por defender um réu juridicamente, Myrthes só se tornará sócia do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IAB) em julho de 1906¹⁵⁵, ou seja, oito anos após sua formatura, ao passo que os homens recebiam reconhecimento em menor tempo, pois, desconheço casos de homens que levaram tanto tempo, como Myrthes, para se tornarem associados ao IAB.

Observar a trajetória dessa pioneira na carreira jurídica e das pioneiras na medicina – como será melhor discutido ainda nesse trabalho –, nos leva à reflexão sobre a necessidade das mulheres de serem ou aparecerem como excepcionais quando atuavam em espaços compreendidos masculinos, como uma forma de provar que são tão capazes quanto os homens ou até mesmo superiores a eles. É como se Myrthes Campos – e as demais pioneiras – precisassem provar sua capacidade e justificar sua atuação em áreas masculinas por meio da sua excepcionalidade. Vemos isso, quando Myrthes justifica sua atuação citando outras mulheres tão capazes quanto ela, na Grécia, Roma, Alemanha, França, Estados Unidos e Ásia,

¹⁵³ GUIMARÃES, L.M.P.; FERREIRA, T.M.T. Op. Cit., p. 140.

¹⁵⁴ Importante destacar que a fonte não é um relato da própria Myrthes, e sim de outrem, de alguém que relata o processo a partir de sua perspectiva.

¹⁵⁵ ARAÚJO, T. Op. cit., p. 86.

e chama essas figuras femininas de “heroínas”. Isto é, para uma mulher ser aceita naquele espaço não deveria ser “qualquer” mulher; era preciso ser uma mulher fora do comum. Assim como o preconceito, a discriminação intelectual e essa pressão para se mostrarem excepcionais também é um fator constitutivo de como se construiu a narrativa da excepcionalidade dessas trajetórias, que supostamente contrariavam a norma.

3. As pioneiras da medicina no século XIX

A primeira brasileira a receber o diploma de médica foi Maria Augusta Generoso Estrella. Nascida em 10 de abril de 1861, no Rio de Janeiro, filha de Maria Luiza e Albino Augusto Generoso Estrella. Estudou no Colégio Brasileiro, onde recebeu uma instrução voltada para as prendas domésticas, tocar piano e outras línguas, como o inglês e o francês. Esse aprendizado, bem como a viagem com seu pai para a Europa aos doze anos, permitiram uma boa educação para a jovem. Para além do ensino regular, Maria era uma boa leitora¹⁵⁶, inclusive dos periódicos brasileiros e norte-americanos. Assim, é provável que, em suas leituras, tenha se deparado com a notícia de uma jovem que estudava Medicina em Nova Iorque. Tal fato, pode servir de inspiração à jovem Maria Augusta Estrella que argumentou com seu pai sobre o desejo de estudar medicina.¹⁵⁷

Maria A. Generoso Estrella ingressou no curso de medicina antes da Reforma Leôncio de Carvalho ter sido estabelecida, em 1879. No momento que ingressou no ensino médico, as universidades brasileiras ainda não aceitavam a presença de mulheres. O Decreto de 3 de outubro de 1832 permitia e possibilitava que as mulheres cursassem o ensino superior fora do país. Em alguns casos, o imperador D. Pedro II até mesmo concedia uma ajuda de custo para as despesas com o estudo. E assim, junto com uma amiga da família, Maria partiu para os Estados Unidos em 26 de março de 1875, onde “matriculou-se na Saint-Louis Academy de Oswego, Estado de New York para completar os estudos que a habilitariam para ingressar na Universidade. Em seguida, solicitou transferência para o New York Medical College And Hospital for Women.”¹⁵⁸

A jovem retornou ao Brasil em 1882 e firmou um compromisso com o imperador D. Pedro II de se dedicar à saúde das mulheres e crianças. Contudo, considero importante destacar que sua tese de conclusão de curso versava sobre as Moléstias da Pele. Essa informação é

¹⁵⁶ TRINDADE, A.P.P; TRINDADE, D. F. Desafios das primeiras médicas brasileiras, *História da Ciência e Ensino: Construindo interfaces*, PUC-SP, São Paulo, v. 4, 2011, p. 25-27.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁸ Idem, p. 27.

relevante, pois, conforme veremos nesse trabalho, as pioneiras da medicina do século XIX dedicaram-se ao cuidado de mulheres e crianças e suas teses de conclusão de curso giravam em torno da temática – isto é, problemas que acometiam mulheres e crianças. Maria Augusto Generoso Estrella, porém, deu atenção às doenças dermatológicas de forma geral – ou seja, que acometia tanto homens como mulheres e crianças. Entretanto, ainda assim, por acordo firmado, sua área de atuação era a da saúde feminina e infantil.

Além de Maria A. G. Estrella não podemos deixar de citar Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, pernambucana, nascida em fevereiro de 1864, filha do advogado Romualdo Alves de Oliveira que, assim como Maria, demonstrou o desejo de cursar medicina e enfrentou o empecilho legislativo que proibia o acesso feminino às universidades brasileiras. Josefa chegou até mesmo a ir para os Estados Unidos, possivelmente estudou por um período junto com Maria Estrella, fazendo com que as jovens construíssem laços de solidariedade o que possibilitou que ambas criassem o jornal *A Mulher* – nos EUA – cuja ideia central era a defesa da emancipação feminina. O jornal chegou a ter repercussão em certas capitais do Brasil. Não temos informações concretas sobre se Josefa conseguiu concluir o curso de medicina e receber o diploma.

É provável que o jornal *A Mulher* tenha servido de inspiração para que outras figuras femininas brasileiras buscassem se dedicar à medicina. Dentre elas, podemos citar Anna Turan Machado Falcão, cuja trajetória é pouco conhecida e divulgada quando se pensa nas médicas pioneiras do século XIX. Tive conhecimento sobre ela através do artigo *Anna Turan Machado Falcão (1862-1940): a pioneira médica esquecida da Amazônia* escrito por Aristóteles Guiliod de Miranda e José Maria de Castro Abreu Junior. Anna Turan nasceu em Igarapé Miri, no engenho de sua família. Filha de Antonio Lopes Machado e Andreza Turan, formou-se no New York Medical College and Hospital for Women em 19 de abril de 1887.

Como já ressaltado nesse trabalho, a Reforma Leôncio de Carvalho permitiu o acesso feminino ao ensino superior em 1879. A partir daí encontramos registros de mulheres que ingressaram no curso de medicina no final do século XIX. A primeira mulher a se formar em medicina por uma universidade brasileira foi Rita Lobato Velho Lopes. Rita nasceu no Rio Grande do Sul em sete de junho de 1886 e era filha do comerciante Francisco Lobato e Carolina Lobato. Aos nove anos, sua família mudou para Pelotas, onde Rita frequentou inúmeras escolas e demonstrava aptidão para os estudos.¹⁵⁹

¹⁵⁹ TRINDADE, A.P.P; TRINDADE, D. F. Op. Cit, p. 30.

Sustenta-se que a mãe de Rita Lobato faleceu em decorrência de problemas no parto de seu irmão e, nesse contexto, a jovem prometeu a mãe que jamais deixaria uma mulher morrer de parto em suas mãos. Seguindo a promessa feita a mãe, Rita prosseguiu os estudos e em 1884, quando sua família se muda para o Rio de Janeiro, inscreve-se no curso de medicina, onde cursa o primeiro ano. Porém, a Reforma Franco de Sá, promulgada em 25 de outubro de 1884, altera os Estatutos da Faculdade¹⁶⁰ e causa revolta em muitos alunos, pois consideraram tais alterações muito rígidas, criando problemas com os mestres.¹⁶¹

O protesto dos estudantes, que a consideravam rígida, criou problemas com alguns mestres. Entre os alunos encontrava-se Antonio Lobato, um dos irmãos de Rita que estudava na mesma faculdade. Impetuoso, antagonizou-se com os professores. Acreditando que os filhos seriam vítimas de alguma vingança ou represália na Faculdade, pela atitude de Antonio, o pai preferiu, por imprudência, mudar-se com a família.¹⁶²

A família passa a morar em Salvador, onde em 18 de maio de 1885, Rita prossegue os estudos no segundo ano do ensino médico. O Decreto n.º 9311 permitia que os estudantes antecipassem os exames, isso permitiu que Rita concluísse o curso em 1887. Dessa forma, “realizou em pouco mais de três anos um curso que exige seis. Sempre foi assídua e dificilmente faltava às aulas”.¹⁶³ Sua tese de conclusão de concurso teve como tema: *Paralelo Entre os Métodos Preconizados na Operação Cesariana*. Apesar de ter sido considerado um assunto ousado para época, foi aprovada com distinção.

No ano da formatura de Rita Lobato, Anna Falcão – mencionada anteriormente, teria regressado ao Brasil, após concluir os estudos médicos em Nova Iorque em 1885. A fim de revalidar seu diploma, seguiu para Salvador, onde teve contato com Rita Lobato. “O contato entre elas teria sido registrado nas homenagens prestadas por Rita em sua tese de doutoramento,

¹⁶⁰ “Em 25 de outubro de 1884, pelo decreto nº9.311, foram implantados novos estatutos para as faculdades de medicina no Brasil, que em suas linhas gerais manteve o plano de Leôncio de Carvalho, com algumas modificações. Estas modificações ficaram conhecidas pelo nome de Reforma Sabóia, devido à atuação do então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Vicente Cândido Figueira de Sabóia (1881-1889). Cada Faculdade deveria ministrar um curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas e mais três cursos anexos, o de Farmácia, ainda em três anos, o de Obstetrícia e Ginecologia, em dois anos, e o de Odontologia, em três anos. O curso de Medicina permanecia com duração de seis anos, e ao quadro do pessoal adicionou-se mais uma classe, a dos assistentes. Mandou-se publicar uma revista bimestral. Instituiu -se um prêmio de viagem à Europa para o melhor aluno que concluísse o curso médico ou farmacêutico. Regularam-se os exames preparatórios exigidos para os candidatos à matrícula, exames que não seriam dispensados.” (ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, p. 11-12. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>. Acesso em: 9 fev. 2019.

¹⁶¹ CAPUANO, Y., 2002, apud TRINDADE, A.P.P; TRINDADE, D. F., 2011, p. 31.

¹⁶² Idem, ibidem.

¹⁶³ TRINDADE, A.P.P; TRINDADE, D. F. Op. Cit., p. 32.

em que a ‘Dra. Anna Tourão Machado’ é incluída entre as ‘minhas simpáticas colegas’, juntamente a três outras médicas e uma provável estudante.”¹⁶⁴

Anna Falcão foi a primeira figura feminina a prestar o exame de habilitação de diploma na Faculdade de Medicina da Bahia, porém, de acordo com a legislação, teve a revalidação somente em 28 de janeiro de 1892. Para revalidar o diploma, seriam necessários mais dois anos de curso na Bahia e foi então que Anna conheceu Emilio A. Marinho Falcão, cirurgião dentista, com quem veio a se casar. Para concluir o curso, Anna defendeu sua tese cujo tema era “*A Ovariectomia e suas indicações*”. A médica morou no Ceará por uns tempos, em seguida retornou a Belém, em 1892, onde exerceu a profissão, dedicando-se ao cuidado das “moléstias das senhoras”. Em 1909, Anna e sua família foram para o seringal no Acre, “ali Anna fabricaria os remédios obtidos da natureza. Ali seria a médica, a enfermeira, a parteira, tudo.”¹⁶⁵ Em 1925, morando em Santos, São Paulo, a médica encerra sua carreira aos 63 anos assistindo a um parto.¹⁶⁶ Já sua colega de profissão, Rita Lobato, após a formatura, muda-se para Porto Alegre, onde realizou dezenas de partos. Casou-se em 18 de julho de 1889 com Antonio Maria Amaro de Freitas com quem teve uma filha, Isis. Viajou para a Europa (1890? 1891?) e para Buenos Aires (1910), onde buscou aprofundar seu conhecimento médico e, ao retornar para o Rio Grande do Sul, continuou atendendo mulheres e crianças em sua clínica até o ano de 1925.¹⁶⁷

Logo após a formatura de Rita Lobato em medicina, outras mulheres concluíram o curso no final do século XIX: Ermelinda Lopes de Vasconcellos, formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888 cuja tese intitulava-se: “*Formas clínicas das meningites nas crianças. Diagnóstico diferencial*”; Antonieta César Dias¹⁶⁸, formada também pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1889 e cuja tese versava sobre “*Hemorragia Puerperal*”; Amélia Pedroso Benebien¹⁶⁹, cearense, filha de Joaquim Pedroso Benebien, colou grau de doutora na Faculdade de Medicina da Bahia em 1889, com tese que versava sobre *Clinica cirúrgica. Disposições – anomalias do cordão umbilical. Sua influência sobre a*

¹⁶⁴ MIRANDA, A. G.; ABREU JR., J. M. C. Anna Turan Machado Falcão (1862-1940): a pioneira médica esquecida da Amazônia. *Revista Pan-Amazônica Saúde* [online]., vol.3, n.1, p. 11-17, 012, p. 13.

¹⁶⁵ Idem, p. 15.

¹⁶⁶ Idem, p. 16

¹⁶⁷ TRINDADE, A.P.P; TRINDADE, D. F. Op. Cit, p. 34.

¹⁶⁸ Não encontrei pesquisas que se dediquem a investigar a biografia de Antonieta César Dias, dessa forma, não foi possível recuperar muitas informações sobre a médica em questão. Fica, portanto, um incentivo para futuras pesquisas que se interessem em analisar com mais detalhes a trajetória de Antonieta.

¹⁶⁹ Também não foi possível encontrar maiores informações sobre essa figura feminina. Assim, questões sobre a temática de sua tese de doutoramento e se Amélia Benebien exerceu a profissão após a formatura são lacunas que carecem de estudos mais profundos. (MEIRELLES et. al. Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 74, n.1, 2004, p. 11. Disponível em: http://www.gmbahia.ufba.br/adm/arquivos/art_rev_20041.pdf. Acesso em 2 abr. 2019.”

gravidez e o parto; Ephigênia Veiga, nascida na Bahia, formou-se pela faculdade de sua terra natal em 1890 e o título de sua tese foi: *Os métodos antissépticos em obstetrícia*;¹⁷⁰ Gláfrica Correa de Araújo, também baiana e formada na Faculdade de Medicina da Bahia em 1892, sua tese foi sobre *Hemorragias Puerperas*;¹⁷¹ Francisca Prager Fróes, nascida em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, em 1872, concluiu o curso de Medicina em 1893, pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia¹⁷². Sua tese de conclusão de curso teve como título: “Breves noções sobre a raspagem uterina”.

Por fim, temos registro da última mulher a se formar em medicina no final do século XIX, seu nome é Maria Renotte, nascida em 11 de fevereiro de 1852, na Bélgica, professora, chegou no Rio de Janeiro em 1878. No Brasil, exerceu a profissão de professora, falava diversas línguas e foi colaboradora no periódico *A Família*. Maria decidiu estudar Medicina em 1889, quando tinha cerca de 40 anos de idade. Formou-se pelo Women’s Medical College of Pennsylvania, nos Estados Unidos, contudo, no Brasil, seu diploma só fora validado em 1895, na Universidade Nacional no Rio de Janeiro com a tese *Influência da educação da mulher sobre a medicina social*, a qual denunciava os prejuízos à saúde feminina causados pela moda, tal como os espartilhos. A partir de então, exerceu a profissão atuando em áreas que se dedicavam sobretudo ao cuidado feminino e infantil.¹⁷³

Essas foram, portanto, as primeiras mulheres a se formar em medicina e exercer a profissão no Brasil, ocupando espaço num mercado de trabalho que vinha sendo construído em torno da respeitabilidade da medicina e seu reconhecimento como espaço hierárquico restrito. Além disso, participavam e davam visibilidade às disputas em torno de um debate mais amplo sobre as condições das mulheres assumirem diversos papéis na vida pública, sem descuidar da função de cuidadora do lar e mãe de família.

¹⁷⁰ Idem, p. 50.

¹⁷¹ Idem, p. 53.

¹⁷² “Francisca Prager Fróes exerceu a medicina na cidade de Salvador, especializando-se em ginecologia e obstetrícia, tendo intensa militância como jornalista nos movimentos feministas de seu tempo. Para se ter uma ideia do papel precursor da médica, é importante frisar que a presença feminina nas escolas secundárias, como no Ginásio da Bahia, só se verificou a partir da década de 1920, portanto, 27 anos depois de Francisca já ter defendido sua tese de doutoramento. Colaborou em vários jornais e revistas, tornando-se a única mulher redatora da importante revista médica brasileira, *A Gazeta Médica da Bahia*, até 1928. Casou-se com um ex colega da Faculdade de Medicina, o médico e professor João Américo Garcez Fróes, em 1899, tendo com ele dois filhos.” (RAGO, Elisabeth Juliska. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3): 985-993, 2008, p. 988.) Para mais informações, ver: RAGO, E. J. *Feminismo e Medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, 2005. (tese)

¹⁷³ CANDEIAS, N.M.F. 10 anos da memória paulista: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2002-2012). São Paulo: Escrituras, 2013. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Marie-Renotte.pdf>. Acesso: 12 nov. 2018.

Mesmo enfrentando enormes dificuldades e barreiras, essas mulheres buscaram alcançar maiores direitos e acesso a determinadas áreas públicas. Foi o caso das pioneiras da medicina bem como do direito – analisadas nesse capítulo. Aquelas que ingressaram no campo jurídico estavam interessadas também em assuntos políticos, em contrapartida as pioneiras da medicina ingressaram numa área que conferia autoridade sobre corpos de outras pessoas. Não há dúvidas de que as mulheres sempre trabalharam dentro e fora de casa, sendo muitas vezes as únicas provedoras de seus núcleos familiares.¹⁷⁴ Porém, as mulheres destacadas nesse trabalho, empenharam-se em galgar posições de prestígio num espaço em formação, hierarquizado e masculino das profissões de classe média. Justamente neste espaço se inseria Ermelinda, como mostraremos adiante.

3. A Mãe de Família e as proposições do médico Carlos Costa sobre o papel feminino

Os itens anteriores destacaram as brasileiras que buscaram se diplomar em Direito e Medicina no final do século XIX a fim de enfatizar a existência de mulheres no ensino superior. Essas mulheres se tornaram médicas num momento cuja medicina acadêmica estava em processo de institucionalização – como já discutido no capítulo anterior. Desse modo, esse tópico tem como proposta investigar o jornal *A Mãe de Família* editado pelo Dr. Carlos Costa, com o objetivo de compreender o que esse médico defendia como função das mulheres.

Analisarei algumas considerações da revista *A Mãe de Família* sobre o ideal de mulher proposto e como o Dr. Carlos Costa buscou se legitimar na medicina ao propor um diálogo direto com as mulheres – público-alvo da revista. Optei pela análise dessa revista por ser editada por um médico que buscava dialogar com as mulheres – as mães de família. Assim, em meio à formação em medicina de outras mulheres que, ao se diplomarem, atuavam sobretudo no cuidado feminino e infantil, procurei investigar como o médico Carlos Costa buscava conquistar espaço e clientela, por se dedicar ao cuidado das mulheres e crianças – concorrendo diretamente com as médicas pioneiras analisando suas publicações no periódico, sobre o papel social da mulher.

Meu foco de análise do impresso é o ano de 1888, pois foi nesse momento que Ermelinda Lopes de Vasconcellos formou-se em medicina. Rita Lobato havia concluído o curso em 1887 e outras mulheres estavam em busca do diploma de doutora. Dessa maneira, é possível percebermos uma rede de mulheres buscando a carreira médica, num momento em que a

¹⁷⁴ Para mais informações, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

medicina acadêmica disputava espaço com outras práticas de cura. Os terapeutas não-oficiais e os próprios médicos disputavam entre si por espaço na área da saúde.

A Mãe de Família, fundada e editada pelo médico Carlos Costa, começou a circular no Rio de Janeiro em 1879, sendo publicada quinzenalmente.¹⁷⁵ Ao observar os artigos, em sua maioria de autoria masculina e marcados pelo discurso higienista, fica clara a intenção do impresso: conscientizar a sociedade da “função natural da mulher”, isto é, do cuidado do lar e dos filhos, com vista a alcançar o progresso e a civilização. Carlos Costa, como editor principal e médico, sente-se na obrigação de dialogar com as senhoras mães – e aquelas que ainda virão a ser mães – sobre o cuidado da família, em especial das crianças.

Em cada edição, Carlos Costa dedica um espaço sob o título *Palestra do Médico* para informar as mulheres e inculcar conselhos sobre o cuidado e sua postura no lar e na sociedade. Sendo assim, o Dr. Costa evidencia que boa parte do público-leitor da revista eram mulheres ou, como ele as nomeia: *leitoras benévolas*. O médico defende a mãe como a “primeira e principal educadora”, aquela a quem depende a felicidade da família.

Em sua primeira edição, quando da fundação da revista em 1879, na seção *Palestra do Médico*, Carlos Costa expõe a finalidade do impresso: dialogar com as mulheres, sobretudo com as mães de família. Ele evidencia que já vinha “dirigindo às Senhoras Brasileiras uma serie de cartas sobre a *Educação Physica das Crianças* e que foram publicadas na *Gazeta de Noticias* do ano 1877”.¹⁷⁶ A proposta do médico era auxiliar as mães no processo de cuidado das crianças, tratando de questões sobre higiene e educação. Ele define sua proposição da seguinte maneira:

Com effeito, minhas caras leitoras, tendo constantemente diante dos olhos o quadro afflictivo de um sem numero de crianças, sacrificadas, permittam dizer, á teima, ao capricho resultantes da ignorância de muitas mães; julguei de meu dever, como medico e pai de familia, dar-lhe o que sei, mostrando-lhes o caminho errado que tem seguido, e sobretudo procurado convencel-as da grave responsabilidade que tem assumido. Alguma coisa obtive; porquanto me foi dada a satisfacção de receber diversas consultas. Consegui algumas contestações que combatti com proveito; mas, um grande numero de senhoras, entretanto inteligentes e bem educadas, sorriram-se, taxando-me de exagerado; preferiram os conselhos das comadres e deixam-se ainda arrastar pelos anúncios especulativos e não sei que mais de absurdo. Resta-me d’esta sorte muito que fazer; a missão, que tomei com prazer a meus debeis hombros, embora extremamente difficil, não foi ainda cumprida, mas não a abandonarei por isso.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Não nos esqueçamos que 1879 foi quando a Reforma Leôncio de Carvalho permitiu o acesso feminino ao ensino superior.

¹⁷⁶ PALESTRA DO MÉDICO. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, Ano.: 1, n. 1, Jan., 1879, p. 7.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

É interessante destacar que o médico Carlos Costa considera ser seu dever como *médico e pai de família* mostrar o caminho que as mães devem seguir para cuidar de seus filhos, dando a entender que muitas das maneiras utilizadas por elas, pautadas no “conhecimento comum” – a das comadres – não eram corretas.

Mais adiante, no mesmo artigo, ele escreve: “Minhas senhoras, uma escriptora celebre Mme. Campan¹⁷⁸ disse: crear mães de familia é a unica educação da mulher. Em nosso paiz, com o orgulho o digo, não se ensina a ser mãe de familia, porque *a mulher já nasce* [Grifo meu] com o sentimento que mais tarde se desenvolve.”¹⁷⁹ Diante disso, percebemos a tentativa de naturalizar a mulher como mãe, isto é, como figura que nasce com o sentimento de maternidade cuja função social deveria ser somente exercer o papel de mãe de família e cuidadora do lar, porém, ao mesmo tempo, vemos o médico buscando “ensinar” essas mulheres a serem mães.

Assim, evidencia-se que o papel da mulher como naturalmente ligado à maternidade é uma construção social, pois, faz-se necessária a intervenção médica para ensinar as mulheres as maneiras mais eficazes para cuidar de uma criança. Ora, se fosse, de fato, algo natural seria necessário educar a mulher para ser mãe? Não saberia ela naturalmente como cuidar da melhor forma de seus filhos? Fica evidente, portanto, que a maternidade, tanto o desejo de ser mãe quanto os cuidados com as crianças são construções sociais, e não determinantes biológicos. A intervenção da medicina social, portanto, buscava restringir as atividades femininas na esfera pública e colocá-las unicamente como mães e esposas.¹⁸⁰

Encontramos na própria revista *A Mãe de Família*, ainda em sua primeira edição, um artigo sobre as creches na Europa e a defesa de Carlos Costa de que essa instituição também deveria existir no Brasil:

No Brazil ainda não existe a *creche*; entretanto sua necessidade me parece palpitante, sobretudo nas actuaes condições em que se acha o nosso paiz da moralizadora e humanitária lei de 28 de Setembro de 1871, em que virtude da qual nelle não nasce mais um só escravo. Agora que, graças á iniciativa do governo e tambem dos particulares. em não pequena escala, com a emancipação da escravatura vae desaparecendo o vergonhoso estigma impresso na face do Brazil, estigma que a civilização repele e abomina, um grande numero de mulheres, que quando escravas

¹⁷⁸ Provavelmente, a escritora a quem o Dr. Carlos Costa faz referência é Jeanne Louise Henriette Genet Campan. Nascida em Paris, em 1752, Campan recebeu uma boa educação, estudou artes, canto e línguas, isso permitiu que fosse tutora das filhas de Louis XV. Após a chegada de Maria Antonieta, Campan passou a servir como camareira da rainha. Por conseguinte, escreveu um livro de memórias relatando o cotidiano de Antonieta. (Essas informações foram retiradas do trecho do prefácio da obra *De l'éducation*, disponível no site: <https://mnemosineantologias.com/mme-campan/>)

¹⁷⁹ PALESTRA DO MÉDICO. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, Ano.: 1, n. 1, Jan., 1879, p. 7.

¹⁸⁰ Contudo, é importante levarmos em conta o contexto, a classe e a raça na análise histórica, pois como explicitado pela historiadora Rachel Soihet, as mulheres pobres já estavam nas ruas trabalhando há muito tempo, sejam como escravizadas ou depois como libertas. Elas já buscavam por meios de sobreviver financeiramente e sustentar seu lar. Para mais informações, ver: SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência – Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

trabalhavam para seus senhores [...], ganhando a liberdade, vêem-se não poucas vezes abandonadas, com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar os meios da propria subsistencia e da dos filhos e em muitos casos sem poderem conseguil-o por que a isso as impedem como obstáculo insuperal os filhos pequenos, que ellas não tem a quem confiar e cuja tenra idade não lhes permite mandal-os para a escola.

Taes casos são frequentes na pratica.

Não ha senhora alguma, dona de casas, que ignore a extrema dificuldade senão impossibilidade que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz comsigo um filho a quem amamenta. Imaginae, agora, que exista na proximidade do lugar em que ella trabalha um asylo em que ella possa deixar durante o dia sem receio, o filhinho, em que ella possa vir dar-lhe de mamar, ou onde dele tratem com carinhose ellese acha desmamado e de onde o leva comsigo quando á tarde ou á noite volta do trabalho para a sua casa; imaginae por um instante e vêde como a scena muda: a mãe já não encontra dificuldade em empregar-se e póde então tranquila dedicar-se ao trabalho que lhe há de trazer os meios de manter-se.¹⁸¹

O médico em questão defende a implantação de creches para que as mães possam deixar seus filhos e irem trabalhar tranquilas. No entanto, é mister destacar que as creches defendidas por Carlos Costa possuíam um público-alvo específico, isto é, as mulheres pobres, que na falta de um provedor, ou na necessidade de complementar a renda do marido, precisavam ir atrás do próprio sustento. Isso fica evidente quando ele diz: “Não ha senhora alguma, dona de casas, que ignore a extrema dificuldade senão impossibilidade que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz comsigo um filho a quem amamenta.” Ou seja, as donas de casas, abastadas, deveriam continuar coordenando o lar, isso envolvia contratar criadas e supervisionar seu trabalho. A classe é, portanto, um fator de distinção. Assim, embora o médico usasse “mulher” no singular, era perceptível a diferenciação entre elas.

Fica claro que as mulheres a quem o jornal se dirigia eram as mulheres de elite, e não as da classe trabalhadora. Para essas o trabalho era inevitável e ele acaba de defender uma das mais importantes demandas das mulheres trabalhadoras, ou seja, a creche. Por outro lado, a tarefa das mulheres da elite continuava relacionada ao regimento do lar e da educação dos filhos:

Deixemos a mulher no lar domestico, de que ella é a rainha e o encanto mais poderoso, que ella ahi crie seos filhos, os eduque na religião e na honra e de noite, quando o marido volta fatigado do trabalho do dia, que ella enchugue seu rosto banhado de suor e o console com o seu sorriso.¹⁸²

Não há, dessa forma, uma proposta de que a mulher deixe o lar e se dedique a outros papéis sociais, mesmo que assuma outras funções além da maternidade. A revista, portanto, tem como objetivo justamente incentivar as mulheres – sobretudo as mulheres de posses – a serem mães e ensiná-las, a partir do conhecimento médico, melhores maneiras de cuidar da criança.

¹⁸¹ A CRECHE. In.: A Mãe de Família, Rio de Janeiro, Ano.: 1, n. 1, Jan., 1879, p. 3-4.

¹⁸² A CRECHE. In.: A Mãe de Família, Rio de Janeiro, Ano.: 1, n. 1, Jan., 1879, p. 4.

O fato do Dr. Costa defender a instituição das creches não significa um incentivo às mulheres para buscar espaço no âmbito público. As creches eram uma solução para o problema das mulheres pobres, sobretudo as negras livres e libertas, em relação a seus filhos. Quanto à figura feminina de boa condição, o médico continuava sustentando o papel de mãe e cuidadora do lar. Encontramos em outra edição da revista, ainda no ano 1879 e na seção *Palestra do Médico* as seguintes palavras:

Há deveres de tal ordem impostos pela propria natureza, que a não serem cumpridos, colocam as mulheres em condição inferior á de outros animaes...
A organisação anatomica da mulher bem lhe indica qual o papel que lhe traçou o Creador, o de ser mãe!... [Grifo meu]
A vida de um ente no seio da mulher durante nove mezes; os soffrimentos e angustias por que ella passa para que esse ente venha á vida exterior, tambem lhe demonstram que há mais alguma cousa a fazer, para que seja completo o seu dever. São actos naturaes dependentes de leis physiologicas, que *quando são invertidas merecem bem o titulo de aberrações.* [Grifo meu]¹⁸³

Fica explícito nesse trecho que o Dr. Costa se utilizava de argumentos naturais e fisiológicos para defender a maternidade como principal – e até mesmo única – função feminina e aquelas que fugissem a esse padrão imposto “pela natureza” e “pelo criador” eram vistas como aberrações.

Entretanto, ao mesmo tempo que a mulher era naturalmente mãe e apta para exercer tal papel, o médico sustenta a premência em estimular e ensinar a mulher a ser mãe:

E’ triste, mas é verdade!... E’ muito preciso que seja despertado esse sentimento que deveria ser innato... Sim, minhas senhoras, é ainda muito necessário que se ensine a mulher o que é ser mãe... E’ muito necessário que se use de todos os meios possíveis para lembrar-se á mulher onde está a sublimidade de seu papel no mundo!...¹⁸⁴

Novamente, percebe-se a contradição do Dr. Carlos Costa ao enfatizar a deficiência feminina em exercer a maternidade com excelência sendo necessária a intervenção do médico e a publicação de uma revista destinada a ensinar as mulheres e até mesmo despertar esse sentimento maternal “que deveria ser inato”. Se há, portanto, a necessidade de despertar algo que deveria acontecer naturalmente é porque o instinto maternal não era um determinante biológico, mas uma construção social.

Encontramos na revista diversas publicações como a supracitada que incentivam e buscam despertar o sentimento de maternidade e ensinar a mulher a ser mãe. É importante

¹⁸³ PALESTRA DO MÉDICO. In.: A Mãe de Família, Rio de Janeiro, Ano.: 1, n. 8, 1879, p. 57.

¹⁸⁴ Idem, p. 58.

lembrar que a revista surgiu justamente no ano de 1879, ano esse em que as mulheres começaram a ter acesso ao ensino superior. Assim, as publicações de Carlos Costa buscavam inculcar nas mulheres o ideal da maternidade como função social e as desestimular a ingressar em carreiras profissionais no âmbito público. Por isso constantemente o médico escreve para as figuras femininas, num esforço de lembrá-las e fazê-las crer que nasceram apenas para serem mães de família e, conseqüentemente, a não ocuparem lugares que deveriam pertencer somente aos homens.

Todavia, a despeito do discurso promovido por ele, as mulheres estavam em busca de maiores espaços no âmbito público, tanto que fora aprovado o ingresso feminino nas universidades. Essa aprovação se deu porque o acesso feminino ao ensino superior era uma demanda da época, visto que, algumas mulheres, sobretudo as de elite, já buscavam estudar fora do país a fim de obter um diploma e exercer profissões ditas masculinas.

Ademais, minha hipótese é que a criação da revista pelo médico Carlos Costa era uma forma de se legitimar e conquistar uma “clientela” específica de pacientes – as mulheres – num momento em que a medicina disputava espaço com outras formas de cura. E ao permitir o acesso feminino ao ensino superior, garantindo a formação feminina em profissões como a medicina, as mulheres engrossavam a fila de concorrentes nas profissões ligadas à saúde e certamente conquistavam um grupo de pacientes específicos, que era o público feminino. Assim, compreendo a criação e, sobretudo, a continuação da *Mãe de Família*, não só como um espaço para o Dr. Carlos Costa cumprir “sua missão” de auxiliar as mulheres na maternidade, mas como uma forma de conquistar pacientes por divulgar seu conhecimento e seu serviço.

3.1 As proposições de Carlos Costa sobre a educação feminina

Carlos Costa não se eximiu de comentar a formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos. Ao buscar informações sobre as outras mulheres formadas no mesmo periódico, notei que só Ermelinda Lopes de Vasconcellos fora mencionada como médica formada por uma universidade brasileira. Não encontrei sequer menção a Rita Lobato, nem das demais mulheres que estavam em vias de se formar em medicina e tampouco encontrei a questão da educação feminina de forma regular no periódico.

Em busca do posicionamento da revista em torno da educação feminina, retrocedi minha periodização até encontrar artigos, próximos ao ano de 1888, que discutissem a temática, chegando ao ano de 1885, publicados na seção *Folhetins Instructivos* e o último na seção *Educação da Mulher* – que não era uma seção regular na revista, tratando da educação.

Além de Ermelinda Lopes de Vasconcellos¹⁸⁵, a única médica mencionada na revista será Maria Augusto Generoso Estrella, no ano de 1882, em que o Dr. Carlos Costa explicita sobre sua formatura:

Julgo-me sempre feliz quando posso render homenagem ao talento, á coragem e ao trabalho.

Representa estas qualidades uma nossa joven patrícia, que não tendo sido favoreada pela sorte, *soube entretanto afastar-se do commum dos temperamentos indolentes e inactivos das brasileiras* e, com uma energia e perseverança dignas de ser invejadas mesmo pelo sexo forte [Grifo meu], buscar a pátria de Washington e ahi acoroçada pelo edificante exemplo dos maiores trabalhadores do globo, abandonou os prazeres ephemeros da vida, tornou opaco o espelho onde se reflectiam os seus encantos femininos, esqueceu os erros e preconceitos da educação de sua pátria, suffocou os impulsos da americana do sul e só, longe dos seus, aproveitando os recursos de sua previligada intelligencia procurou desvendar os arcanos da sciencia que ensina a suavizar e curar os males phisicos da humanidade.

[...] Na curta passagem d'esta verdadeira heroína pela terra de Lincoln grangeou a estima, o respeito e admiração de todos por sua assiduidade ao trabalho, sua applicação, força de vontade admiráveis, unidas a severidade e circumpecção em sua conducta, e conquistou innumeras sympathias por sua modéstia e doçura... Voltando á seu paiz natal deixou gratas recordações entre os americanos do norte; aqui, desde logo soube corresponder á nossa expectativa e em pouco tempo soube impôr-se ao respeito e á sympathia de todos.

[...] Em breve teremos a imensa satisfação de annunciar que, com todo os louvores, recebeu o diploma da escola do Rio de Janeiro; nos julgaremos então felizes de sermos um dos primeiros a saudar a mimosa collega.¹⁸⁶

É interessante analisar essa fala do Dr. Carlos Costa, pois, ao comparar com certo artigo escrito por ele em 1880 encontramos um discurso um pouco diferente. Nele o médico aconselha a mãe a não colocar a filha no colégio e buscar proporcionar uma educação voltada para a vida doméstica:

Mas quando seja absolutamente preciso recorrer a ele, então deverá a mãe, digna deste nome, fiscalisar a educação; tudo deverá fazer para que a menina aprenda o que fôr absolutamente necessário para uma bôa mãe de familia, para uma bôa dona de casa.

[...]

Estareis convencidas que, todos os conhecimentos que ella precisa adquirir, quer nas letras, nas artes, e nas sciencias, a sua applicação converge para o mesmo fim, isto é, Educação da familia.

A mulher, em todos os actos da vida, se deve mostrar mãe, sempre mãe.

Para que tornar-se sabia, se a melhor sabedoria é a que patentêa na direccção do lar, tornando a todos felizes por suas virtudes, por sua intelligencia e affectuosos sentimentos!!¹⁸⁷

O artigo conclui com as seguintes palavras:

E' menos difficil educar uma mulher para doutora de que para mãe de familia!

¹⁸⁵ As considerações de Carlos Costa sobre Ermelinda se tornar médica serão discutidas no próximo capítulo, quando me dedicarei a investigar especificamente a repercussão da formatura dessa figura feminina.

¹⁸⁶ A DOUTORA GENEROSO ESTRELLA. In.: A Mãe de Família, Rio de Janeiro, Ano.: 4, n. 23, Dez., 1882, p. 178-179.

¹⁸⁷ PALESTRA DO MÉDICO. In.: A Mãe de Família, Rio de Janeiro, Ano.: 2, n. 24, Dez., 1880, p. 186.

E nós, embora novos na civilização, já temos muitos dos perigóſos vícios dos paizes adiantados.

Uma febre de liberdade para a mulher apoderou-se ultimamente dos espíritos os mais cultos do nosso paiz e trouxe como consequencia, um abalo profundo nas antigas crenças, nos puros costumes... A consequencia faltal foi o abandono do lar, foi o esquecimento de sagrados deveres... [Grifo meu]

E´ assim que as chronicas escandalosas já registrarão maior numero de faltas, que dao larga margem á maior das punições: o ridiculo.

E´ assim que tambem cresce o numero dos Divorcios!

Mas ainda é tempo de se fazer alguma cousa! E´ preciso educar a menina, desde os mais tenros anos para mãi de familia e convem começar não fazendo-a conhecer os perigos da sociedade, e acostumando-a á modéstia, á singeleza e longe de tudo que seja luxo e vaidade!

Com os nossos fracos recursos auxiliaremos os que se empenharem na Santa Cruzada.¹⁸⁸

A parte final do escrito permite-nos olhar além da visão tradicional de mulher pautada nas ideias patriarcais. O médico deixa claro que, apesar do discurso vigente, cuja proposição considera a mulher como mãe e esposa, é possível perceber que nem todas as mulheres concordavam com o proposto e o adotaram. Costa comenta sobre uma “febre de liberdade” para a mulher que se apoderou dos espíritos mais cultos do país e abalou profundamente as antigas crenças e costumes, e a consequência foi “o abandono do lar, foi o esquecimento de sagrados deveres”.

Percebe-se, então, que, inúmeras figuras femininas de elite vinham buscando se desvincular da função tradicional proposta às mulheres. Para muitos desses médicos, as senhoras e senhoritas de elite deveriam ocupar o lugar de bastião da moralidade e símbolo de mãe e boa esposa. Porém, compreender tais mulheres como submissas não dá conta de apreender suas experiências. Assim, podemos ler os artigos do Dr. Carlos Costa como uma reação às atitudes de – “busca pela liberdade” das mulheres, que preocupavam os médicos e os condutores sociais sobre o rumo da moralidade, que então propunham meios de controlar as ações das mulheres e de regular a educação intelectual das mesmas.

Voltando ao artigo sobre Maria Generoso Estrella, notamos que nele o Dr. Carlos Costa reconhece que ela conquistou o respeito e admiração dos colegas de curso e profissão nos Estados Unidos e também conquistaria a simpatia de todos os brasileiros, pois ela soube corresponder à expectativa de todos. Apesar de Carlos Costa manifestar uma postura pouco diferente da sua primeira opinião supramencionada, não devemos compreender que o mesmo não modificou completamente sua visão acerca do ideal de mulher. Em primeiro lugar, o médico continua referindo-se ao sexo masculino como o “sexo forte”. Em seguida, ele define Estrella como uma figura feminina diferente das demais, excepcional.

¹⁸⁸ PALESTRA DO MÉDICO. In.: A Mãe de Família, Rio de Janeiro, Ano.: 2, n. 24, Dez., 1880, p. 187.

Nesse momento, o discurso médico pautava-se, em sua maioria, nas ideias eugenistas, o que gerava discursos racistas e marcadamente influenciados pelos aspectos inerentes à natureza. Isso fica expresso na fala do Dr. Costa, ao considerar Estrella uma heroína ou mulher “excepcional” porque essa soube “afastar-se do *commum* dos temperamentos indolentes e inactivos das brasileiras”.

Carlos Costa elogiou Estrella porque a considerava uma exceção, não acreditava que outras jovens mulheres se dedicariam a uma profissão como a medicina, pois gostaria de manter a figura feminina como o sexo frágil e naturalmente ligada à vida doméstica. Um certo patriotismo seria o motivo pelo qual Carlos Costa aceita a formação de Generoso Estrella, bem como a ideia já mencionada de que ela era uma exceção. Finalmente, para o médico, a formatura em medicina de uma mulher não significaria que todas as mulheres fossem capazes de ingressar em áreas tradicionalmente masculinas, pois, ao contrário, sua condição natural não as favorecia para seguir uma carreira pública.

O médico explicita que Estrella abandonou o espelho, isto é, sua feminilidade em prol da sua educação e carreira. Essa fala de Costa deixa evidente o pensamento defendido por muitos na época, isto é, a mulher médica – ou a que se dedicasse a qualquer profissão tradicionalmente masculina – deveria abandonar sua feminilidade e até mesmo a maternidade e dedicar-se somente a profissão. Ermelinda Lopes de Vasconcellos, porém, diplomou-se e exerceu a profissão de médica, mas também casou-se e teve uma filha, Esmeralda de Vasconcellos e Sá, contrariando a proposição de que a mulher que se dedicava a uma profissão pública, deveria somente executá-la, pois não seria capaz de exercer concomitantemente a maternidade.

Esse será o argumento utilizado anos mais tarde – nas décadas de 1910 a 1920 – por Bertha Lutz e as feministas do seu grupo para defender o voto feminino.¹⁸⁹ Rachel Soihet defende que essas mulheres vão se utilizar de um feminismo tático para convencer que a mulher seria capaz de votar, fazer parte do espaço público, sem deixar de lado a maternidade. O argumento utilizado por essas figuras femininas e pelos parlamentares aliados a elas, será a defesa de que as mulheres possuíam características distintas as dos homens, mas isso não as impedia de arcar com os compromissos da vida profissional e privada – isto é, o cuidado do lar.

¹⁸⁹ Ermelinda Lopes de Vasconcellos fez parte desse movimento. O jornal *O Fluminense* do dia 19 de agosto de 1922, informa que a senhorita Bertha Lutz reuniu-se com um grupo de senhoras em Niterói a fim de fundar uma liga sucursal na cidade da Federação das Ligas para o Progresso Feminino. Na ocasião, Lutz indicou a diretoria da Liga, que contava com Ermelinda Lopes de Vasconcellos no cargo de presidente. A liga receberia o nome de Liga Fluminense para o Progresso Feminino. (LIGA FLUMINENSE PARA O PROGRESSO FEMININO. In.: *O Fluminense*, Niterói, ano: 45, n. 12.072, Ago., 1922, p. 1.)

Assim, Soihet destaca a entrevista de Bertha Lutz, em 17 de dezembro de 1924, ao jornal *Vanguarda*, no qual a feminista faz uma defesa ao voto feminino. Ao comentar sobre essa fala de Lutz, a historiadora nos diz:

Arguta peça política. A autora articula um discurso no qual mais uma vez busca demonstrar, num meio hostil, o caráter moderado do feminismo local. Apesar disso, a competência das mulheres, adquirida no exercício de suas funções tradicionais, é ressaltada para enfatizar sua maior habilidade na esfera pública no trato de determinadas questões próprias de sua experiência cotidiana, pois, embora a mulher seja equivalente ao homem, possui contudo uma orientação diferente. Disso depreende-se que não estaria disputando aos homens os mesmos espaços de atuação, além de enfatizar o caráter pacífico e maduro da participação feminina despojada de paixões partidárias, o que estaria de acordo com sua *natureza*. Nesse sentido, não há que impedir sua participação que iria enriquecer o panorama político-partidário, não se justificando mantê-la numa posição subalterna.¹⁹⁰

Sem dúvida, a experiência de mulheres como Ermelinda Vasconcellos – que atuou na vida profissional, mas também exerceu a maternidade e não abandonou o cuidado do lar – permitiu que, posteriormente, o movimento feminista, sobretudo o liderado por Bertha Lutz, se utilizasse desse argumento.

Por fim, retornando para minha investigação da revista, os únicos registros encontrados sobre as pioneiras da medicina referem-se a Maria Augusto Generoso Estrella – mencionado acima – em 1882 e a Ermelinda Lopes de Vasconcellos em 1888. No ano da formatura de Ermelinda, a revista completou dez anos de existência. Os números publicados nesse ano - dedicavam-se a assuntos ligados aos cuidados infantis, como a higiene da criança e a importância da amamentação. No entanto, não encontrei referência a questão da educação feminina na revista no ano de formatura de Ermelinda.

Para encontrar as proposições de Costa sobre essa temática, foi preciso retroceder em meu recorte temporal. Das edições da revista analisadas a partir de 1885, a temática da educação da mulher só aparece em três momentos. Nesse capítulo, nos dedicaremos a análise dos artigos publicados nas revistas de número 6 e 7. O texto, intitulado *Educação da Mulher*, aparece numa seção denominada *Folhetins Instructivos*, porém, em minha pesquisa, só encontrei essa seção nesses números da revista. O escrito é dedicado a “Exma, Sra. D. P.”, em que só aparece as iniciais da referida senhora, não sendo possível identificar a destinatária, e é assinado por Schillick. Não tenho mais informações sobre o autor, pois o mesmo só aparece nessa seção. O médico Carlos Costa é o editor-chefe da revista e junto com ele trabalham como redatores os Drs.: Pires de Almeida, Alfredo Piragibe, Brito e Silva, Silva Araújo e Pires Farinha. Não há,

¹⁹⁰ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n° 15, set/out/nov/dez. 2000, p. 108.

portanto, nenhuma referência ao nome do autor citado, dessa forma, é possível que Schillick seja um pseudônimo.

O texto publicado naquela seção é dividido em quatro partes. A primeira discute os benefícios da educação para as moças, “futuras mãis de família”. Aqueles “que compreendem a posição da mulher na sociedade” sabem os proveitos que uma “educação liberal sabiamente prodigalisada e attentiosamente dirigida traz ás moças”.¹⁹¹ E continua:

Os effeitos beneficos que se derramam sobre as instituições, sobre a familia, sobre o individuo, compensam largamente os dispêndios que faz o Estado ou o pai de familia com a educação de suas filhas.

Baldas de elementos de instrucção, acampadas em acanhados limites do saber humano, as nossas jovens patricias suprem com a sua viva intelligencia essas lacunas que representam cochilos do nosso Parlamento em materia de instrucção feminina; e dão já bonitos exemplos que postos em relevo demonstram palpavelmente a importancia da educação da mulher.¹⁹²

Nota-se uma tentativa de convencimento do Estado e dos pais em patrocinar as jovens que desejassem estudar. Porém, sem deixar de apontar que essas jovens são as futuras mãis de família, ou seja, há uma defesa em relação a melhorias na educação feminina, mas sem deixar de vincular a mulher ao papel de mãe.

O escrito prossegue apontando que já há “bonitos exemplos” de mulheres que demonstram “a importancia da educação da mulher” e que o “alargamento das bases de instrucção feminina” é “um dos serviços mais importantes que se pode prestar á pátria”.¹⁹³

Mas o somno que ataca a todo o parlamentar brasileiro quando se trata de instrucção publica, é uma das traves da roda do progresso de nosso paiz tão florescente. Felizmente alguns d’elles já cansados das tricas politicas atendem um pouco á esse assumpto soporífico; e de olhos abertos e espantados se comprazem em ver os esforços que empregam luctadores, entre os quaes está a *Mãi de Familia*.

Os progressos últimos, realizados em materia de instrucção publica, foram relativos aos estudos superiores e de preparatórios, e pouco ou nada se adiantou a respeito de instrucção primaria, que é a base, o fundamento da educação secundaria.

Esperemos que os nossos futuros legisladores, os actuaes estudantes de direito, lembrando-se desses trabalhos que estão a apparecer, preparando-se mesmo melhor para as altas funcções de governadores do povo, se compenbrem da necessidade e realizem reformas na educação feminina.

Até lá fallaremos e discutiremos.¹⁹⁴

O trecho citado demonstra preocupação em promover a educação das mulheres bem como em melhorar a instrução pública, sobretudo o ensino primário que é a base da educação secundária. A revista *A Mãe de Família* se coloca, nesse momento, como um dos “luctadores”

¹⁹¹ PALESTRA DO MÉDICO. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, Ano: 7, n. 6, Dez., 1888, p. 43.

¹⁹² PALESTRA DO MÉDICO. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, Ano: 7, n. 6, Dez., 1888, p. 43.

¹⁹³ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁴ Idem, p. 43-44.

em prol da educação, apresentando-a como “uma das traves do progresso de nosso paiz”. O artigo encerra chamando atenção dos legisladores para as reformas na educação feminina e afirmando que até que essa reforma aconteça, prosseguirá discutindo a temática. O autor prossegue com o assunto no número seguinte da revista, contudo, além dessas publicações só vemos na revista outro artigo que versa sobre a educação feminina em 1888¹⁹⁵ e logo em seguida *A Mãe de Família* encerra suas atividades. Portanto, nesses três anos analisados, não observamos publicações recorrentes sobre a temática da educação feminina. O foco da revista era sobretudo a maternidade, dando pouquíssima atenção à questão do acesso feminino ao ensino profissionalizante.

O texto publicado na revista de número seis prossegue com as seguintes considerações:

Justamente accusada, a mulher defende-se mostrando que a deveres correspondem direitos, que á sua obrigação de preparar um povo, corresponde a obrigação desse povo de dar-lhe os meios de cumprir esse dever.

Si são os direitos da mulher menosprezados, como exigir dela o cumprimento de um dever que só lhe é imposto por aquelles direitos?

Portanto, é necessário colocar cada individuo em sua posição; demos á mulher e ao homem o que lhes compete para o exercício de suas funções. Limitada a esphera de cada um, imponham-se obrigações, mas dêm-se-lhe direitos.

Os meios de que necessita a mulher para a formação da familia, *são a educação apropriada ao meio em que vae viver.* [Grifo meu]

Não a educação masculina: a álgebra, e geometria, trigonometria, o latim, o grego, *medicina*, etc; mas *uma educação mais apropriada a desenvolver o coração, os sentimentos* [Grifo meu]: a musica, o canto, a historia natural. O valor da musica e do canto como fonte de educação sentimental eu deixarei ao meu amigo Sertorius o cuidado de provar. A historia natural, vos demonstrarei em outro artigo, o seu alcance como meio estimulante dos sentimentos.

Uma instrucção variada, a leitura de viagens, romances, devem formar a parte recreativa. As línguas, as noções de chimica, *physica applicadas*, a historia natural, filosofia formarão a parte solida scientifica.

Eis o que se deve dar á mulher para o seu funcionamento como membro da communhão social.¹⁹⁶

Portanto, a revista, a despeito de ter elogiado a formação de Maria Augusto Estrella defende um ponto de vista pautado na biologia cuja ideia considera as características físicas do corpo humano como definidora dos papéis sociais adotados por homens e mulheres. Defende a promoção de uma educação feminina voltada para a função social que essa deveria desempenhar: ser mãe. O texto deixa evidente que determinados conhecimentos não devem ser ensinados para as mulheres e expõe de forma clara que a medicina é um conhecimento que deveria ser exclusivo da educação masculina.

¹⁹⁵ Esse artigo, publicado em 1888, será analisado no próximo capítulo, visto que, trata da educação feminina num contexto específico, que é a formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos. E o capítulo três dedica-se sobretudo a repercussão da obtenção do grau de doutora dessa jovem.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 44-45.

Toda a argumentação mostra o incômodo causado por essas mulheres que se aproveitavam das brechas/oportunidades – como o acesso ao ensino superior – para ingressar na área médica. A revista não condenava de todo a educação feminina, porém defendia uma educação diferenciada entre homens e mulheres e a todo momento enfatizava a maternidade como função principal e quiçá única das figuras femininas.

A seção do número seis encerra com uma consideração sobre o “progresso” do “methodo racional da educação de suas filhas” em que alguns pais permitiam e sustentavam o estudo de suas filhas e aponta os benefícios dessa educação para as mulheres. Um deles seria a capacidade delas ajudarem suas famílias financeiramente em caso de ficarem órfãos ou viúvas. Como foi o caso de uma jovem de família pobre e com muitos irmãos, que teve a oportunidade de estudar e quando sua mãe fica viúva, torna-se professora e sustenta a família, tomando para si a função de provedora da família.

Porém, a revista defende que casos como esse só deveriam acontecer na falta de uma figura masculina como provedor. Isso fica claro nas palavras finais do escrito: “Mãe de família, antes de ser mãe, é essa jovem o typo da virtude, e a sympathia que se desprende de seu ar serio e affectuoso se intranha por tal fôrma que é se obrigado a lastimar não haver fortuna, para designar-lhe o *papel que lhe compete, para lhe tirar as funções de pai de família* [Grifo meu].”¹⁹⁷ Isso posto, percebe-se que há diversos tipos de mulheres: mulheres trabalhando fora, mulheres em busca de um diploma de curso superior e adentrando em áreas profissionais tidas como masculinas; dentre outras.

Na edição seguinte, de número sete, a seção *Educação da Mulher* conclui a discussão deixada em aberto na revista de número seis. Assim, faz um panorama sobre a relação entre a inteligência e a educação; aponta três fases em que o mundo passa: a religiosa, a metafísica e a positiva (que havia começado a entrar); nessa última fase, o homem com sua inteligência busca compreender o mundo através da ciência; por conseguinte, a publicação versa sobre as dificuldades de quem educa, isto é, dos mestres e das mães e expõe a necessidade de que as mães recebam conhecimento sobre história natural.¹⁹⁸ “Á mãe e ao mestre cumpre não só conhecerem perfeitamente esta seriação das faculdades do espirito como também fazer corresponder o ensino peculiar a cada phase.”¹⁹⁹ Assim sendo, a educação feminina deveria servir para que elas cumprissem bem sua função como mãe e instrutora dos filhos.

¹⁹⁷ Idem, p. 45.

¹⁹⁸ EDUCAÇÃO DA MULHER. In.: A Mãe de família, Rio de Janeiro, ano: 7, n.: 7, Abr., 1885, 51-53.

¹⁹⁹ Idem, p. 52

Concentremo-nos nas mães. Segundo o artigo, o ser humano passa, assim como o mundo, por três fases: idade tenra, adolescência e a última fase em que vem o conhecimento dos objetos subjetivamente. O artigo conclui:

A' mulher, não só como membro social mas ainda como mãe de família, se dever dar esta educação racional.
Deve de conhecer a vida social e intelectual de hoje, para bem avaliar das circunstancias melindrosas de sua posição.
Para furtar-se ao desanimo deve ella solidificar a sua instrucção com estudos positivos e exactos.
Bem conhecedora dos sentimentos e das idéas modernas, poderá guiar seus filhos para essa lucta em que os fracos são destinados a perecer.
Como fonte dessa educação aparece agora a historia natural.
[...]
Emfim, aquelle que estuda a historia natural com gosto, é um ser que ama a todos, a tudo.
*Sendo a mulher por sua fraqueza debil para a lucta, terna amante do homem, extremosa mãe de seus filhos, nenhum preparo melhor jugo existir para essas delicadas funcções que a historia natural. [Grifo meu]*²⁰⁰

Mais uma vez, fica evidente a ênfase nas características físicas a fim de justificar as “delicadas funções” a que as mulheres estão destinadas. Vale a pena destacar que a revista era destinada ao público feminino. Ao focalizar o papel de mãe de família e evidenciar a função importante que as mulheres desempenhavam enquanto mães e educadoras dos seus filhos para o progresso da nação, almejava-se inculcar nas leitoras o papel social que deveria caber a elas.

Isto posto, nota-se que o conceito de mulher ideal difundido pela sociedade vigente era aquele cuja figura feminina deveria voltar-se completamente para a vida doméstica, defendendo uma educação que a preparasse para o seu papel de mãe, esposa e dona-de casa. Assim, partindo da ideia de que o gênero enquanto elemento construído a partir das “diferenças sexuais” estabelece hierarquias e relações de poder,²⁰¹ minha hipótese é que a defesa da moral e da “função natural” da mulher era uma tentativa de controlar as ações femininas, pois, cada vez mais mulheres estavam se recusando a adotar apenas o papel de mãe e doméstica sem questionamentos. A associação entre mulher e família, portanto, não é um dado natural e sim uma relação “historicamente instituída: é um constructo social, político e cultural, e não da ‘natureza’ ou da ‘essência’ da mulher.”²⁰²

Portanto, a análise da revista *A Mãe de Família* permitiu-nos ver a propagação de um discurso cujo objetivo era vincular a mulher apenas as suas funções biológicas a fim de definir

²⁰⁰ Idem, p. 53.

²⁰¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Do original *Gender: An useful category of hystorical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 22.

²⁰² RAGO, Elizabeth Juliska. Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 53.

claramente o seu papel social (ser mãe), em busca de cercear as atividades femininas. Não havia regularmente incentivo para que a mulher se concentrasse no âmbito público e, menos ainda, se empenhar por carreiras ditas masculinas, como a medicina. No entanto, vimos a existência de personagens femininas que conquistaram o diploma de doutora e atuaram no campo da saúde no final do século XIX no Brasil, bem como personagens femininas concluindo o curso de ciências jurídicas e buscando exercer o ofício.

No entanto, esse trabalho dedica-se a pensar as mulheres na saúde, sobretudo na medicina. Diante disso, surge o seguinte questionamento: qual era o lugar proposto às mulheres na saúde no final do século XIX? O capítulo seguinte tratará dessa temática, destacando o papel das parteiras e enfermeiras no campo da saúde. Além do mais, nos aprofundaremos na investigação das médicas pioneiras, dando ênfase a trajetória de Ermelinda Lopes de Vasconcellos com a finalidade de apreender alguns desafios enfrentados pela jovem médica e a repercussão da sua formatura em medicina.

CAPÍTULO III

MUNDO ÀS AVESSAS: A REPERCUSSÃO DA FORMATURA DE ERMELINDA LOPES DE VASCONCELLOS EM MEDICINA

Nesse capítulo, investigo Ermelinda Lopes de Vasconcellos – objeto de estudo da presente pesquisa – através da exposição de alguns aspectos biográficos da personagem. Pretendo, sobretudo, analisar a repercussão de sua formatura em medicina por meio dos periódicos correntes no Rio de Janeiro, no final do século XIX. Intenciono mostrar como o caso de Ermelinda foi abordado por sujeitos sociais, como o médico Carlos Costa; escritores e pensadores do Brasil, como Silvio Romero e o teatrólogo Arthur Azevedo e carnavalescos por destacar o carnaval de 1889, que trouxe à tona a discussão sobre as mulheres na medicina. Ademais, busquei investigar as estratégias utilizadas por Ermelinda para ingressar e permanecer numa área tradicionalmente masculina como a medicina.

1. O mundo as avessas: As Doutoradas no Carnaval do Clube dos Democráticos em 1889

“A nova doutora”. Oitavo carro de critica. Uma figura de mulher, espirituosa allusão a uma doutora, ia sobre um estrado, cercada de vidros de drogas e remedios. Guarda de honra composta de cinco grandes carros cem socios, representando typos de alguns medicos conhecidos, desempenhando os serviços caseiros, *serviços que pertencem ás mulheres*. [grifo meu]

Um cosia na machina, outro engommava, aquelle batia beef, este movia um berço etc., etc.
Foi de muito sucesso este carro.
[...]
Francamente os Democraticos mais uma vez asseguraram ao publico que são rapazes de muito espirito e de muito gosto.
Vivam os Democraticos.
O prestito passou mais uma vez pela rua do Ouvidor, as 10 1/2 horas da noite.²⁰³

Quarta-feira de cinzas, 6 de março de 1889... O carnaval havia chegado ao fim. Nessa ocasião, era comum os periódicos do Rio de Janeiro dedicarem parte do editorial para descrever o desfile das Grandes Sociedades carnavalescas.²⁰⁴ A citação acima foi publicada pelo *Gazeta da Tarde*²⁰⁵ e destacava o carro alegórico “A nova doutora”, apontando que “foi de muito sucesso este carro”.

A folia carioca no século XIX, sobretudo na primeira metade, era marcada pela prática do entrudo,²⁰⁶ que foi constantemente perseguida pela municipalidade através de editais e posturas que buscavam coibi-la e proibi-la ainda com mais afinco no início do período republicano. Nesse momento conviviam com as pretensões de modernidade e civilidade dos desfiles de fantasias e carros alegóricos na rua do Ouvidor.

Os préstitos (ou desfiles) das Grandes Sociedades eram uma forma de expor o luxo através das pomposas fantasias, afirmando a “civilização” do país, mas eram também uma maneira de expressar as críticas – tanto ao governo como a outros aspectos sociais.²⁰⁷ Maria

²⁰³ GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 6 de março de 1889, p. 2.

²⁰⁴ SCHETTINI, Cristiana Pereira. Os Senhores da Alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina (org.). Carnavais e outras f(ri)estas: ensaios de uma história social da cultura. Campinas: Ed. da UNICAMP, CECULT, 2002, p. 313-314.

²⁰⁵ O *Gazeta da Tarde* foi criado em 1880 e pertencia a Ferreira Menezes. “Menezes era mulato, e reconhecido pela historiografia com um importante abolicionista, assim como seu jornal (CONRAD, 1978; MACHADO, 2014). Entretanto na edição inicial, não há referência explícita ao elemento servil. O periódico quanto a questão política esclarece: ‘[...] Tem só um programa na força dos seus humildes escritores, (...). Se ousarem levantar uma bandeira confessaríamos ser: em política – oportunistas; em religião – tolerantes; socialmente - homens do povo e advogados dos pequenos, dos perseguidos...’ (GAZETA DA TARDE, 10 de julho de 1880, p.1)”. (VIDIPÓ, George. Jornais neutros do Rio de Janeiro no século XIX. In.: V ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA – ALCAR SUDESTA, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/5o-encontro-2018/gt-historia-da-midia-impressa/jornais-neutros-do-rio-de-janeiro-no-seculo-xix/view>. Acesso em: 29 Mar. 2019.

²⁰⁶ Trazido de Portugal, esse modo de festejar os dias anteriores à Quaresma era marcado pela anarquia e, às vezes, até pela violência. Da festa participavam pessoas de todas as camadas sociais, ainda que de maneiras diferentes: o entrudo familiar era uma prática das elites brasileiras, realizado dentro das casas entre parentes e amigos, sendo vetada a participação dos escravos. O entrudo popular, por outro lado, era feito principalmente por essas camadas mais baixas excluídas da festa das elites e, portanto, tomavam conta das ruas empreendendo molhadelas e enfarinhamentos aos passantes. Os negros escravos, se aproveitavam dessa atmosfera, entregavam-se ao entrudo popular, ocupando as ruas também com suas próprias manifestações: eram comuns procissões com música e dança, chamada cucumbis. BULCÃO, Renata. O carnaval carioca e a construção de uma identidade brasileira. *Texto escolhidos de cultura e artes populares*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, nov. 2011, p. 146.

²⁰⁷ As Sociedades Carnavalescas passaram por processos de cisão e foram criando outras sociedades menores que formaram as bases das três Grandes Sociedades Carnavalescas do século XIX: Tenentes do Diabo, Fenianos e

Clementina defende que “o carnaval foi sempre o meio de expressão de uma sociedade dilacerada”.²⁰⁸ Quer por meio das práticas populares, como o entrudo, quer por meio dos desfiles das Grandes Sociedades carnavalescas, o carnaval apresenta-se não só como uma forma de divertimento, mas também, como local de representações cotidianas, expressão de opinião – muitas vezes por meios exagerados ou por outros meios de crítica e expressão dos conflitos sociais.

Questões políticas e sociais eram retratadas nos desfiles carnavalescos das Grandes Sociedades, como observamos no préstito do Clube dos Democráticos, que não deixou de expressar sobre duas questões sociais presentes no contexto de 1889: a recém abolição da escravidão²⁰⁹ e a inserção feminina no campo da medicina.

Concentremo-nos no carro alegórico sobre as doutoras. O jornal *A Gazeta da Tarde* expõe que o oitavo carro de crítica referia-se à “nova doutora”: “Uma figura de mulher, espirituosa allusão a uma doutora, ia sobre um estrado, cercada de vidros de drogas e remedios.”²¹⁰ No *Diário de Notícias* encontramos a seguinte descrição: “Depois via-se uma moça, formada em medicina e seguida de um carro, onde aparecia um conhecido facultativo, sentado a uma mesa de costura, e em outros carros, medicos engommando, cosinhando, etc.”²¹¹

Essa “figura de mulher”, “moça formada em medicina” representava Ermelinda Lopes de Vasconcellos e Rita Lobato. Mas, afinal, quem é Ermelinda Lopes de Vasconcellos? Filha de Firmina dos Santos e Joaquim Lopes de Vasconcellos, natural de Porto Alegre, mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro, onde passou a viver em Niterói. Sua mãe faleceu em 1887 – um ano antes de sua formatura em medicina. Seu pai fora um conhecido negociante, tendo sido chefe de contabilidade do banco luso-brasileiro e realizado negócios na área de produção do café.

Evidentemente, Ermelinda pertencia a uma família de elite, o que permitiu que tivesse acesso à educação. A jovem ingressou no ensino primário somente em 1877, com onze anos, pois era considerada muito fraca para se dedicar aos estudos. Em 1880, entrou na Escola Normal

Democráticos a partir dos idos anos de 1860. Essas três ficaram famosas pelas personalidades que fizeram parte dos seus grupos e apoio dos jornais da época e pela continuidade da veiculação dos hábitos modernos e civilizados. Idem, p. 176.

²⁰⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Você me conhece? " Significados do carnaval na Belle Époque carioca. *Projeto História*, n.13, São Paulo, jun. 1996, p. 98. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11259>. Acesso em: 29 mar. 2019.

²⁰⁹ “Bellisima Apotheose á lei de 13 de Maio, oitava alegoria, carro onde via-se uma escadaria; ia no degrau superior uma figura representando um livro aberto, no qual uma figura de mulher parecia estar escrevendo. Na pagina do livro lia-se – Historia do Brazil, de 1888.” In.: GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 6 de março de 1889, p. 2.

²¹⁰ GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 6 de março de 1889, p. 2.

²¹¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 6 de março de 1889, p. 2.

de Niterói; prestou os exames para habilitar sua entrada em uma universidade e, em 1884, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.²¹²

Sua matrícula em um curso de ensino superior foi fruto da Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 – já citada nesse trabalho – que determinou no §20: “ E’ facultada a inscrição de quem tratam os §§ 16, 17, 18 e 19²¹³ aos indivíduos do sexo feminino, para os quais haverá nas aulas lugares separados.”²¹⁴ O Decreto permitiu às mulheres o acesso ao ensino superior em universidades brasileiras, ainda que com a restrição de – nos casos dos cursos do campo da saúde, como medicina, farmácia, obstetrícia e cirurgia dentista – seria necessário aulas em ambientes separados, sobretudo, as aulas de anatomia.

Desde a data do Decreto (1879) até a data do referido desfile (1889) somente duas mulheres haviam se formado em medicina por Faculdades brasileiras, como supramencionado. Assim, mesmo após dez anos de permissão feminina ao ensino superior, o número baixo de mulheres que conquistaram o bacharel em medicina demonstra o processo longo e conflituoso que precisava ser percorrido por elas. Além de Rita e Ermelinda, outras duas jovens estavam em vias de terminar o curso: Antonieta César Dias (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) e Amélia Pedroso Benebien (Faculdade de Medicina da Bahia). Ambas receberam o grau de doutora em 1889, logo após o carnaval.

Acredito que a “moça doutora” era uma representação das brasileiras médicas formadas tanto por universidades do país, como Ermelinda e Rita Lobato como por universidades norte-americanas, como Maria Augusto Genereso Estrella, além de outras jovens que almejavam a profissão e estavam cursando medicina. E, como já exposto, o carnaval não é só momento de folia, mas também, uma maneira de expor os conflitos e críticas sociais e políticas.

Em 1888, o Clube dos Democráticos, trouxe em seu desfile o carro *Puxa-Puxa Monat e Figueiredo*. Como destacou Gabriela Sampaio²¹⁵, a discussão entre os médicos Monat e Figueiredo acerca dos tratamentos que deveriam ser empregados na medicina estava presente nos jornais e chegou até mesmo a ser motivo de ironia no carnaval de 1888: “O fato desta questão ter sido tema do carnaval, indica o alcance social dessas polêmicas, que ao ganharem

²¹² AMARANTE. *Dra. Ermelinda de Sá*. In.: O álbum. Ano I, n. 15, abr. 1893, p. 110.

²¹³ Esses § referiam-se, respectivamente, aos seguintes cursos: curso geral (medicina); farmácia; curso obstétrico e cirurgia dentista.

²¹⁴ BRASIL. DECRETO nº 7.247 DE 19 DE ABRIL DE 1879–Carlos Leôncio de Carvalho, p. 300. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

²¹⁵ O primeiro capítulo da presente pesquisa destacou sobre essa tensão entre os médicos.

um espaço no desfile das Grandes Sociedades, chegariam também a um grande público, que assistia ao desfile.”²¹⁶

Quando no ano seguinte, o mesmo Clube traz um carro sobre as doutoras, deixa evidente que esse tema vinha sendo discutido socialmente e confere visibilidade à questão, por fazê-la chegar a um público maior através do desfile. Notamos, no carro alegórico “*As Doutoradas*”, uma inversão dos papéis, em que os homens aparecem fazendo funções ditas femininas e as mulheres atuando em áreas compreendidas como masculinas.

Segundo Natalie Zamon-Davis, em “*As mulheres por cima*”, na Europa moderna os charivaris²¹⁷ eram um ritual frequente. Nesses desfiles, era comum a inversão de papéis, brincando com a ideia do mundo de ponta a cabeça em que as mulheres apareciam por cima, ou seja, em destaque. Isso podia acontecer de inúmeras formas – “as mulheres atuavam como homens; os homens atuavam como mulheres; os homens atuavam como mulheres que estavam atuando como homens”²¹⁸ –, mas, Davis destaca que apesar das mulheres aparecerem como desregradas ou indecentes, elas apareciam como figuras fortes e que estavam no comando. Do mesmo modo, em tom de crítica ou não, o carro alegórico que fazia alusão às pioneiras da medicina ganhou espaço, movimentou a opinião pública e mostrou as mulheres como sujeitos dotados de agência.

A questão da inserção feminina na área médica já fora exposta pelos Democráticos anos antes, especificamente em 1881, não em forma de desfile, mas num anúncio do baile daquele ano. Cristiana Schettini Pereira nos informa que era costume na década de 1880 os bailes e desfiles serem anunciados nos jornais e acompanhado de pedidos como este:

Senhoras. Abriu-se o horizonte à vossa inteligência:
Já tendes academias e tendes professoras;
Ide, e estudeis nos livros da ciência,
Para acabar a mulher, haverem só doutoras.
Quero antes mil beijinhos
Do que afagos de bisnaga;²¹⁹
Outros tantos dou em paga
A quem me der mil beijinhos
Eu aborreço os carinhos
Que nos molha, até alaga;²²⁰

²¹⁶ SAMPAIO, Gabriela. “Nas trincheiras da cura – as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial”. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995, p. 25.

²¹⁷ Rituais realizados na Inglaterra, desde o fim do século XVII, para zombar ou tratar com hostilidade os indivíduos que não respeitam determinadas normas da comunidade.

²¹⁸ DAVIS, Natalie Zemon, “As mulheres por cima”. In: _____ Culturas do Povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. Cap. 5, p.111.

²¹⁹ As bisnagas, também conhecidas como seringas, eram o recipiente onde se colocava água ou perfume para participar da brincadeira do entrudo no carnaval.

²²⁰ O DEMÓCRITO, 1 março de 1881. In.: SCHETTINI, C. P. Op. Cit., 2002, p. 315.

Esse anúncio era direcionado às mulheres que acompanhavam os desfiles do alto das sacadas ou das janelas, isto é, às senhoras e senhoritas de melhor condição financeira. A divulgação e a chamada para o baile, nesse caso, faziam referência a Maria Augusta Generoso Estrella que tornara-se médica por uma instituição acadêmica dos Estados Unidos.

De acordo com Schettini, “este [anúncio dos bailes em jornais] era um constante recurso discursivo para que as sociedades afirmassem seu caráter civilizado, delicado e distinto”.²²¹ A proposta das Grandes Sociedades Carnavalescas era diferenciar as “mulheres honestas e ricas” das “filhas do pecado”. Essas eram as prostitutas, aquelas que de fato participavam dos desfiles e das festas dos sócios dos clubes, enquanto aquelas, as “senhoras fluminenses”, deviam “ser as espectadoras, merecendo estar recolhidas à segurança das janelas e sacadas.”²²²

No entanto, Schettini questiona a contradição desses pedidos: “se as ‘senhoras’ em questão eram tão civilizadas, delicadas, e tudo mais, por que os pedidos eram direcionados a elas?”²²³ E prossegue afirmando que tais senhoras valiam-se de uma “atuação relativamente independente que a brincadeira proporcionava às senhoritas e senhoras de família”.²²⁴

Ainda que os homens buscassem promover o ideal de mulher do lar e distinguir entre “mulheres de casa” e “mulheres de rua”, essas senhoras e senhoritas de família não se comportavam da forma desejada e por isso, eram produzidos os anúncios e as tentativas de acabar com o entrudo, isto é, de civilizar de alguma forma a festa popular carnavalesca.

O pedido contra a prática do entrudo, neste contexto, aparece como uma espécie de contraponto: se mulheres podiam ganhar um lugar nas academias e na ciência, também poderiam abrir mão das bisnagas. Não se pode esquecer, no entanto, que tudo isso é dito num contexto carnavalesco, o que faz com que o assunto sério (um mulher formada em medicina) ganhe ares de troça pelo seu absurdo e, por consequência, a brincadeira (ou as formas de se brincar) vire o assunto realmente importante.²²⁵

O convite para o baile, realizado de forma direta às mulheres, incentivava-as – ou ao menos, levava o tema para discussão entre as jovens – à inserção feminina no mundo acadêmico por divulgar uma figura feminina que estudou e tornou-se médica. Mesmo como forma de cercear o comportamento feminino, numa tentativa de “civilizá-lo”, retirando-as da prática do entrudo, o convite promovia a educação feminina.

Seguindo a proposição de Cristiana Schettini para o carnaval de 1881 – de que as mulheres não eram submissas nesse evento popular e, conseqüentemente, nem nas práticas

²²¹ SCHETTINI, C. P. Op. Cit., 2002, p. 316.

²²² Idem, p. 319.

²²³ Idem, p. 316.

²²⁴ Idem, ibidem.

²²⁵ Idem, p. 317.

cotidianas –, voltemos nossa atenção para o carnaval de 1889, o carnaval pós-formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos. A *Gazeta da Tarde* segue a descrição do carro alegórico apontando que em contraposição a moça doutora, os homens, inclusive sendo representado “typos de médicos conhecidos” executavam tarefas domésticas: costurar, engomar, bater beef (cozinhar), mover um berço etc.²²⁶ E afirmava: serviços que pertencem às mulheres. Conclui a descrição do carro, expondo que o mesmo foi de grande sucesso.

A necessidade de afirmar que esses serviços pertenciam às mulheres era uma forma de distinguir os papéis sociais, tentando afirmar o espaço privado como o espaço feminino, numa tentativa de reprimir a mulher. Assim, ao mesmo tempo que o carro expunha a inserção feminina na área médica, logo em seguida, no contexto carnavalesco, busca definir o serviço doméstico como de responsabilidade exclusiva da mulher e os homens que executassem essas tarefas eram tidos como motivo de troça.

Quando o carro alegórico representa homens, inclusive médicos, realizando afazeres domésticos, acredito que uma das referências seja o médico Alberto Sá, que havia sido professor de Ermelinda e, posteriormente, tornou-se seu marido. Os dois se casaram no dia 19 de janeiro de 1889, na matriz de Santo Antônio.²²⁷ A intenção do carro é colocar a mulher como a médica, a profissional que atuaria no espaço público, e seu companheiro, outrora médico, dedicando-se ao lar. Seria, como destacado na *Revista Illustrada* “o mundo às avessas”.²²⁸

De acordo com Cristiana Schettini, uma mulher aparecer como tema num carro alegórico de carnaval era algo inédito. Até então, ou as mulheres estavam nas sacadas ou janelas ou nos bailes em que eram convidadas, ou eram as prostitutas que participavam das festas com os sócios dos clubes, ou as “modelos” do carro alegórico, que emprestavam seus corpos à Democracia ou à Liberdade para personificar os acontecimentos políticos.²²⁹ “Nos primeiros anos da república e mesmo nos anos finais do Império, as grandes sociedades carnavalescas apresentavam carros de ideias (carros de crítica política) onde a figura da República ou da Liberdade era representada por uma mulher”.²³⁰

Pela primeira vez uma Sociedade Carnavalesca apresenta um carro denominado “A Doutora”. Schettini expõe que, após o evento formal de formatura, Ermelinda, com o apoio de Pedro II (que inclusive havia apoiado também Maria Estrella), desfilou “pelas ruas da cidade

²²⁶ GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 6 de março de 1889, p. 2.

²²⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1889, p. 1

²²⁸ REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, ano 14, n. 539, 1889, p. 9.

²²⁹ SCHETTINI, C. P. Op. Cit., 2002, p. 325.

²³⁰ NEPOMUCENO, Eric Brasil. Paradoxos carnavalescos: a presença feminina em carnavais da Primeira República (1889-1910). *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Pernambuco, n. 31.1, 2018, p. 7. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistacio/article/view/24407>. Acesso em: 1 Abr. 2019.

acompanhada de políticos como José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa, homens preocupados em mostrar publicamente seu apoio à conquista de um novo espaço de atuação por uma mulher”.²³¹

Aparentemente, o carro alegórico poderia ser uma homenagem a Ermelinda, recém graduada em medicina. Assim,

Mundo às Avestas foi o título escolhido para esta sequência de carros. Mesmo que pudesse ser entendido como uma “homenagem” à moça recém-formada, as sociedades usavam sua prerrogativa de poder brincar com assuntos sérios para mostrar uma relativa incompreensão diante do interesse daquela mulher em ocupar um lugar até então masculino. Os Democráticos registraram sua estranheza ao imaginarem o “absurdo” que seria se homens comessem a cumprir funções “naturalmente” femininas. Pela primeira vez, um assunto envolvendo mulheres ganhava importância suficiente para figurar no lugar da política, nos termos de organização do desfile.²³²

Contudo, o carro alegórico *A Doutora*, inserido na ala Mundo às Avestas, na realidade apresentava o temor, sobretudo dos homens pela inversão de papéis.²³³ Os homens executando tarefas domésticas eram interpretados como piada e algo inadmissível, numa tentativa de preservar a posição social masculina e seu poder.

A despeito do processo de inserção feminina na medicina nos espaços ditos masculinos ainda ter que lidar com preconceitos, comentários negativos e condenação por uma parte da sociedade, a presença do tema da mulher doutora no carnaval de 1889 levou a discussão para a rua e difundiu ainda mais a questão entre as mulheres. Essa performance carnavalesca fez com que a temática da mulher no campo da saúde ganhasse ainda mais vigor nas ruas cariocas, demonstrando que a presença feminina no âmbito público poderia se expandir cada vez mais.

O fato de vermos as doutoras no carnaval de 1889 evidencia a circulação das ideias. Os aspectos sociais e culturais não estão separados, eles estão imbricados de tal forma que as ideias circulam em diferentes espaços. Sendo assim, a ideia das mulheres na área da saúde repercutiu em diversos espaços. O tema da profissão dessas mulheres – tanto as médicas como também as enfermeiras – circulou em todos os âmbitos e classes, por meio do carnaval, do teatro e de publicações nos periódicos.

A análise da revista *A Mãe de Família*, no capítulo anterior, permitiu-nos ver a propagação de um discurso cujo objetivo era vincular a mulher apenas à maternidade. Com isso, em sua maioria, as mulheres não eram incentivadas a conquistar o espaço público e, menos ainda, se empenhar por carreiras ditas masculinas, como a medicina. Vimos, porém, a existência

²³¹ SCHETTINI, C. P. Op. Cit., 2002, p. 325.

²³² Idem, p. 325-326.

²³³ Idem, p. 328.

de mulheres que granjearam o diploma de doutora e atuaram no campo da saúde no final do século XIX no Brasil.

Além das mulheres na medicina, esse trabalho – especificamente no capítulo um – já ressaltou a existência de personagens atuando em outros campos da saúde, como as parteiras. E não podemos deixar de citar as enfermeiras, as quais exerceram também importante papel na arte de curar/cuidar. Apesar de um ideal proposto para as mulheres, restringindo-as ao lar que buscou promover o mito do amor materno e a ideia de que a mulher nasceu apenas para ser mãe, encontramos mulheres atuando em diferentes campos do âmbito público.

Antes da obstetrícia e ginecologia se tornarem áreas da medicina, os partos eram realizados majoritariamente por mulheres, as parteiras, também chamadas de comadres ou aparadeiras.²³⁴ Entretanto, a partir da promulgação da Lei de 3 de outubro de 1832, as Academias Médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia passaram a ser Escolas ou Faculdades de Medicina e com isso, o Art. 13 da lei “determinava que sem título conferido ou aprovado pelas ditas Faculdades, ninguém poderia curar, possuir botica ou partejar enquanto disposições particulares que regulassem o exercício da Medicina”.²³⁵

A partir daí começa a discussão sobre a implantação de um curso de partos. Isso diferenciaria as parteiras leigas das parteiras diplomadas.²³⁶ Apesar da formação científica das parteiras, “a Medicina submetia as demais especialidades de saúde ao seu controle, não dava à arte de partejar o devido reconhecimento, dando às parteiras um papel secundário.”²³⁷

A partir de 1840 encontramos registros, nos jornais da época, de parteiras profissionais examinadas pela Faculdade de Medicina oferecendo seus serviços. A clientela dessas parteiras era voltada para as senhoras abastadas da sociedade carioca, pois possuíam condições de pagar

²³⁴ “Estas detinham um saber empírico e assistiam domiciliarmente as mulheres durante a gestação, parto e puerpério (como também nos cuidados com o recém-nascido). Estas mulheres eram de inteira confiança do mulhério e eram consultadas sobre temas vários, como cuidados com o corpo, doenças venéreas, praticavam o aborto ou mesmo colaboravam com o infanticídio. Na sua maioria, eram mulatas ou brancas e portuguesas e pertenciam aos setores populares”. In.: BRENES, Anayansi Correa. História da Parturiação no Brasil, Século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 7 (2): 135-149, abr./jun., 1991, p. 135.

²³⁵ MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. A formação de parteiras na faculdade de medicina do Rio de Janeiro entre os anos de 1832 e 1839. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH RIO, 16., 2014. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400192798_ARQUIVO_AformacaodeparteirasnaFaculdadedeMedicinadoRiodeJaneiroentre1832e1839.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018, p. 1.

²³⁶ Porém, a instituição do curso de parteira não ocorreu de forma imediata e tampouco havia uma fiscalização efetiva para controlar o ofício das parteiras na prática. A questão do curso de partos ficou estagnada, voltando a ser debatida no final de 1837. Quando entrou em pauta o Art. 90 da Lei de 1832 supramencionada. Sustentou-se, a partir de então, a necessidade da criação do Curso de Partos voltado para o conhecimento teórico e prático. A questão do curso de partos ficou estagnada, voltando a ser debatida no final de 1837.

²³⁷ MEDEIROS, H.R.F. Op. Cit., p. 2.

pelo serviço. Já as mulheres pobres, no momento do parto, recorriam ao serviço das parteiras leigas, que não possuíam conhecimento científico.²³⁸

Ricas ou pobres, o fato é que a área do cuidado feminino – seja durante a gravidez, no parto ou doenças/problemas femininos – gerava uma demanda específica, isto é, as mulheres eram pacientes singulares e necessitavam de cuidados destinados às suas necessidades. Isso, sem dúvida, chamou atenção dos médicos que buscavam espaço na arte de curar. Percebo, portanto, que quando se instaura de fato o curso de partos focado em formar parteiras profissionais e essas começam a ganhar espaço e obter uma clientela característica (as mulheres), os médicos começaram a se interessar também por essa área, enfatizando e fortalecendo os estudos sobre ginecologia e obstetrícia.

À medida em que o número de parteiras profissionais aumenta, elas conquistam cada vez mais a confiança de mulheres, sobretudo as de família rica. Assim, percebemos que os médicos passam a ver o campo do cuidado feminino como uma área em potencial²³⁹ e as parteiras se apresentam como concorrentes e, mais do que isso, dominam a área do cuidado feminino. Os médicos, em busca de clientela – em meio a tanta concorrência entre eles e os terapeutas não-oficiais –, vão se empenhar nos estudos sobre os corpos femininos, em especial a obstetrícia, estendendo para o cuidado dos recém-nascidos e das crianças.²⁴⁰

Realizar o parto era um ofício marcadamente feminino – a princípio pelas parteiras-leigas ou comadres e depois houve uma cientifização do ofício, formando as parteiras diplomadas. Mesmo com o diploma, essas parteiras eram estabelecidas na medicina como categoria inferior. Estavam, portanto, subordinadas ao campo médico. Por conseguinte, a área médica era defendida como uma profissão masculina. As parteiras estariam, então, subordinadas aos médicos – homens.

Quando os médicos começam a se interessar por esse campo do cuidado, preocupados em conquistar uma parcela específica de pacientes, buscam fortalecer a arte de partejar como

²³⁸ Idem, p. 14-16.

²³⁹ “As origens do ensino da obstetrícia estão ligadas às condições que propiciaram a criação do ensino médico no Brasil no início do século XIX. Contudo, a rigor, o ensino das disciplinas separadas só ocorreu no final do século, na década de 1880, prevalecendo, até então, unicamente o ensino da arte obstétrica, que englobava situações como a gravidez, o parto, o puerpério, as doenças dos recém-nascidos e algumas doenças ginecológicas, seguindo a mesma orientação dos centros europeus, que até meados do século não haviam separado as duas especialidades.” MARTINS, A.P.V. A obstetrícia e a ginecologia no Brasil. In: *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 139-170. História e Saúde Collection. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 12 nov. 2018. p. 142)

²⁴⁰ Isso explica, por exemplo, a criação da revista *A Mãe de Família* cuja edição era responsabilidade do médico Carlos Costa. Como já discutido no capítulo dois desse trabalho, compreendo essa publicação como uma forma do médico conquistar o público feminino e como tentativa de cercear o papel da mulher, visando destiná-las somente ao âmbito privado – visto que, essas estavam conquistando cada vez mais o espaço público, tanto as mulheres ricas como as pobres, escravas e ex-escravas.

um saber pertencente à medicina, isto é, a obstetrícia e a ginecologia. Assim, quando as mulheres conquistam a legitimação da medicina para o curso de partos e, com a formação em medicina, os médicos tentam enfraquecê-las e ocupar esse espaço.²⁴¹

Com relação a enfermagem, em nosso país a prática não era sistematizada enquanto profissão até o final do século XIX.²⁴² O discurso que designava a mulher como a principal cuidadora do lar, fortalecendo o mito do amor materno, também inspirou a ideia de que a figura feminina era a principal responsável pelo cuidado em caso de doença. Porém, não podemos deixar de evidenciar que essas designações femininas são fruto de uma construção histórico-social que colocou a mulher como cuidadora fundamental – tanto no lar como dos doentes.²⁴³

Até a década de 1890, a assistência hospitalar era precária, como supramencionado. Somente com o Decreto Federal nº 791, de 27 de setembro de 1890, do Governo Provisório da República, o ensino de enfermagem será oficialmente instituído no Brasil. Nesse momento foi fundada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, posteriormente chamada de Escola de Enfermagem Alfredo Pinto²⁴⁴, cujo quadro organizacional contava com médicos e supervisores do Hospital a ela filiado – o Hospital Nacional de Alienados do Rio de Janeiro.²⁴⁵

Antes da criação da escola de enfermagem, porém, já encontramos a ideia que associava a enfermagem à mulher. Em *A Mãe de Família*, do ano 1881, na seção *Palestra do Médico*, o médico Carlos Costa comenta sobre as enfermeiras francesas e o quanto essas figuras cooperavam com a medicina, ainda que, não defendesse o fato de mulheres trabalhando profissionalmente, para além do âmbito privado. As considerações do Dr. Costa ficam assim expostas:

²⁴¹ “A transformação do médico em conselheiro familiar com autoridade para expressar suas idéias e prescrever condutas só se deu através da aliança estabelecida com a mulher, personagem central tanto para a entrada das idéias médicas e científicas no meio familiar quanto para a construção da reputação e da fama dos médicos. Dessa forma, a imagem do médico protetor da mulher também expressa o crescente interesse médico-científico pela natureza feminina e as doenças de mulheres, interesse este que resultou na constituição de especialidades médicas voltadas para a especificidade do sexo feminino: a obstetrícia e a ginecologia.” (MARTINS, A. P. V. Op. Cit., 2004, p. 140)

²⁴² “Se no caso da Medicina a situação era dramática, o que se poderia dizer então, dos serviços de atendimento e cuidado aos doentes. Esses, em sua maioria, ficavam ao encargo das próprias famílias, na figura da “mãe”; ou de iniciativas caritativas, como as Santas Casas de Misericórdia e as ordens religiosas, seguindo o modelo português.” In.: KLETEMBERG, D. F.; SIQUEIRA, M.T.A.D. A criação do ensino de enfermagem no Brasil. *Cogitare Enfermagem*, Paraná, v. 8, n. 2, p. 61-67, 2003, p. 62.

²⁴³ PASSOS, E. De anjos a mulheres: ideologias e valores na formação de enfermeiras [online]. 2nd ed. Salvador: EDUFBA, 2012, Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 12 nov. 2018, p. 18.

²⁴⁴ “A escola compunha uma das iniciativas governamentais para sanar a crise de recursos humanos, desencadeada pela saída das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo da instituição, onde desempenhavam o serviço de enfermagem e de administração, desde a sua criação, em 1852, quando ainda se chamava Hospício Pedro II, e era vinculado à Santa Casa de Misericórdia.” In.: SANTO, T.B.E.; OGUISSO, T.; FONSECA, R.M.G.S. A profissionalização da enfermagem brasileira na mídia escrita no final do século XIX: uma análise de gênero. *Revista Latino-Am. Enfermagem*, USP, São Paulo, 19 (5), p. 1-7, set./out. 2011, p. 3.

²⁴⁵ KLETEMBERG, D. F.; SIQUEIRA, M.T.A.D. Op. Cit., 2003, p. 63.

Com immensos resultados funcionam actualmente em Pariz nos Hospitaes da Salpetrière e de Bicétre, escolas especiaes para enfermeiras: porque não se fará o mesmo entre nós?

Como vos prometti no numero passado vou hoje indicar rapidamente as bases sob as quaes se deve desde já estabelecer essas escolas entre nós.

As enfermeiras convem ter conhecimentos geraes de *anatomia, pshysiologia, de aparelhos, de pathologia interna e externa, de therapeutica e de materia medica e de pharmacia.*

Comprehende-se que esses conhecimentos não podem ser aprofundados, apenas noções que são indispensaveis para o exercicio d'esse encargo, que sendo tão útil adjutório do medico, em sua falta, é um constante motivo de compromettimentos e de atraso para o andamento das moléstias.

No Hospital da Misericordia e nas Casas de Saude existentes n'esta cidade, poder-se-hia abrir desde já uma escola preparatoria [...].

[...]

A enfermeira que comprehender a gravidade de um symptoma no decurso de uma molestia; que souber os efeitos do medicamento, que conhecer a anatomia da parte em caso de lesão cirurgica, sem duvida que saberá a tempo prevenir o medico, acudir ao accidente e ministrar ao clinico informações circunstanciadas e utilíssimas.

[...]

E' tempo de acabarmos com a rotina! E' tempo que as senhoras comprehendam que podem prestar grandes serviços a humanidade, *quando não o poder fazer a familia exclusivamente* [Grifo meu] segundo as suas condições sociaes.

Se não sou dos que preconizam o progresso social da mulher, baseado no afastamento dos deveres de mãe, se entendo, e sempre enunciei n'esse sentido o meu juízo, que a mulher não foi creada para litterata, sabia ou guerreira; porém sim e especialmente para os inimitaveis e sacrosantos deveres de mãe de família, não quer isto dizer que se entreguem á ociosidade e á mendicidade, quando ou já não podem ser mãis pela idade e estado valetudinário, ou não lhes tendo sorrido a fortuna não sabem onde procurar meios honestos de subsistencia.

Sabeis muito bem e já eu o disse, que existem n'esta cidade muitas e muitas senhoras que não sabem onde procurar trabalho, que limitam-se ao serviço de costureiras ou lavadeiras ou então vivem das esmolos dos particulares ou das associações beneficentes, onde se inscreveram com esse ocioso proposito.

Seja portanto o vosso encargo, caras leitoras, vulgarisar este nosso plano e ainda uma vez tereis as benções celestes.²⁴⁶

Esse artigo de Carlos Costa destina-se especificamente às mulheres. Quando se refere ao profissional da enfermagem, Costa utiliza o gênero feminino, “enfermeiras”, e não direciona em nenhum momento sua fala aos homens. Fica evidente uma defesa de que a enfermagem deveria ser sobretudo uma carreira feminina. Aos homens que pudessem e quisessem se dedicar a uma profissão na área da saúde, era recomendado se dedicar à medicina, que conferia certo status e, naquele momento, buscava se consolidar como principal profissão da saúde dentro da hierarquia estabelecida.

O médico e autor do artigo conclui, num tom positivista, que as mulheres que não puderem se dedicar exclusivamente à família poderiam seguir como carreira a enfermagem como alternativa a outros trabalhos que ocupavam a maioria das mulheres da classe trabalhadora no período, e estariam, assim, prestando “grandes serviços a humanidade”.

²⁴⁶ PALESTRA DO MÉDICO. In.: A Mãe de Família, Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1881, p. 153-154.

Novamente, ele enfatiza que a mulher foi criada para ser mãe de família, seguir uma profissão seria somente para aquelas que não foram agraciadas com fortuna e necessitavam trabalhar para o sustento. Caso contrário, o papel primário seria a maternidade.

Finaliza o escrito chamando a atenção para os ofícios já realizados pelas mulheres pobres – que precisavam manter-se financeiramente de alguma maneira –, mas pedindo que as leitoras da revista – evidenciando o público do editorial: mulheres ricas que não deveriam trabalhar, somente exercer a maternidade e o cuidado da casa, por um lado, e, por outro incentivar as mulheres que tivessem que trabalhar a buscarem a enfermagem como profissão. Esta seria, segundo o médico uma carreira honesta e que estava em harmonia com as características femininas, além do mais, subordinava-se à medicina – campo majoritariamente masculino.

Apesar da enfermagem contribuir para a associação da mulher com o cuidado, reforçando a concepção de que o sexo feminino possuía atribuições específicas e inatas relacionadas à maternidade e ao cuidado, a atuação feminina na enfermagem permitiu certa conquista do espaço público e autonomia. O que pretendo mostrar com isso é que, no campo da saúde, a medicina não era vista como uma profissão feminina. Por isso, no carnaval de 1889, vemos as mulheres sendo representadas como doutoras num tom de ironia, atestando o temor masculino em perder seu poder e status. Ainda assim, algumas conseguiram ingressar no curso de medicina e concluí-lo. Entretanto, após a formatura, como elas conseguiram atuar como médicas em meio a uma área profissional tradicionalmente masculina?

2. Médicas pioneiras e suas estratégias de legitimação num campo majoritariamente masculino.

Para concluir o curso, os alunos das faculdades médicas deveriam escrever um trabalho final, denominado tese. Todos os trabalhos, com exceção do escrito por Maria Augusto Generoso Estrella, versavam sobre questões ligadas à mulher ou as crianças.²⁴⁷ Essas médicas dedicaram não só o tema de suas pesquisas como também sua carreira ao cuidado feminino e infantil. Até mesmo, Maria Augusto Estrella que dedicou-se ao estudo das moléstias da pele, quando regressou ao Brasil estabeleceu acordo com D. Pedro II de que cuidaria de mulheres e crianças.

²⁴⁷ Para mais informações sobre o título da teses das pioneiras da medicina que se formaram até o ano de 1890, ver o capítulo dois desse trabalho.

A atuação dessas médicas no cuidado feminino e infantil pode ser compreendida como mais uma forma de pressão e opressão, como algo que as limitasse. Porém, depreendo como uma estratégia utilizada por elas para ingressar no campo da medicina em disputa e se legitimarem num nicho específico. Essas profissionais vão se utilizar da lógica natural que compreendia a mulher como principal cuidadora a seu favor, para se validar no campo do cuidado infantil. Da mesma forma, vão utilizar o argumento da moral, defendida pela visão tradicional e patriarcal, para defenderem-se como as únicas capazes de cuidar das mulheres, pois, dessa maneira, evitaria constrangimentos para as mulheres e seus cônjuges.

Esse discurso utilizado pelas doutoras para se legitimar no campo médico pode ser encontrado no jornal *A Família – jornal Literaria dedicado á educação da mãe de família*. Após a formatura de Ermelinda, encontrei nesse periódico artigos recorrentes sobre “*A mulher médica*”. Selecionei duas publicações do editorial que permite apreender o discurso mencionado.

O periódico contava com oito páginas nas quais explicitavam assuntos variados relacionados à mulher, como a educação feminina, exposição de acontecimentos sobre figuras femininas, folhetins, piadas, receitas domésticas, dentre outros. Nas edições de fevereiro e março, encontrei, nas últimas páginas do periódico (págs. 7 e 8), dois artigos que expunham a opinião do editorial sobre a mulher médica. A existência de publicações com essa temática nos mostra que a formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos gerou discussões sobre a questão, ampliando o debate sobre a ocupação de espaços profissionais elitizados por mulheres de classe média.

Na edição de 9 de fevereiro de 1889, na última página, encontramos um artigo assinado por Paulino A. da Silva intitulado *A mulher na medicina*. Embora não tenhamos maiores informações sobre o autor, talvez, um leitor que desejou contribuir com sua opinião, notamos que o periódico dava espaço também para vozes masculinas que compactuavam com a ideia de garantir a conquista de direitos e cidadania às mulheres. O escrito nos diz:

Até que enfim a sociedade moderna vae banindo o antigo regimen de colocar a mulher no lugar unico, que exercia, de velar por sua casa tratando dos arranjos domésticos; para lhe dar o valor que merece, facilitando os meios que possa ser considerada pelo talento illustração e tino em dirigir qualquer arte ou sciencia affecta unicamente aos homens. E senão vejamos quem melhor do que a mulher pode exercer a medicina? E não estarão as leitoras e leitores mesmo de acordo comigo?
Se tendes mãe, irmã ou esposa não será mais agradável confiar os seus cuidados a pessoa de seu sexo, do que confial-os a um homem para quem devem ser vedados todos os segredos de uma senhora honesta? E vossa esposa, irmã ou mãe não dirá a mulher médica com mais desembaraço e sangue frio, que esta ou aquella dôr é proveniente d’isto ou aquillo, que este ou aquelle achaque foi ocasionado por um ou outro incidente?

Decerto que sim. Por isso as vantagens da medicina exercida pela mulher são de grande utilidade. E quem mais carinho pode ter que a mulher para o tratamento de uma criança, pois que sendo as únicas a quem é dado o tratamento de seus filhos com o afago e solicitude que requerem, são também as únicas possíveis para reconhecer com interesse maternal, que de todo o coração devem tratar com o máximo cuidado, as crianças que lhes são confiadas porque só ellas são capazes de avaliar quanto custa em lágrimas e saudades a perda de um filho que se estima. [Grifo meu]²⁴⁸

O autor defende que já estava na hora da “sociedade moderna” aceitar as mulheres na medicina e banir a ideia de que o único lugar dedicado a elas era “a casa tratando dos arranjos domésticos”. E quem melhor do que as mulheres para exercer a medicina, já que elas seriam “naturalmente” carinhosas e cuidadosas, devido ao espírito materno? Tal concepção defende a ideia de que, por um lado, as crianças estariam em boas mãos quando necessitassem de cuidado e, por outro, os pais, maridos, irmãos ficariam mais tranquilos em entregar suas filhas, esposas, irmãs e mães ao cuidado de uma médica. Da mesma maneira, as mulheres ficariam mais à vontade de realizar determinados tratamentos médicos com profissionais mulheres. A utilização desse argumento foi uma das estratégias empregadas pelas mulheres para se validarem no campo médico.

O autor conclui a publicação com as seguintes palavras:

Eu bem sei que a carreira medica exercida pela mulher lhe vae trazer alguns desgostos e dissabores porque infelizmente a nossa sociedade não tem ainda a educação precisa para respeitar e fazer respeitar como lhe cumpre as mulheres, nisto me refiro aquellas que são dignas de respeito, que mesmo um ou outro pouco escrupuloso não porá duvida em mandar chamar uma doutora a pretexto de qualquer doença só para ter á cabeceira do leito uma mulher a quem digam umas tantas sandices, mas por isso mesmo as medicas devem limitar-se unicamente ao tratamento de molestias que affectam o seu sexo ou ao tratamento de crianças.²⁴⁹

Nota-se que a despeito da defesa da mulher na medicina o autor mobiliza o argumento moral, sobre a proximidade com os homens a que estariam expostas, utilizado aqui para defender que elas se limitassem ao cuidado das mulheres e/ou crianças. Esse tipo de argumento também era apropriado pelas próprias médicas pioneiras do século XIX para se legitimar no campo da medicina e, dessa maneira, elas conquistavam uma clientela específica: mulheres e crianças.

Em *a pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*, Rachel Soihet sustenta que as feministas, que tiveram Bertha Lutz como liderança, “valeram-se de uma tática que mobilizou para os seus próprios fins uma representação ‘imposta e aceita’, mas desviada contra a ordem que a produziu.”²⁵⁰ Essas

²⁴⁸ A MULHER MEDICA. In.: A Família, São Paulo, 9 de fevereiro de 1889, p. 8.

²⁴⁹ Idem, ibidem.

²⁵⁰ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, nº15, Set/ Out/ Nov/ Dez de 2000, p.106.

mulheres utilizaram-se da mobilização de um determinado modelo de feminilidade e do papel social da mulher como mãe para defender a participação política da mulher, buscando assim um caminho de negociação e o apoio dos homens em posição de poder à sua causa.

Os membros da Federação Feminina pelo Progresso Feminino “utilizavam estereótipos acerca das diferenças ‘naturais’ entre os dois sexos como justificações das mais efetivas para a entrada das mulheres nas novas áreas de participação social e política”.²⁵¹ Soihet propõe que naquele momento, não havia outra opção para essas feministas. “Havia que exaltar a maternidade, valor uníssono na sociedade brasileira”²⁵² a fim de conseguir o direito ao voto e a participação política. Valeram-se, portanto, da maternidade, do discurso natural e do patriotismo para almejar direitos e cidadania feminina.

Ao analisar as pioneiras da medicina, percebo que elas se empenharam em mobilizar essa estratégia, apropriando esse discurso e no cuidado feminino e infantil. Partindo da concepção de Soihet, compreendo que tais mulheres se basearam, em parte, no discurso naturalizante de suas qualidades supostamente femininas para conquistar espaço no âmbito médico. Importante lembrar que, naquele momento, a medicina científica disputava lugar entre os próprios médicos e os demais terapeutas não oficiais. Desse modo, essa foi a maneira que as médicas do século XIX encontraram para conquistar sua clientela e espaço como mulheres numa profissão majoritariamente masculina, cujo discurso patriarcal promovia a concepção de que aquele espaço não as pertencia.

A formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos – e também de Rita Lobato, no ano anterior – gerou discussões sobre a temática, rendendo publicações nos jornais, como a supramencionada. Logo nos meses seguintes à formatura de Ermelinda, encontramos no jornal *A Família* artigos em defesa do direito ao exercício da medicina pelas mulheres. É o que podemos observar em dois artigos, publicado no mês de março – especificamente nos dias 2 e 9 de março de 1889, sendo o segundo, continuação do primeiro – intitulado: *A mulher na medicina*.

Os artigos não possuem assinatura e concluímos assim que representavam a opinião do periódico, cuja direção contava com Josephina Álvares de Azevedo. A primeira parte do artigo se inicia com o escrito denunciando o “preconceito que tem afastado as mulheres do exercício da medicina”,²⁵³ e continua a argumentação explicitando que esse preconceito já fez inúmeras

²⁵¹ Idem, p. 108.

²⁵² Idem, p. 108.

²⁵³ A MULHER NA MEDICINA. In.: *A Família*, São Paulo, 2 de março de 1889, p. 4.

vítimas, por impedir que as mulheres cuidem do tratamento de crianças e moças, pois muitas jovens por “excesso de pudicícia, deixam-se morrer de preferencia a sofrer o exame medico”.²⁵⁴

Também são raríssimos os medicos, dotados de delicadeza de sentimentos, e de paciencia necessaria para o tratamento de moças e crianças.

Só as mães sabem interpretar a muda linguagem das crianças só ellas têm a devotação necessaria para estudarem, horas e horas, a interpretação dos gostos e dos monossylabos infantis.

Os medicos, [...] commetem erros gravíssimos sómente por falta de paciencia.²⁵⁵

Observamos, portanto, a naturalização de características tidas como intrínsecas às mulheres sendo mobilizadas como argumento na defesa da atuação das mulheres na medicina.²⁵⁶

A publicação continua:

Além do tratamento das moças e das crianças, que exclusivamente devia ser reservado às mulheres formadas em medicina, julgamos que, no futuro prestarão importantes serviços á humanidade como oculistas.

Todos sabem que o tratamento das molestias de olhos e suas operações exigem uma paciencia e delicadeza que rarissimas vezes os homens possuem. Em geral, os órgãos da vista e do tacto são mais delicados nas mulheres do que nos homens; *estas condicções naturaes lhes dariam extraordinarias vantagens* nas operações dos olhos. [Grifo meu]

Tambem na obstetricia a delicadeza das mãos das mulheres e a perfeição do tacto lhes darão grande superioridade sobre os medicos parteiros.

Sob a pressão dos preconceitos actuaes, quando a parturiação é feliz recorre-se á mulher mais ou menos habilitada, mas logo que apresenta dificuldades recorre-se a um ou mais medicos.

[...]

Digamos francamente todo nosso pensar. Escrevemos para reformar os principios e preconceitos actuaes e preparar um mundo melhor para as gerações vindouras e não para agradar a quem quer que seja.²⁵⁷

O artigo utiliza a ideia de que as “condições naturais” determinariam os papéis sociais do homem e da mulher, para expandir as áreas de tratamento sob responsabilidade das médicas. Desse modo, as doutoras iniciariam dedicando-se ao tratamento das moléstias femininas e infantis, e posteriormente, devido à sua suposta “aptidão natural”, mostrariam ser a melhor escolha para outras áreas – como a oftalmologia e a obstetrícia. Assim, como defende Chitra

²⁵⁴ Idem, ibidem.

²⁵⁵ Idem, ibidem.

²⁵⁶ Embora esses artigos publicados não tenham sido escritos pelas próprias médicas, minha hipótese sustenta que tais profissionais femininas se valeram desses argumentos expostos no periódico em questão a fim de conseguirem exercer a profissão, em meio ao preconceito e aos discursos que negavam o âmbito médico como espaço feminino.

²⁵⁷ A MULHER NA MEDICINA. In.: A Família, São Paulo, 2 de março de 1889, p. 4.

Joshi²⁵⁸, “as mudanças nas condições de emprego podem afetar a produção de identidades de gênero, tanto masculinas quanto femininas”.²⁵⁹

Na continuação do artigo, no jornal de 9 de março de 1889, o texto compara o Brasil e os Estados Unidos (considerado modelo para incipiente nação brasileira), fazendo referência ao país norte americano como “vanguarda do progresso”, onde o estudo da medicina pelas moças já se consolidou. Ademais, faz uso de outro argumento para reconhecer a capacidade feminina na área médica: o fator econômico e a defesa da família.

[...] o monopólio das profissões importantes e lucrativas pelo sexo masculino constitui hoje um grave obstáculo á condição da familia.

[...]

A vaidade do sexo feminino faz hoje da manutenção de uma senhora de boa sociedade pesados encargos; [...]

Todos os moços de juízo, antes de cederem ao amôr, fazem o balanço entre seus vencimentos e a despeza que lhe vae trazer a familia, a mulher, filhos, filhas e quase sempre os parentes da mulher.

O resultado deste triste balanço é, a fatal abtenção do casamento, em prejuízo do corpo e da alma dos amantes.

Os casamentos serão muito mais faceis quando os nubentes forem ambos capazes de trabalhar e de concorrer para a sustentação e bem estar da familia; a economia domestica fará então progressos reaes; findará o primeiro motivo das rixas conjugaes; o purido de gastar das mulheres em futilidade, a despeito dos deminutos haveres dos maridos dehonra e de vergonha.²⁶⁰

O artigo inicia criticando “o monopólio das profissões importantes e lucrativas pelo sexo masculino” apontando que isso constituía “um grave obstáculo á condição da familia.” Vemos, novamente, os argumentos sobre a família sendo invertidos e empregados para discutir a questão do trabalho feminino. Demonstrando a emergência de um discurso de valores de classe média sobre o trabalho e a família.

A publicação continua sua defesa afirmando que um marido cuja esposa é médica terá melhor esposa e mãe, pois ela saberá proceder corretamente em questões de higiene e saúde, sendo, portanto, uma boa gestora e cuidadora do lar, além de ajudar o cônjuge nos provimentos financeiros. Essa seria uma maneira de manter a família, posto que, muitos deixam de conquistar o matrimônio devido às dificuldades financeiras, prejudicando a moral da sociedade.

²⁵⁸ Embora seu trabalho esteja voltado para pensar o contexto das mulheres da classe trabalhadora indiana, a pesquisa de Chitra Joshi permite-nos considerar pontos metodológicos importantes para pensar questões sobre gênero e trabalho. Joshi sustenta que precisamos olhar além da ideia do homem como provedor e buscar perceber como as mulheres – tanto no espaço público como no privado – redefiniram as noções de domesticidades em seu cotidiano.

²⁵⁹ JOSHI, Chitra. “Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho.” *Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009, p. 158. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147>. Acesso em: 24 abr. 2019.

²⁶⁰ A MULHER NA MEDICINA. In.: A Família, São Paulo, 9 de março de 1889, p. 7-8.

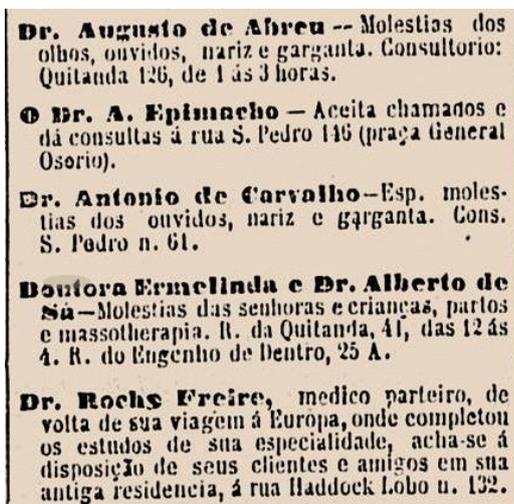
Ter as mulheres no mercado de trabalho, especificamente em postos de prestígio e boa remuneração, seria uma forma de solucionar esse transtorno.

Por fim, a publicação explicita que

Quantas vantagens não resultarão do casamento entre dous amantes, que se dediquem á mesma profissão.

Imaginae o marido e mulher exercendo a medicina; o marido tratando dos homens e a mulher das crianças e das moças: quanto não ganhariam em sciencia a experiencia, comunicando-se, intima e cordialmente, seus estudos suas observações?²⁶¹

Esse argumento sustentaria ainda mais a carreira médica de Ermelinda Lopes de Vasconcellos, que casou-se com o médico e professor Eduardo Sá. Assim, quando iniciou o exercício da profissão, Ermelinda utilizou-se dessa vantagem para conquistar espaço no âmbito médico. Ao anunciar nos jornais seu ofício (conforme vemos na **Figura 1**), a jovem médica apresentava-se junto com seu companheiro – o qual já possuía contatos e certo reconhecimento



Dr. Augusto de Abreu -- Molestias dos olhos, ouvidos, nariz e garganta. Consultorio: Quitanda 126, de 1 ás 3 horas.

• **Dr. A. Epimacho** — Aceita chamados e dá consultas á rua S. Pedro 146 (praça General Osorio).

Dr. Antonio de Carvalho—Esp. molestias dos ouvidos, nariz e garganta. Cons. S. Pedro n. 61.

Doutora Ermelinda e Dr. Alberto de Sá—Molestias das senhoras e crianças, partos e massotherapie. R. da Quitanda, 41, das 12 ás 4. R. do Engenho de Dentro, 25 A.

Dr. Rocha Freire, medico parteiro, de volta de sua viagem á Europa, onde completou os estudos de sua especialidade, acha-se á disposiçao de seus clientes e amigos em sua antiga residencia, á rua Haddock Lobo n. 132.

Figura 1 - Propaganda médica em Jornal. Fonte: O PAIZ, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1891

na área – com a finalidade de conquistar a confiança não só de suas futuras pacientes como

²⁶¹ Idem, p. 8.

também de seus colegas de profissão, pois associaria o nome da recém formada à um médico experiente.

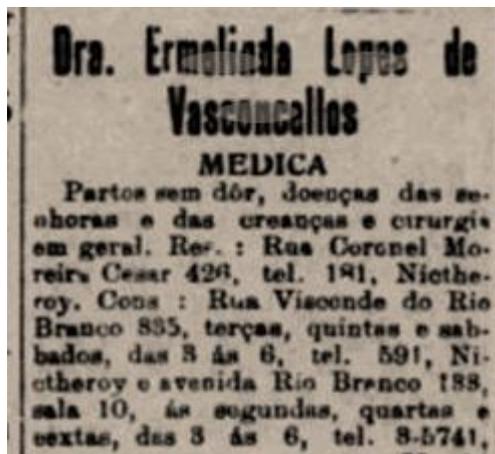


Figura 2 - Anúncio em jornal dos serviços de Ermelinda Lopes de Vasconcellos Fonte: O FLUMINENSE, Niterói, 23 de abril de 1932.

Além disso, como observamos no anúncio acima, outra estratégia de Ermelinda foi a de destinar sua carreira ao público feminino e infantil, não somente como uma pressão social, mas como um caminho para validar-se na profissão. As estratégias – de iniciar sua carreira vinculando seu nome ao de seu marido, já reconhecido na profissão, e de dedicar-se às mulheres e crianças – funcionaram, pois, quarenta e três anos após sua formatura, encontramos propagandas de Ermelinda oferecendo seus serviços. Neles, a médica destaca o tratamento de crianças, senhoras e oferece a proposta de “partos sem dor” (conforme a **Figura 2**). Além de tais especialidades, podemos perceber que a médica expandiu seu ofício para cirurgias em geral, evidenciando, assim, que conseguiu se tornar uma figura reconhecida na medicina. Entretanto, cuidar de crianças e senhoras foi o que lhe permitiu ingressar no ofício e estabelecer sua carreira.

Essas foram as brechas e estratégias das quais Ermelinda Lopes de Vasconcellos, e, possivelmente, as demais médicas pioneiras do século XIX, se utilizaram para exercerem a medicina e se legitimarem como profissionais. Assim como suas companheiras de profissão, Ermelinda ingressou no curso de medicina, exerceu a profissão e lutou por direitos das mulheres a partir das possibilidades e limites que faziam parte da sua época e contexto.

Contudo, nem todos concordavam com os argumentos mencionados nesse item para validar a mulher na medicina – argumentos esses que provinham tanto de figuras femininas como masculinas. Diante disso, essas doutoras sofreram certo preconceito – por parte de alguns – e tiveram que lidar com desafios. O próximo item se dedicará a investigar a trajetória de Ermelinda Lopes de Vasconcellos – primeira mulher a se formar em medicina no Rio de Janeiro

– a fim de apreender alguns desafios enfrentados pela jovem médica e a repercussão da sua formatura em medicina.

3. O exercício da medicina no final do século XIX: considerações sobre o caso de Ermelinda Lopes de Vasconcellos.

A Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, já mencionada nesse trabalho, determinava um currículo diferenciado para meninos e meninas.²⁶² Nesse contexto, a escola normal serviu como uma instituição marcadamente profissional e como uma das poucas oportunidades de a mulher continuar os estudos.²⁶³ Servia, portanto, tanto àquelas que queriam se profissionalizar como as que aspiravam ou eram exortadas ao casamento e à vida doméstica.²⁶⁴

Ermelinda, cujo pai era Joaquim Lopes de Vasconcellos e a mãe Firmina dos Santos, talvez tenha seguido a formação no magistério não por interesse em seguir carreira, mas como maneira – ou estratégia – de permanecer no sistema educacional e posteriormente alcançar o ingresso em uma universidade. Elisabeth Juliska Rago sustenta que “para algumas, a instituição do magistério serviu como trampolim para os cursos superiores”.²⁶⁵ De fato, algumas pioneiras da medicina ingressaram na área de educação das crianças e depois mudaram de profissão.

²⁶² A Reforma Educacional proposta por Leôncio de Carvalho dedicava-se tanto ao ensino superior como ao ensino primário. Assim, o Art. 4 específica quais deveriam ser as disciplinas ministradas nas escolas primárias do 1º e 2º grau do município da Corte. Para o 1º grau, as disciplinas seriam: Instrução moral; Instrução religiosa; Leitura; Escrita; Noções de Cousas; Noções essenciais de gramática; Princípios elementares de aritmética; Sistema legal de pesos e medidas; Noções de história e geografia do Brasil; Elementos de desenho linear; Rudimentos de música, com exercício de solfejo e canto; Ginástica; e Costura Simples (para as meninas). Para o 2º grau, encontramos ainda mais especificações entre disciplinas que deveriam ser cursadas por meninos e por meninas. As disciplinas em comum eram: Princípios de álgebra e geometria; Noções de física, química e história natural, com explicação de suas principais aplicações à indústria e aos usos da vida; noções dos deveres do homem e do cidadão, com explicação sucinta da organização política do Império; Noções de lavoura e horticultura; Noções de economia social (para os meninos); Noções de economia doméstica (para as meninas); Prática manual de ofícios (para os meninos) e Trabalho de agulhas (para as meninas). In.: BRASIL. DECRETO nº 7.247 DE 19 DE ABRIL DE 1879 - Carlos Leôncio de Carvalho, p. 276-277. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

²⁶³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes – Mito e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 286.

²⁶⁴ Alessandra Schueler e Irma Rizzini explicitam que “embora o magistério tenha emergido como uma função bem adequada às mulheres, sob os argumentos variados relacionados à suposta natureza feminina e à domesticidade”, essa concepção apresentavam “fragilidades e contradições nas concepções profissionais então abertas ao sexo feminino no período. As mais aceitas eram o magistério primário e a costura, ambas direcionadas a um contingente oriundo das camadas médias de estrato baixo e às classes populares. No entanto, em meio às disputas e tensões, outras opções surgiram”, como “a medicina, o direito, a engenharia, redutos tradicionais dos homens”, que começaram a ser “vislumbradas como possibilidades nas experiências históricas femininas”. (SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma. “Entre o mundo da casa e o espaço público: um plesbício sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 2, n. 4, jan./abr 2018, p. 136-137.)

²⁶⁵ RAGO, E. J. Op. Cit., 2007, p. 111.

Observamos isso no caso de Ermelinda, por exemplo, que após concluir o ensino básico, seguiu os estudos na Escola Normal de Niterói, em 1880.

No império e início do século XX, somente o Colégio Pedro II²⁶⁶ era uma instituição de ensino secundário. Os outros liceus provinciais não davam acesso direto aos cursos superiores. Esse sistema educacional sem dúvidas dificultava o acesso feminino ao ensino superior. Além de superarem a falta de estímulo, as jovens que desejassem ingressar no ensino superior precisavam lidar com os trâmites burocráticos.²⁶⁷

Encontramos, nos periódicos, listagens com os nomes daqueles que seriam chamados para os exames preparatórios no externato do imperial colégio de Pedro II e seus resultados. Em algumas listagens analisadas, vemos somente Ermelinda Lopes de Vasconcellos em meio a uma maioria masculina. Por exemplo, na chamada²⁶⁸ para o exame de geometria do Externato Imperial Collegio Pedro II, o nome de Ermelinda aparece no meio de 11 nomes masculinos.²⁶⁹ Os jornais expõem a data, dia, horário e a disciplina a respeito da qual seria realizada a avaliação. Observamos que Ermelinda prestou exame de português, latim, geometria, geografia, dentre outros, sendo aprovada plenamente em todos e, no exame de geografia, com distinção.²⁷⁰

Sem dúvidas, as mulheres precisaram enfrentar dificuldades para ingressar e permanecer no sistema educacional em virtude da opressão de gênero, mas, ao inserirmos a classe, raça e etnia, notamos que essas moças de elite possuíam condições que lhes permitiram ter acesso a algum tipo de instrução e até mesmo ao ensino superior.

Vimos, como bem explicitado pelo Dr. Costa, que no último quartel do século XIX, o trabalho fora de casa era defendido em caso de necessidade econômica para as mulheres das classes trabalhadoras, porém, se fosse para a mulher de classe média seguir uma profissão, ela deveria escolher uma que correspondesse as suas características, como o magistério e a enfermagem. Mesmo a medicina sendo uma profissão dedicada ao cuidado ela não era defendida como uma carreira feminina em virtude de ser uma profissão que conferia poder e

²⁶⁶ O Colégio Pedro II era uma instituição de ensino voltada para os meninos. Somente a partir de 1922, a instituição passa aceitar meninas. Porém, a educação era dividida entre meninos e meninas.

²⁶⁷ “Sendo o Colégio Pedro II exclusivamente masculino e não sendo os liceus provinciais e colégios particulares equiparados a ele, havia a necessidade, para todas as mulheres que desejassem ingressar em escolas superiores, assim como para os rapazes não diplomados pelo Colégio Imperial, de se prestar um exame a fim de ser obtido acesso aos cursos superiores. Este exame, inicialmente realizado apenas no Colégio Pedro II, constituía, pois, verdadeiro empecilho aos estudos superiores femininos.” SAFFIOTI, Heleieth. Op. Cit.: 2013, p. 283.

²⁶⁸ *Diário do Brazil*, Rio de Janeiro, 23 e 24 de fevereiro de 1883, p. 2.

²⁶⁹ Destaquei somente uma das listagens, pois elas apresentam-se de forma variada, mas em média, Ermelinda aparece no meio de dez a quinze rapazes.

²⁷⁰ As referências podem ser encontradas nos seguintes periódicos; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1882, p. 2; *Diário do Brazil*, Rio de Janeiro, 23 e 24 de fevereiro de 1883, p. 2; *Gazeta de Notícias*, 27 de setembro de 1883, p. 2.

status. Se fosse para a mulher ingressar na área da saúde a partir de um curso superior, era preferível que a mesma optasse pelo curso de farmácia ou odontologia, que eram profissões de menos prestígio.²⁷¹

Em contrapartida, destacamos anteriormente certa publicação do jornal *A Família* que torcia completamente o argumento sobre a segurança da família, pois colocava o trabalho das mulheres como fortalecedor do projeto familiar. Assim, defendia que “o monopólio das profissões pelo sexo masculino” constituía um grave obstáculo à família, visto que, o rapaz antes de casar ponderava bastante sobre a situação financeira, com isso desistia do casamento, afetando a moralidade.²⁷² Diante disso, a atuação das mulheres em empregos, não só no magistério e na enfermagem, mas, em “profissões importantes e lucrativas” – como a medicina e o direito, por exemplo – foi utilizado como argumento para beneficiar o projeto familiar.

O acesso das mulheres a área médica gerou polêmicas em diversas questões: em relação a moralidade feminina, a sua capacidade intelectual, se teriam as características necessárias para o cumprimento do exercício médico e quanto a concepção de que estavam disputando com os homens. São algumas dessas contestações que pretendo resgatar ao examinar a repercussão da formatura de Ermelinda nos periódicos – sobretudo no Rio de Janeiro.

3.1 A repercussão da formatura de Ermelinda L. de Vasconcelos nos periódicos cariocas

Minha proposição não é reconstituir a vida de Ermelinda, mas apreender os discursos sobre sua formatura e utilizar a personagem como meio de compreender o acesso de algumas mulheres à ciência médica. Para isso busco recuperar a repercussão da formatura em medicina de Ermelinda Lopes de Vasconcelos nos periódicos de maior circulação do Rio de Janeiro.

O recorte temporal dessa pesquisa compreende a década de 1880, sobretudo o final do ano de 1888 até o início de 1889, visto que Ermelinda colou grau em dezembro de 1888. Em minhas buscas, destaquei os seguintes periódicos: *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Novidades*, *A Mãe de Família*, *A Família: jornal literário dedicado à mãe de família*, *Brazil Médico* e *O Fluminense* (que circulava em Niterói, cidade em que Ermelinda morou durante sua juventude). Nessas publicações, encontrei artigos que tratavam sobre a formatura de Ermelinda e seu ingresso e de outras mulheres na área médica. Por isso, delimitei-os para análise na presente pesquisa.

²⁷¹ BESSE, Susan. Op. Cit.: 1999, p. 128-129.

²⁷² A MULHER NA MEDICINA. In.: *A Família*, São Paulo, 9 de março de 1889, p. 7-8.

Quando Ermelinda recebe o diploma em dezembro de 1888, encontram-se, nos jornais e em periódicos acadêmicos – como o *Brazil Médico* – manifestações contrárias ao seu ingresso na área médica. É o que podemos observar, por exemplo na carta de um leitor que se intitulou Brisson, destinada ao periódico *O Paiz* publicado no Maranhão. Embora o jornal tenha circulado em outro estado, destaquei essa carta por expressar a opinião de um “amigo da corte”, visto que, Brisson escreve do Rio de Janeiro. Sua carta é datada de 29 de dezembro de 1888 – data recente a formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos, porém aparece na edição maranhense somente em 21 de Janeiro de 1889.

O Paiz foi fundado em 1º de maio 1863 como um “jornal de notícias e variedades, dedicado aos interesses do comércio. Seu redator e proprietário foi Temístocles Aranha, que havia sido, até então, redator do *Publicador Maranhense*”.²⁷³ Inicialmente era publicado três vezes por semana, passando a ser de publicação diária após a Guerra do Paraguai. A partir de então se consolidou “como um dos mais interessantes jornais do Norte do Império. [...] Foi o mais completo órgão de informação e expoente de cultura que teve a Província do Maranhão”.²⁷⁴

O periódico, elaborado de forma criteriosa, contava com “artigos e editoriais, transcrições selecionadas e publicava correspondências que julgava mais interessantes, enchendo as duas primeiras páginas.”²⁷⁵ Dessa maneira, a carta de Brisson é encontrada na segunda página do jornal. Dentre inúmeras correspondências que o editorial recebia, essa foi considerada “interessante” para compor as páginas do jornal que a publicou.

O motivo da carta de Brisson é para expor sua opinião sobre “o embarque de forças [bélicas] para a província de Matto Grosso”²⁷⁶ a fim de conjecturar sobre o porquê dessas forças estarem sendo enviadas, visto que, o governo estava em absoluto silêncio sobre a questão.²⁷⁷ Ao encerrar a carta diz que não poderia deixar de expressar sobre “um acontecimento importante, – a formatura em medicina de uma senhora, D. Ermelinda Lopes de Vasconcellos, natural do Rio Grande do Sul.”²⁷⁸ Brisson conclui com as seguintes palavras:

Não regateie muito embora aplausos á joven doutora, á respeito do grande problema da educação da mulher guardo commigo umas opiniões que o seculo considera

²⁷³ ARAÚJO, Johny Santana. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. *Dimensões*, Espírito Santo, v. 33, 2014, p. 363. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/9110>. Acesso em: 1 abr. 2019.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*.

²⁷⁵ Idem, p. 264.

²⁷⁶ NOTICIÁRIO. In.: *O Paiz*, Maranhão, 21 de janeiro de 1889, p. 2.

²⁷⁷ Brisson suspeita que “a desinteligência entre as republicas da Bolívia e do Paraguay, que o governo deixa circular como o verdadeiro motivo desse movimento, pela necessidade de guarnecer a nossa fronteira, não passa de um pretexto para evitar reações”. In.: *O Paiz*, Maranhão, 21 de janeiro de 1889, p. 2.

²⁷⁸ Idem, *ibidem*.

extravagantes. Desejo a mulher instruída; porem quero vel-a mais esposa e mãe estremecida do que doutora e litterata.
Heresia?²⁷⁹

As palavras de Brisson representam uma ideia compartilhada por muitos, isto é, acreditavam que a mulher deveria receber alguma instrução, pois, com isso seriam melhores mães e esposas. Porém, ao tratar “do grande problema da educação”, o autor diz que guarda uma opinião que o século considera extravagante, associando-a até mesmo a uma heresia.²⁸⁰ Isso significa que uma grande parcela das pessoas para quem se dirigia apresentavam-se a favor da inserção feminina em áreas profissionais, como a medicina. A ideia da mulher como figura restrita ao lar e que não poderia assumir determinadas profissões vinha enfraquecendo e sendo interpretada como “extravagante”. Desse modo, não podemos compreender que todos e todas no final do século XIX defendiam a concepção que vinculava a mulher ao espaço privado.

Em 1887, quando estava em pauta a formatura da primeira mulher a se formar em medicina na Bahia, Rita Lobato, e a futura formatura de Ermelinda Lopes, encontramos uma carta no *O Paiz* do Rio de Janeiro, possivelmente redigida por uma mulher pois encontra-se na seção *Colaboração – Cartas Femininas*, as seguintes palavras:

Não satisfaço nem uma só das aspirações da mulher *emancipada*, da mulher *doutora*. Que a mulher pense, que a mulher leia, que a mulher se interesse, que seja curiosa de tudo, acho racional, acho legitimo, mas lá que ella aspire à tal transformação que fará do homem *costureiro* e da mulher *advogada*, isso confesso que chega a exasperarme.²⁸¹

Novamente, vemos a ideia da inversão dos papéis (femininos e masculinos), que também aparecem nos carros alegóricos de 1889. Além disso, essa carta nos permite perceber que o pensamento feminino varia de acordo com seus contextos e experiências, evidenciando a multiplicidade do conceito de mulher. A possível autora, não discorda da educação feminina, consente que a mulher deve ler, ser curiosa, instruída, mas não concorda com a ideia de a mulher conquistar o espaço público, não aceita a adoção das mulheres em profissões ditas masculinas e de homens que realizem tarefas consideradas femininas. Além desse tipo de pensamento, existiam mulheres que defendiam o papel de mãe e esposa ligado estritamente à família, desconsiderando a necessidade da educação feminina. Não há, portanto, uma rigidez que

²⁷⁹ Idem, *ibidem*.

²⁸⁰ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1878), a palavra “Heresia” (do Gre. *Hairesis*), significa: “erro do entendimento com pertinácia, em pontos de fé, ou dogmáticos. [...] Erro, desacerto.” E “Heréje, ou Heréje” seria a “pessoa que adopta, ou segue heresias; que de certa sciencia defende doutrina contrária aos dogmas, com adesão e pertinácia”. “Pertinácia” vem da palavra *Pertináz*: “(do Lat. *Pertinax*) Obstinado, costumaz voluntariamente, e de má fé; teimoso emperrado. § Muito tenaz, e firme nos propósitos, intentos.” In.: SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da Língua Portuguesa. 7. ed, tomo II. Lisboa: Typ. de Joaquim Germano de Sousa Nevez, 1878, p. 119, 448.

²⁸¹ CARTAS FEMININAS. In.: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1887, p. 2.

proponha ideias femininas *versus* ideias masculinas. As ideias estão em constante interação social, sendo modificadas e defendidas por diversos sujeitos em diferentes contextos.

Destaco ainda um artigo publicado na coluna *Revistinha*, do jornal *Gazeta de Notícias* no dia 25 de outubro de 1889. O jornal era publicado diariamente na cidade do Rio de Janeiro e foi fundado em 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Contava com notas informativas, caricaturas, entrevistas e opiniões enviada por leitores. O objetivo do periódico era promover a defesa pela abolição da escravatura e pela instauração da República. Apesar de trazer notícias e conteúdo cuja finalidade era distrair os leitores e as leitoras – como os folhetins, por exemplo – sua proposta principal era a promoção de discussões e opiniões políticas.²⁸² Todavia, é possível percebemos, a questão da mulher e de sua função social em algumas publicações do periódico.

O artigo é uma resposta à carta de uma senhora publicada dois dias antes (23 de outubro de 1889) no jornal *A Gazeta de Notícias*, indicando sua “queixa do facto que se deu no Recife, onde um juiz decidiu que uma bacharella em direito não póde advogar no jury”.²⁸³ O autor da publicação, assinado apenas por “L” aponta sua opinião sobre o fato, alegando que se a referida senhora se formou em Direito, deveria exercer sua profissão. Esse autor anônimo escreve constantemente, na primeira página do periódico na seção “*Revistinha*” sobre variados assuntos, em que expõe sua opinião.

Após defender o direito da senhora em atuar na profissão a qual recebeu o grau de bacharel, o autor expõe seu pensamento sobre as mulheres que estavam ingressando no Direito e na Medicina:

Mas a queixa é menos fundada quando se refere á falta de protecção e de estímulo. A meu ver, as senhoras doutoras em medicina e em leis hão de ser sempre a excepção; e é preciso que essa excepção se dê muitas vezes, que o publico se habitue a ella, para que deixe de parecer uma cousa extraordinaria.

Não há a menor duvida de que o destino natural da mulher é... ser mulher. Para isto é preciso viver principalmente em casa. A mulher doutora, que tem de sahir, que tem de attender a quem a procura, não póde prestar aos filhos e ao marido os cuidados de que aquelles precisam para viver e para se educarem, e este para ser feliz, e não ser sobrecarregado em suas preocupações de trabalho com os pequenos cuidados do ménage. A senhora doutora não póde amamentar seu filho, não póde acompanhá-lo dia e noite, quando doente, sob pena de exercer mal a sua profissão.

Parece-me tão fora dos eixos essa senhora que tem uma profissão, como a senhora elegante que vive em constante passeio e festa, e deixa dias e noites os filhos com os criados.

Formem-se quantas quizerem, algumas farão sucesso, farão fortuna; mas nunca as senhoras hão de conseguir que seja tão habitual uma doutora como um doutor, uma

²⁸² LEAL, Carlos Eduardo. *A Gazeta de Notícias*. In.: *Verbetes CPDOC-FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%20C3%8DCIAS.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

²⁸³ REVISTINHA. In.: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1889, p. 1.

advogada como um advogado; e não o hão de conseguir, não por causa das leis nem dos costumes, mas por causa da natureza.²⁸⁴

Nessa fala, a função do cuidado se apresenta como uma missão, como algo natural da mulher. A ideia de a mulher exercer uma profissão – como a medicina – e a maternidade simultaneamente era inconcebível. Na concepção desse autor, notoriamente irritado com os exemplos contrários à sua opinião, que se multiplicavam, a mulher deveria viver somente para seus filhos e marido. Assim, a mulher médica, por exemplo, deveria optar entre ser mãe ou trabalhar fora, pois, as duas coisas eram impossíveis de serem realizadas juntas. O autor se posiciona claramente em relação aos argumentos a favor da presença das mulheres nessas profissões, sobre a necessidade de modificar “leis e costumes”. Para ele, nada disso faria com que fossem boas profissionais, pois era a “natureza” que diferenciava homens e mulheres.

Como já vimos, os argumentos biologizantes eram utilizados para ressaltar as diferenças físicas cuja finalidade era estabelecer uma justificativa para a desigualdade social e política, semelhante ao que servia para legitimar o racismo.²⁸⁵ O argumento da natureza biológica será empregado, inclusive, entre a maioria dos médicos a fim de diminuir a capacidade de Ermelinda Lopes de Vasconcellos.

É o que vemos na edição 8 de janeiro de 1889 da revista semanal *O Brazil Médico*. O periódico foi criado em 7 de janeiro de 1887 pelo médico e professor Azevedo Sodré. Mantinha relações com a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, publicando “atas de reuniões e trabalhos dessa associação científica. [...] um dos principais objetivos do *Brazil-Médico* era registrar e tecer comentários das experiências e pesquisas dos médicos nacionais, além de divulgar as experimentações novas desenvolvidas no Rio de Janeiro.”²⁸⁶

O periódico não se esquivava de comentar sobre a formatura de Ermelinda Lopes de Vasconcellos. No sumário, encontramos a seguinte descrição para anunciar a temática: “A cerimônia da colação do grau de doutor em medicina. – Em que se vê uma *doutora* no meio dos novos adeptos da profissão”.²⁸⁷ A revista nos conta que no dia 26 de dezembro, 60 alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro receberam o grau de doutor. “A solemnidade não differio da dos annos anteriores, e, só o facto da presença de uma mulher, no meio d’aquelles

²⁸⁴ Idem, ibidem.

²⁸⁵ BOCK, Gisela. La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de um debate internacional. *Historia Social*, n. 9. In.: *El género em história*. Londres: Institute of Latin American Studies, 2001, p. 11.

²⁸⁶ MENDES, M. I. NÓBREGA, T. P. O *Brazil-Médico* e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan.-mar. 2008, p. 210. .

²⁸⁷ FOLHETIM. In.: *Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, ano III, jan., 1889, p. 10.

jovens missionários da ciência, a primeira graduada no Rio de Janeiro, deu uma nota original ao acto, atraindo para elle a curiosidade dos assistentes.”²⁸⁸

Prossegue o relato enfatizando as severas responsabilidades que a profissão médica requer. Ressalta que “a moça laureada, filha do Rio Grande do Sul, escondia a elegância do traje feminino revestida como se achava na becca”.²⁸⁹ É importante destacar essa parte, pois parte da premissa de que a mulher médica deveria abdicar de sua feminilidade. Isso já começara no momento em que Ermelinda vestiu a beca e escondeu os trajes elegantes característicos das figuras femininas. Esse também foi um dos argumentos para desestimular a mulher a dedicar-se à medicina.

Possivelmente, foi esse argumento que levou o letrado Silvio Romero a escrever um artigo direcionado a Ermelinda L. de Vasconcellos, intitulado “Machona”. Romero “que não representava, como se sabe, uma voz isolada em relação à profissão de médica”,²⁹⁰ escreveu:

“Fique certa a doutora que os seus pés de Machona não pisarão jamais o meu lar”. Segundo Alberto Silva, a jovem sofreu imensamente ao ler o artigo. No entanto, por ironia do destino, o historiador da literatura brasileira foi obrigado a recorrer a uma reputada médica vinte e cinco anos depois, pedindo-lhe que viesse a sua casa em auxílio de sua mulher já em trabalho de parto. A doutora Ermelinda, certamente, o atendeu. Completamente esquecido do que havia escrito, Silvio Romero pediu-lhe um desconto e permissão para pagar-lhe à prestação. A doutora não perdeu a chance de lhe responder: “o senhor me pagará caro e de uma vez!”, entregando-lhe um envelope com o referido artigo.²⁹¹

Ser ridicularizada e ter sua feminilidade questionada foi uma das dificuldades que Ermelinda e, certamente, as demais médicas pioneiras tiveram de enfrentar. Como vimos, na descrição da formatura de Ermelinda no *Brazil Médico*, bem como, no artigo de Silvio Romero, ao vestir uma beca ou seguir uma profissão dita masculina, a médica perderia sua feminilidade, sendo até mesmo chamada de “Machona”. Como o relato nos mostra, ao ler o artigo de Romero ela “sofreu imensamente” e, anos depois, teve a oportunidade de atender o próprio homem que a humilhou, quando sua esposa precisou de cuidados médicos. Certamente que em mais de vinte anos muitas coisas haviam mudado, e Ermelinda fora parte dessa mudança.

Voltando para a publicação sobre a formatura de Ermelinda no *Brazil-Médico*, segue informando que no momento de receber o anel e o diploma, “um sussurro brando de admiração percorreu o auditório”. Porém, no momento do discurso de despedida realizado pelo doutorando

²⁸⁸ Idem, *ibidem*.

²⁸⁹ Idem, *ibidem*.

²⁹⁰ RAGO, Elisabeth. Op. Cit.: 2007, p. 121.

²⁹¹ SILVA, Alberto. A primeira médica do Brasil. Rio de Janeiro: Irmãos Pongentti, 1954. In.: RAGO, Elisabeth. Op. Cit.: 2007, 121.

Dr. Pedreira, não houve menção à Ermelinda, sequer ao fato de ter uma mulher formando-se em médica.

O artigo do *Brazil-Médico* não tem assinatura específica, encontramos apenas as iniciais “J. M.”. Nele, o autor expõe sua opinião sobre o acesso feminino à medicina apontando que tem dúvidas a esse respeito:

sem querer revoltar-me contra as tendências liberrimas e emancipadoras do século [...] não sou dos que acreditam que se vençam prejuizos sociaes, ou se encaminha melhor a intelligencia feminina, guiando-a para o estudo de disciplinas até aqui exclusivamente circumscriptas às aptidões particulares do homem.²⁹²

Essa fala deixa evidente que as ideias de emancipação feminina, também compreendida como “tendências liberrimas” estavam em voga. Prossegue o artigo afirmando que considera anormal uma mulher exercendo a profissão médica. Posto que, sua delicadeza, doçura e fragilidade não suportariam os repugnantes estudos anatômicos, o espetáculo sanguinolento das operações cirúrgicas e não deveria passar pelos exames vexatórios de pudor que eram necessários aos pacientes.²⁹³

Na própria estrutura do texto o autor, colega de Ermelinda, pretende ressaltar a contradição, de quem reluta em aceitar um feito que vai contra a natureza das mulheres, por um lado e, por outro, elogia claramente a médica formada, justamente por ter conseguido sobrepujar a fraqueza do próprio sexo:

Dar assim um aspecto viril a quem nasceu para a mansa nobilissima missão de mãe de familia; sobrepujar as faculdades mentaes da mulher com os múltiplos conhecimentos de sciencias physicas e naturaes [...] afastar, enfim, de suas preocupações por assim dizer impostas pelos principios naturaes [...]: é, creio eu, pôr uma pedra no caminho da civilisação, anarchisar a harmonia de nossos destinos comuns, romper com o plano traçado sabiamente pela natureza e pela propria lei das organizações humanas. [...] como quer que seja, porém, não devo deixar de dar parabéns á minha nova collega pela maneira energica com que resistiu á mesma fraqueza de seu sexo, galgando um a um, com o elogio dos mestres, os degraus que a levaram ás eminencias gloriosas da vida acadêmica. São parabéns em duplicata que lhe dou, porquanto, segundo é voz publica, alem do titulo obtido de doutoramento em medicina, vai a digna senhora juntar, pelo casamento com um moço também formado em nossa escola medica, os deveres penosos da profissão ao deveres não menos penosos de esposa e de mãe de família.²⁹⁴

O autor enfatiza constantemente a concepção de que a mulher nasceu com missão de ser mãe de família e seguir uma profissão como a medicina significaria dar um aspecto viril, ligado ao masculino. Reitera a ideia de inferioridade intelectual da mulher, alegando que ao estudar a

²⁹² Idem, p. 11.

²⁹³ Idem, ibidem.

²⁹⁴ Idem, p. 11-12.

ciência médica sobrepujaria suas faculdades mentais. Porém, logo em seguida, parabeniza sua nova colega de profissão e aponta que ela “resistiu á mesma fraqueza de seu sexo, galgando” elogio de seus colegas e mestres. Finalmente, o recém-formado, ao mesmo tempo que considera a mulher incapaz intelectualmente, reconhece a trajetória acadêmica de Ermelinda, ajudando a construir a ideia de excepcionalidade de suas competências e trajetória.

Na concepção do autor, permitir que a mulher tivesse acesso às profissões ditas masculinas seria por uma “pedra na civilização”. No entanto, o argumento do progresso e civilização também foi utilizado por mulheres que buscavam maiores direitos e cidadania. Essas constantemente recorriam a exemplos de países considerados “civilizados” e que conferiam certos direitos às mulheres – como já discutido no presente trabalho.

Por fim, destaco a seguinte fala reportada no artigo: “anarchisar a harmonia de nossos destinos comuns, romper com o plano traçado sabiamente pela natureza e pela propria lei das organizações humanas.” Isso expressa o que de fato era temido pelos homens quando uma mulher, como Ermelinda, ingressava numa área considerada masculina: que as mulheres ocupassem e conquistassem o status e papel social tido como masculino.

O argumento sobre a incapacidade intelectual feminina ou sua “fraqueza física natural” expõe o receio de desorganização da hierarquia socialmente construída sobre os papéis de gênero, em que os homens aparecem como intelectualmente superiores e moralmente mais fortes que as mulheres para ocupar tais cargos e profissões. A subversão desses papéis, argumentamos aqui, significaria algo muito palpável, a saber, a ocupação, pelas mulheres, desses que eram os postos de trabalho que apareciam como alguns dos mais respeitáveis e bem remunerados no final do século XIX.²⁹⁵

O *Brazil-Médico* era uma publicação de cunho científico, um espaço para os médicos exporem seus trabalhos e opiniões. Outro periódico cuja direção era responsabilidade de um médico, como vimos, era a revista *A mãe de família*. Sua proposta diferia do *Brazil-Médico*, pois, como já ressaltado nesse trabalho, era uma publicação destinada às mulheres, onde o Dr. Carlos Costa tinha como intento ensinar a mulher a ser mãe e enfatizar esse papel como a principal tarefa feminina.

Quando Rita Lobato se forma em medicina na Bahia em 1887, o Dr. Carlos Costa não explicitou sua opinião sobre o fato. Talvez, tenha imaginado que ela seria um caso isolado e que outras mulheres não alcançariam esse feito. Porém, em 1888, quando Ermelinda L. de

²⁹⁵ Para mais informações sobre os salários e o custo de vida no Rio de Janeiro no século XIX e início do XX, ver: LOBO, E., *et al.* “Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo de alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, p. 235-267, out./dez. 1971.

Vasconcellos conclui o curso de medicina no Rio de Janeiro, o médico não deixa de tecer comentários. *A Mãe de Família* encerra suas publicações em agosto de 1888, no décimo ano da revista, e, infelizmente, o artigo sobre a formatura de Ermelinda está incompleto, pois a revista encerra suas publicações com esse número.

O artigo começa dando os “comprimentos a distinctíssima senhora, que soube vencer toda a sorte de dificuldades, e conseguiu, depois de brilhante passagem pela Escola Medica do Rio de Janeiro, conquistar um titulo”.²⁹⁶ No decorrer da publicação, o autor expõe uma dessas dificuldades, que seria o constrangimento do professor ao ministrar determinadas disciplinas sobre anatomia ou assuntos envolvendo questões íntimas.

Após as felicitações à Ermelinda, o médico prossegue:

[...] lhe pedimos, porém, permissão, para que, no desempenho de nossa missão, *de accôrdo com a nossa propaganda* [Grifo meu], apresentemos algumas considerações, a proposito de sua formatura, o que devo dizer, já deveríamos ter feito no anno passado quando se doutorou a Sra. D. Rita Lobato Velloso Lopes, na Faculdade da Bahia.²⁹⁷

As considerações que o médico expõe a partir de então, são, na verdade, a transcrição “de parte de um bem elaborado artigo do Sr. Ernesto Naville²⁹⁸, publicado na *Bibliothèque Universelle et Revue Suisse* n 106, (outubro de 1887).”²⁹⁹ O artigo tem como tema “a condição social da mulher” e pondera sobre a construção social da mulher como inferior ao homem, mas aponta a “lenta evolução” que vem levando a mudança dessa situação, sobretudo “nos paizes mais andiatados”, onde “há progressos a realizar em relação a condição civil das mulheres”³⁰⁰

O artigo discute três questões: a desigualdade salarial, a abertura de carreiras às mulheres e a preocupação “a admissão das mulheres nas praticas medicas”³⁰¹. Ainda que ele consinta com a ideia de abrir certos espaços às mulheres, o autor afirma que “ellas não anttigem o primeiro lugar nas letras e nas artes, salvas raras excepções, a causa d’este facto deve ser procurada provavelmente na sua natureza, e não nas leis e nos costumes que se poderiam modificar”.³⁰²

O autor afirma concordar que a vocação feminina é o cuidado, mas, enfatiza o “embaraço para o professor, que tenha receio de *ferir a delicadeza de sentimentos da estudante*”.³⁰³ Em seguida explicita sua tese: “Em todas as questões relativas á organização da

²⁹⁶ A EDUCAÇÃO DA MULHER. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1888, p. 187-188.

²⁹⁷ Idem, p. 188.

²⁹⁸ Filósofo e teólogo suíço (1816-1909).

²⁹⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰⁰ Idem, *ibidem*.

³⁰¹ Idem, p. 189.

³⁰² Idem, *ibidem*.

³⁰³ Idem, *ibidem*.

sociedade deve-se fazer abstracção da diversidade dos sexos, para não se considerar senão os indivíduos iguaes em direitos, sob todos os respeitos e chamados ás mesmas fucções.”³⁰⁴ Ele concorda que “um dos progressos da civilisação moderna foi realizar o pensamento de que os efeitos da lei devem ser os mesmo para todos”.³⁰⁵ Ao publicar esse artigo, o Dr. Costa demonstra concordar com suas ideias.

Ademais, demonstra um pensamento conservador quando se trata de as mulheres terem os mesmos direitos que os homens. Critica Stuart Mill³⁰⁶, afirmando que

para elle, o que nós chamamos a natureza das cousas e que referimos á constituição do universo, não é mais do que o resultado do habito. [...] Elle considera o que se chama hoje a natureza das mulheres, como um produto *eminenteamente artificial*. Elle não pensa que haja diferença alguma verdadeiramente primitiva no character e na aptidão dos dous sexos.

Por consequencia não admite que o facto de se ter nascido rapariga em lugar de rapaz deva decidir da posição de uma pessoa, toda sua vida, do mesmo modo que nada influe ter-se nascido branco ou preto, plebêo ou nobre. Elle aprecia que a diferença do sexo é uma causa tão insignificante, quanto aos direitos politicos, como a diferença de estatura ou da côr dos cabellos. Uma reforma da legislação que destrúa a subordinação social de um sexo ao outro, fará desaparecer o egoísmo do coração do homem. A ilusão é doce mas é consideravel.

Infelizmente, o artigo termina aí, de maneira incompleta. A continuação, que seria no próximo número, não chegou a ser publicada. O último número de 1888 publicou um anúncio que deixava a entender o encerramento da revista: “completamos com este número dez anos de existencia. [...] Não obstante, ainda ousamos esperar, e o ano de 1889, ou iluminará as nossas vitórias ou nos deteremos na nossa propaganda”.³⁰⁷ Não sabemos ao certo o que levou o Dr. Costa a encerrar a publicação³⁰⁸, mas surge-nos questionamentos: Teria ele cansado da missão de ensinar a mulher a ser mãe por achar que não estava sendo frutífera? Mesmo após dez anos de revistas, o que vemos foi mulheres buscando cada vez mais atuação no espaço público, teria o Dr. Costa acreditado que sua campanha estava sendo em vão e por isso desistiu?

Não temos a resposta concreta a esses questionamentos, porém, essa pesquisa mostrou mulheres que buscavam alcançar profissões tidas como masculinas, bem como, aquelas que trabalhavam em diversos ramos profissionais – sobretudo as mulheres pobres. Com isso, a despeito dos esforços do Dr. Costa em inculcar nas mulheres um discurso que as restringia ao

³⁰⁴ Idem, ibidem.

³⁰⁵ Idem, ibidem.

³⁰⁶ John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista inglês.

³⁰⁷ A Mãe de Família, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1888, p. 185.

³⁰⁸ Anos depois do encerramento da revista, o Dr. Carlos Costa dedicou-se a publicação do *Catálogo Sistemático da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (1892).

lar, vemos diversas mulheres atuando – ou buscando atuar – em outros âmbitos – além do privado.

Conseguimos perceber que o Dr. Carlos Costa inicia o artigo parabenizando Ermelinda, entretanto, transcreve parte de um artigo que expõe uma opinião conservadora sobre a igualdade dos sexos, pois aponta que as mulheres deveriam conquistar determinados espaços, mas respeitando a natureza de seu sexo.

Ao introduzir o artigo que seria transcrito, o Dr. Costa escreve que faria algumas considerações sobre a formatura de Ermelinda de acordo com a propaganda da revista.³⁰⁹ Diante disso, compreendo que, a despeito de parabenizar Ermelinda, o Dr. Costa jamais incentivaria outras mulheres a ocupar a mesma posição que a jovem médica. Isso porque, além do receio de que os homens viessem a perder sua posição na hierarquia social, o médico temeria que novas figuras femininas ocupassem a prática médica e, com isso, teria uma concorrência forte na medicina.

Não podemos deixar de atentar para o fato de o Dr. Costa, no artigo supracitado, ter citado e dialogado com as propostas do filósofo liberal, Stuart Mill. A concepção de Mill centrava-se no conceito de liberdade para os indivíduos – homens e mulheres, em que todos deveriam ter direitos iguais e agir sem coerções. Durante o contexto da Revolução Industrial (1790-1850), momento de lutas políticas e reformas, Mill vai propor a ideia de liberdade para todos.³¹⁰ A “grande novidade em Mill vai ser a inclusão da mulher como sujeito histórico-social”.³¹¹

³⁰⁹ Isto é, uma propaganda que difundia a ideia de que a única função feminina era a maternidade e o cuidado do lar. Uma proposta conservadora que expunha o receio do médico – representando outras vozes masculinas – de perder espaço para as mulheres.

³¹⁰ Pautado no liberalismo, isto é, na concepção de que todos os homens são iguais e livres, Stuart Mill defendeu a ideia de liberdade para todos. Porém, o liberalismo não fez questão de incluir as mulheres nesse ideal. Mill, porém, compreendia que todos os indivíduos, tantos homens como mulheres deveriam ter os mesmos direitos. “Em 1867, Mill publica a obra *The subjection women* (A sujeição das mulheres) e Taylor [sua colega e futura esposa] a obra *The enfranchisement of women* (O enfraquecimento das mulheres). Essas publicações causaram *frisson* na sociedade inglesa, pois traziam à baila uma série de questões relacionadas aos direitos das mulheres a propósito dos ideais democráticos inspirados pela Revolução Francesa. Estavam assentados os pressupostos liberais da emancipação feminina não apenas em defesa do voto das mulheres, mas em torno de grandes questões políticas. O voto era apenas o ponto de partida para as outras reformas sociais dirigidas aos interesses das mulheres.” (TORRES, Iranildes Caldas. “Poder e liberdade em Stuart Mill: a inclusão das mulheres nesse debate. *Pensamento e realidade*, São Paulo, Ano V, n. 10, p. 62-77, 2002.) Além do voto, Harriet Taylor e Stuart Mill vão defender o direito das mulheres de ocuparem cargos públicos e escolherem uma profissão. Contudo, Mill, ainda com resquícios da cultura patriarcal, defendeu que somente as mulheres solteiras poderiam obter uma carreira profissional. As mulheres casadas – e de famílias ricas, pois as pobres deveriam complementar a renda dos maridos – deveriam considerar o homem como provedor do lar. Enquanto Taylor, defende a atuação feminina em carreiras profissionais independente do estado civil e aponta para o receio dos homens de que as mulheres tomem suas posições na sociedade. (CALDAS, I. Op. cit., 2002, p. 72-73)

³¹¹ *Idem*, p. 72.

O fato do Dr. Costa citar o filósofo deixa evidente que as ideias circulavam. O médico estava atento as questões liberais e de inclusão das mulheres. Assim, quando Costa silencia a formatura de Rita Lobato, pode ser não só pelo fato de não acreditar que outra mulher conseguiria conquistar o diploma, mas também, com tentativa de minimizar a circulação desse feito a fim de não estimular outras mulheres a buscar a carreira médica.

Contudo, as ideias de liberdade, direitos iguais e emancipação feminina já circulavam. Assim como o Dr. Costa obteve conhecimento das ideias liberais inglesas e das proposições de Stuart Mill, demais indivíduos certamente também tiveram contato com tais proposições. Desse modo, apesar dos esforços do Dr. Costa em ocultar e não parabenizar a formatura de Rita Lobato, no ano seguinte (1888), Ermelinda conquista o grau de Doutora pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o médico não deixou de comentar sobre a formatura. É possível pensarmos que pouco adiantaria, nesse caso, a omissão de Carlos Costa sobre o assunto, pois como analisamos ao longo desse capítulo, o ingresso de Ermelinda – bem como o de Rita Lobato – circulou em diversos espaços (nos jornais, teatros, carnaval, nas opiniões dos letrados e de pessoas comuns etc.), difundindo ideias sobre a questão. Tudo isso circulava.

Ao examinar os periódicos, encontramos opiniões a favor e contra a formação de Ermelinda em medicina. O jornal *O Fluminense*, por exemplo, desde quando a jovem estava na faculdade, dedicava-se a destacar a trajetória de Ermelinda de forma positiva por apontar os exames realizados durante o curso e seus resultados – sendo aprovada plenamente em vários e com distinção em outros, como o de clínica médica e cirúrgica.³¹²

O Fluminense foi fundado em 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional, Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos, e circulou em Niterói e no Rio de Janeiro até a década de 1930. Porém, Travassos deixou o jornal alguns meses após a fundação, ficando Rodrigues de Miranda como o único diretor. A partir de então, o periódico tornou-se oficialmente “o órgão conservador da província do Rio de Janeiro”. Além de militar pelo conservadorismo e tecer críticas aos liberais, o jornal publicava notícias e informações sobre casas comerciais e sobre os acontecimentos da cidade de Niterói e do Rio de Janeiro.³¹³

Não era um periódico destinado às moças e senhoras – como o jornal *A Família*. Por isso, não tinha como principal intenção defender os direitos femininos. No entanto, ao ressaltar a trajetória de Ermelinda mostrava-se favorável ao seu ingresso na medicina, inclusive com

³¹² Podemos encontrar tais notícias nas seguintes edições: *O Fluminense*, Niterói, 18 de julho de 1886; *O Fluminense*, Niterói, 4 de dezembro de 1888 e *O Fluminense*, Niterói, 7 de dezembro de 1888;

³¹³ LEAL, Carlos Eduardo; COUTO, André. *O Fluminense*. In.: *Verbetes CPDOC-FGV*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/fluminense-o>. Acesso em: jan./2018.

certo orgulho. Apesar dos elogios e das referências positivas sobre Ermelinda, não encontramos discursos diretos que suscitem a emancipação da mulher. Assim, registra a notícia de “doutoramento” em ciências médicas da seguinte forma:

Defendeu ante-hontem these na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em presença de S.M. o Imperador, a Exma. Sra. D. Ermelinda Lopes de Vasconcellos, que foi approvada com distincção.
A sua these versou sobre Meningite.
Esta doutora brasileira, a primeira que se fórma pelo Rio de Janeiro, é natural de Porto Alegre e filha do nosso amigo, negociante na Côrte, Sr. Joaquim Lopes.
A illustrada doutora é professora habilitada pela nossa Escola Normal, onde deixou seu nome tambem aureolado.³¹⁴

Nota-se um discurso favorável à formatura de Ermelinda, destacando-a como uma figura de inteligência distinta, embora não se perceba uma defesa direta da emancipação feminina e o incentivo para que outras moças seguissem o mesmo caminho da médica. Além do mais, a palavra “aureolado”³¹⁵ talvez apareça significando que Ermelinda fez um bom nome, recebeu um prêmio/uma glória ou como tentativa de promover a associação da mulher com a figural angelical, numa busca de controle moral da mulher.

Já no jornal *A Família* podemos perceber não só um tom elogioso como encorajador para as demais mulheres. A notícia aparece na sétima página sob o título “*Bravo!*”. Após trazer as informações básicas sobre a formatura (local de formatura e que Ermelinda fora a primeira figura feminina a se formar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), lemos:

A evolução lenta, porem eficaz porque as idéas e os principios vão passando sucessivamente, garante-nos de um modo indubitavel, que a emancipação da mulher não se fará esperar por muito tempo no nosso paiz.
Parabens pois a Exma. Sra. D. Ermelinda, digna filha do honrado negociante da Côrte, o Sr. Joaquim Lopes de Vasconcellos.³¹⁶

Esse periódico, em que encontramos um discurso a favor da emancipação feminina, destinava-se às senhoras. Segundo o texto acima, ainda que a evolução se apresentasse de forma lenta estava acontecendo. Poucas eram as mulheres que conquistaram o diploma de médica, mesmo após a Reforma Leôncio de Carvalho que garantiu o acesso feminino ao ensino superior, porém, elas estavam ocupando esse espaço. Cada vez mais o discurso a favor da emancipação

³¹⁴ O FLUMINENSE, Niterói, 21 de dezembro de 1888, p. 2.

³¹⁵ Não encontramos a palavra “aureolado” no dicionário da época. Porém, temos a palavra auréola (do Lat. *Aurcolus*) que significa: Diadema, ou circulo de luz, que se põe na cabeça dos Sanctos, de vulto ou pintada. § Coroa da bem-aventurança, do martyrio. § Prémio, gloria accidental dos bem-aventurados. In.: SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da Lingua Portuguesa. 7. ed, tomo I. Lisboa: Typ. de Joaquim Germano de Sousa Nevez, 1877, p. 226.

³¹⁶ A FAMILIA, São Paulo, 29 de dezembro de 1888, p. 7.

feminina ganhava voz – tanto de homens quanto de mulheres. Ermelinda, junto com suas companheiras que estavam ingressando nas universidades em profissões ditas masculinas, apareciam como inspiração para as demais e como encorajamento àquelas que lutavam em prol de direitos e cidadania para as mulheres.

O informativo deixa evidente a defesa pelo direito feminino a uma educação que a capacite para a vida profissional e, conseqüentemente, para ocupar mais espaço público. Nesse sentido, tal anúncio difere do supracitado – *O Fluminense* – por manifestar posição positiva para com o direito feminino de exercer uma profissão – sem fazer distinção entre profissão compreendidas como masculinas ou femininas. Fica evidente que o jornal *A Família*, não só simpatiza como propaga a ideia de emancipação feminina proclamadas por algumas mulheres de elite do período.

Similarmente, encontramos em outros periódicos manifestações positivas – ainda que com certas recomendações – a respeito da formatura de Ermelinda Vasconcellos e do ingresso feminino à área médica. O argumento de que a mulher médica seria a mais indicada para o cuidado e para cuidar de outras mulheres é encontrado no *Gazeta da Tarde* quando publica uma nota sobre a formatura de Ermelinda.

O *Gazeta da Tarde* foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 10 de julho de 1880 pelo advogado e jornalista José Ferreira de Menezes. Era um jornal de cunho abolicionista cuja principal proposição era defender a cidadania dos livres e libertos, além de combater a escravidão.³¹⁷ Entretanto, dedicava-se também a outras temáticas e era um periódico de cunho informativo. Por isso, encontramos assuntos variados, dentre eles, a notícia de formatura em medicina de Ermelinda L. de Vasconcellos.

Após enfatizar a trajetória acadêmica da jovem médica, destacando que foi aprovada com distinção, anuncia o tema de sua tese: “*Formas clinicas das meningites nas crianças. Diagnostico diferencial*”. E afirma: “o assumpto escolhido foi o mais proprio possivel para uma senhora”.³¹⁸ Seria um assunto próprio para uma senhora por questões morais e biológicas, pois segundo o discurso naturalizante, ninguém melhor que a mulher para o cuidado infantil em virtude de suas características biológicas.

³¹⁷ PINTO, Ana Flávia Magalhães. A *Gazeta da Tarde* e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: Anpuh, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428106071_ARQUIVO_AnaFlaviaM.Pinto-ComunicacaoAnpuh2015.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

³¹⁸ A DOUTORA ERMELINDA DE VASCONCELLOS. In.: *Gazeta da tarde*, Rio de janeiro, 11 de fevereiro de 1889, p. 3.

Observamos homens defendendo o ingresso feminino na medicina e utilizando do argumento biológico para tanto. Nesse sentido, a biologia poderia ser empregada para justificar a mulher como destinada à maternidade e ao âmbito doméstico ou poderia também ser utilizada para validar as mulheres na medicina, como foi feito por Arthur Azevedo. Notamos que a despeito da defesa do direito feminino em exercer a medicina, as características biológicas são interpretadas como fator principal de distinção entre os sexos. No entanto, nesse caso, os aspectos naturais servem como agente legitimador para as mulheres atuarem como médicas – e não apenas como mãe e dona-de-casa.

Por fim, destaco a repercussão da formatura de Ermelinda descrita no jornal *Gazeta de Notícias* de 23 de dezembro de 1888. Como já mencionado, esse periódico tinha como proposta a promoção do abolicionismo e do republicanismo, bem como ser um veículo de informação e lazer, através da leitura. Sendo um meio de propagar notícias, não deixou de expor a formatura de Ermelinda. O acontecimento foi publicado na primeira página, segunda coluna, na seção *Chronica da Semaana* em que relata diversos eventos recentes.

Sobre a colação de Ermelinda, lemos no *Gazeta de Notícias*:

Tivemos durante a semana um facto inteiramente novo: recebeu o gráu de doutora em medicina, pela Faculdade do Rio de Janeiro, uma senhora distinctissima – tão distincta que obteve approvaçõem no gráu mais elevado em todos os seus exames annuaes, nas provas clinicas e na sua defesa de these.

Isto vem revolucionar um pouco os nossos costumes, e até certo ponto deve ter causado a noticia um tremor nervoso aos membros ainda os mais preclaros da nossa classe medica.

Em primeiro lugar, o investimento da nova profissional, do direito de exercer a medicina, e com as approvações distinctas que attestam e garantem a sua proficiencia e merecimento necessariamente abre a porta da Faculdade a muitas outras que, por escrúpulo, acanhamento, ou mal entendido pudor, julgavam-se incompatíveis com o estudo aprofundado de diversos capítulos importantíssimos da physiologia e da pathologia.

O que quer dizer a concurrencia perfeitamente justificada da nova doutora, que tem por si mais do que a presunção legal – a approvaçõem distincta em todas as provas a que se submeteu, e a concurrencia futura de todas as que seguirem o bello exemplo da primeira senhora que entre nós adquiriu o direito de passar um attestado ou firmar uma receita

Compreende-se que o sexo feio perderá no negocio, infallivelmente.

As senhoras na maioria dos casos hão de preferir que as examinem e tratem uma distincta representante do seu sexo; não é preciso pedir á rethorica um esforço para demonstrar que os do sexo forte quererão sempre que os socorra uma medica, e que muitos abençoarão o micróbio da febre amarela ou a roda dos bonds, que lhe dá a suprema dita de verem tomar-lhes o pulso ou applicarem-lher um aparelho, umas mãos delicadas, macias, que beijarão reconhecidos, muitissimo reconhecidos...

Parabens ao bello sexo e condolências ao Sr. Visconde de Souza Fontes; um bravo ás futuras doutoras e pezames ao Sr. Conde de Motta Maia.

Enfocés, estes dous proceres da nossa medicina.³¹⁹

³¹⁹ CHRONICA DA SEMANA. In.: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1888, p. 1.

Ermelinda aparece como exemplo para as demais mulheres – por afirmar que sua brilhante trajetória acadêmica abre as portas da Faculdade de Medicina para outras, visto que, provou a capacidade feminina para o estudo das ciências médicas. Aponta que tal fato “vem para revolucionar um pouco nossos costumes”³²⁰, pois coloca a mulher numa posição considerada masculina, invertendo os papéis socialmente construídos. Como ressaltado no carnaval do ano de 1889 pelos Democráticos, seria isso o mundo as avessas.

O que fica evidente na publicação não é o receio da mulher não conseguir concluir os estudos ou exercer corretamente a profissão, ao contrário, fica claro o medo da categoria médica, majoritariamente masculina, em perder espaço para as doutoras – que, tal como Ermelinda, formam-se em médica sendo aprovadas com distinção. A entrada das mulheres no âmbito médico aparece como uma ameaça, na qual o “sexo feio perderá no negocio, infallivelmente”, posto que, o público feminino certamente escolherá tratar-se com uma médica do que com um médico. O argumento empregado é o pudor feminino, todavia, certamente uma mulher compreenderia melhor a outra e, por essa razão, haveria preferência feminina pelas doutoras.

O artigo – o qual não possui assinatura – encerra parabenizando Ermelinda L. de Vasconcellos e dando certo encorajamento às futuras doutoras, mas, ironicamente dar condolências e pêsames aos médicos imperiais de D. Pedro II, o Sr. Visconde de Souza Fontes e o Sr. Conde de Motta Maia, deixando como um aviso de que esse próceres, isto é, homens importantes de sua categoria – que inclusive pertenciam a ANM – perderiam seus postos para as médicas, pois, não somente as mulheres iriam escolhê-las como os homens prefeririam ser cuidados por mãos delicadas e cuidadosas.

Essa publicação do *Gazeta de Notícias*, embora não diminua a capacidade intelectual feminina, não ataca diretamente as mulheres – por explicitar, por exemplo, que esse não era o lugar feminino ou que se mostrariam incapazes de cumprir o ofício – e até mesmo parabenize, de certa forma, Ermelinda, expõe o que mais assustava os médicos com a formatura de mulheres na medicina: perder seus pacientes/clientes. Vale lembrar que, nesse momento, a medicina científica disputava com outras formas de curar, e ter as mulheres na profissão representaria mais concorrentes – e, nesse caso, uma concorrência forte. O acesso feminino à ciência médica permite-nos compreender o porquê dos discursos biológicos que buscavam cercear o papel da mulher, ou seja, o que estava por trás, na verdade, era o temor masculino de perder seu *status*, o poder estabelecido na hierarquia socialmente construída.

³²⁰ Idem, ibidem.

Isso explica, em certa medida, a existência de discursos contrários à formatura de Ermelinda em medicina. Defendia-se o acesso feminino ao ensino superior como um desvio do padrão a fim de tentar controlar as mulheres, pois cada vez mais elas estavam conquistando o espaço público, direitos e cidadania. Assim, buscava-se propagar a concepção de a mulher que se dedicasse aos estudos e a carreira deveria ser exceção ou interpretada como aquela que não estava cumprindo sua função biológica e social, atrapalhando a organização familiar bem como os papéis da vida pública.

Aquelas que escolheram a medicina eram consideradas ainda mais desvirtuada, pois, era uma área tradicionalmente masculina. Optar por essa ciência era visto como afronto aos homens. Compreendia-se, que a mulher médica estava competindo diretamente com os homens e isso era inconcebível, visto que, para o higienismo e o positivismo, a natureza estipulava características femininas e masculinas e, portanto, homem e mulher eram considerados figuras que se complementavam e não concorrentes. De fato, elas estavam disputando espaço com os homens e era isso que no fundo eles temiam, como admite o artigo da *Gazeta de Notícias*.

3. 2 As *croniquetas* de Eloy, o Herói em defesa da inserção de Ermelinda na medicina

Sob o pseudônimo de Eloy, o Herói, encontramos no *Diário de Notícias* a opinião de Arthur Azevedo sobre a formatura de Ermelinda. O Diário de Notícias foi fundado em 1885 no Rio de Janeiro, resultado da fusão dos extintos periódicos Folha Nova e Brasil. Teve uma boa circulação na cidade do Rio de Janeiro numa época em que a imprensa carioca possuía diversos periódicos.³²¹

De início, o periódico retratava notícias gerais da Corte sobre economia, segurança pública e demais acontecimentos sociais e públicos; anúncios em geral; cartas de leitores e artigos de entretenimento. Contava com a coluna “Jury” em que se dedicava a tratar de questões jurídicas. Não era um jornal destinado as senhoras, mas continha, em alguns momentos, assuntos que as interessavam e discutia sobre o papel feminino.

Nesse jornal, Arthur Azevedo “tinha uma coluna de crônica fixa intitulada ‘De Palanque’”.³²² Essa série começou a ser publicada em 7 de junho de 1885 e aparecia na segunda coluna da primeira página do editorial com o título destacado em negrito.³²³ A postura de Arthur

³²¹ SILVA, Arielle Farnezi. *Papéis para mulheres: Educação e abolição nas “Croniquetas” de Arthur Azevedo (1885-1889)*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, p. 94.

³²² Idem, *ibidem*.

³²³ Idem, p. 96.

Azevedo em relação a emancipação feminina era positiva e de apoiador da causa. Tanto que “em algumas de suas crônicas, Eloy, o Herói, mostra que as mulheres estão ampliando seu espaço no mercado de trabalho e incentiva o fato, além de demonstrar grande preocupação com o futuro a elas reservado”.³²⁴ Assim, Azevedo não deixava de trazer a questão feminina como pauta em seus escritos, “mesmo que o narrador fizesse provocações e demonstrasse pontos de ambiguidade durante sua fala, existiam momentos em que ele se posicionava em completa defesa da liberdade”³²⁵ das mulheres.

Arthur Azevedo não deixou de expor sua opinião sobre a formatura de Ermelinda. Eloy, o herói escreve:

Pois bem: as senhoras fluminenses têm agora ensejo de fazer a manifestação mais tópica e brilhante que ainda houve.

Refiro-me á Exma. Sra. D. Ermelinda de Vasconcellos, que acaba de se formar em medicina, sendo aprovada com distinção na defesa da these, depois de obter o mesmo gráo de aprovação em todos os annos e nas clinicas.

[...]

A doutora Ermelinda alcançou uma victoria, que se reflecte sobre todo o sexo a que chama fraco e é incontestavelmente o mais forte.

O exemplo está dado: essa jovem corajosa affrontando o ridículo que nesta terra é costume lançar-se sobre as cousas mais honestas e mais inteligentes, abriu ás mulheres as portas da Escola de Medicina; fez-se o chefe de uma legião feminina, que atravessará essas ruas levando consigo a saude, a esperanza, a consolação, a caridade, o amor.³²⁶

Fica manifesto, portanto, a defesa de Arthur Azevedo pela educação feminina e acesso à profissões como a Medicina. Podemos extrair algumas ponderações do escrito supracitado. Uma delas diz respeito a ênfase do autor no fato de Ermelinda ter sido aprovada com distinção – tanto na sua tese como nas disciplinas ao longo do curso. Diante disso, é possível desmistificar, por meio das fontes, a concepção eugenista cuja conceituação inferioriza a intelectualidade feminina em relação ao homem.

Embora tentassem promover a ideia de que mulheres eram inferiores intelectualmente em relação aos homens, Ermelinda e as demais que ingressaram no ensino superior demonstraram ser falsa essa concepção. Inculcar essa discriminação biológica para determinar a intelectualidade era também uma forma de tentar impedir outras mulheres de seguirem os passos de Ermelinda, por exemplo. Era uma forma de mostrar que ela conseguiu se formar porque estava acima da média, porém, cada vez mais outras mulheres estavam acessando o ensino superior e mostrando que todas possuíam capacidade intelectual para isso.

³²⁴ Idem, p. 109.

³²⁵ Idem, p. 110.

³²⁶ DE PALANQUE. In.: Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1888, p. 1.

Arthur Azevedo coloca Ermelinda como aquela que abriu as portas para a universidade, conferindo esse tom de excepcionalidade a mesma. Entretanto, foram as demandas femininas de sua época que permitiram o acesso ao ensino superior. Ermelinda de fato serviu de encorajamento para outras, porém, ela não estava sozinha. Se a mesma ingressou em um curso de ensino superior dito masculino foi porque foram-lhe concebidas oportunidades e outras mulheres participavam do movimento – como vimos no segundo capítulo dessa pesquisa – de requerer direitos femininos, melhorias na educação feminina e emancipação.

Eloy, o herói continua seu artigo expondo as características naturais femininas que as tornariam melhores profissionais do que os homens, pois seriam mais sensíveis e carinhosas. Porém, ressalta que “não é para nós, bipedes barbados, que as senhoras se formam em medicina [...]. Ellas destinam-se ás senhoras” e isso seria mais conveniente pois evitaria “lutas constantes de pudor contra a necessidade imperiosa de um tratamento”.³²⁷

Além da “*croniqueta*” publicada no *Diário de Notícias*, Arthur Azevedo com o pseudônimo de Eloy, o herói publicava crônicas desde 1885 na revista *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família* na seção “*Croniquetas*”.³²⁸ A revista editada na Alemanha, começou a ser publicada quinzenalmente no Rio de Janeiro em 1879. Era destinada às mulheres de elite, pois seu valor era de alto custo,³²⁹ com a finalidade de tratar de questões de moda. Porém, além da seção de moda traduzida, contava com “uma seção literária genuinamente nacional”.³³⁰

Posteriormente, em 1885, Arthur Azevedo passou a contribuir com suas crônicas na seção literária nacional da revista. Sua proposta era dialogar sobretudo com as mulheres sobre diversos assuntos (como, política, economia e fatos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro) e defender os direitos femininos.

Sendo assim, a formatura de Ermelinda fora um dos assuntos de suas crônicas publicadas na revista. Tal como na seção *De Palanque* do *Diário de Notícias*, a *croniqueta* da *Estação* sobre Ermelinda inicia aludindo o doutoramento da mesma e dando ênfase a sua aprovação com distinção na defesa da tese e em todos os anos e clínicas.³³¹ Prossegue dando os parabéns e considerando o fato “um passo dado para a emancipação do sexo que dizem fraco e é inquestionavelmente o mais forte”.³³² Afirma que com tantas senhoras inteligentes na

³²⁷ Idem, *ibidem*.

³²⁸ Na revista *Estação*, a seção *Croniquetas* fora publicada por Arthur Azevedo do ano 1885 a 1903. Estima-se que Azevedo escreveu cerca de 350 *croniquetas* nesse periódico.

³²⁹ Para mais informações sobre o valor da revista, ver: SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). Arthur Azevedo: *croniquetas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017, p. 25.

³³⁰ SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). Arthur Azevedo: *croniquetas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017, p. 24.

³³¹ A *ESTAÇÃO*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1889. In.: SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). Arthur Azevedo: *croniquetas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017, p. 241

³³² Idem, p. 242.

sociedade, não é necessário que as doentes sejam obrigadas a “confiar a marmanjos os mistérios mais indizíveis do seu corpo”.³³³

Arthur Azevedo conclui sua crônica com as seguintes palavras:

A exma. sra. d. Ermelinda deve a principio sofrer os efeitos do nosso espírito rotineiro, e dessa estúpida crença de que as mulheres se inventaram exclusivamente para os trabalhos domésticos; mas dia virá em que a nossa ilustre patricia sera gloriosamente reconhecida o chefe de uma legião sagrada.

No Rio de Janeiro, onde se fazem manifestações a propósito de tudo, as senhoras brasileiras deviam manifestar à nova doutora a sua adesão e o seu reconhecimento.³³⁴

De fato, a formatura de Ermelinda repercutiu de tal forma que Arthur Azevedo, que já escrevia e informava as mulheres, não pode deixar de expressar sua opinião sobre o fato. Da mesma forma, encontramos diversas expressões em demais periódicos – como vemos analisando nesse trabalho.

Além da repercussão nos periódicos, fora escrita uma peça de teatro satirizando as doutoras da época. A comédia de França Junior, intitulada *As Doutoradas*, contava a história de uma mulher que decidiu ser médica. Após a formatura, casou-se com um médico, teve filhos e, por fim, optou por desistir da carreira em virtude de se dedicar a maternidade, explicitando que essa era a missão da mulher. A comédia fez sucesso – tendo opiniões contra e a favor, porém, teve muitos expectadores. Embora não encontre registros de que a peça conta a história de Ermelinda, é possível fazer associação com a história da mesma – visto ter sido apresentada cerca de dois anos após a formatura de Ermelinda e ter a médica se casado com um médico, que fora seu professor.

Arthur Azevedo não deixou de se pronunciar sobre a peça escrita por seu colega França Junior. Publicou seu protesto na *Estação* por meio da crônica de 15 de julho de 1889:

EU FALTARIA AO MAIS SAGRADO DE TODOS OS DEVERES neste momento solen... perdão, não é isso!... nesse periódico de senhoras se não erguesse a minha débil e não autorizada voz (não apoiado!) para protestar contra a tese desenvolvida pelo meu amigo França Junior na sua espirituosa comédia *as doutoras*.³³⁵

Prossegue lembrando o apelo feito às leitoras para manifestar seu apreço pela “vitória brilhante que a doutora Ermelinda alcançara contra o preconceito do sexo, ainda mais terrível que o de raça; de reconhecimento porque essa vitória era um grande passo no caminho da emancipação da mulher brasileira.”³³⁶ Porém,

³³³ Idem, *ibidem*.

³³⁴ Idem, *ibidem*.

³³⁵ A ESTAÇÃO, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1889. In.: SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). Arthur Azevedo: crônicas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017, p 274.

³³⁶ Idem, *ibidem*.

as leitoras da *Estação*, e as do *Diário de Notícias*, para as quais apelei nos mesmos termos, nenhum caso fizeram das minhas palavras, menos, quero crer, pelo justo da proposta que pelo insignificante do proponente. Entretanto, coerente com minhas ideias, protesto contra *As doutoras*. Não há, não pode haver incompatibilidade entre ser médico e ter família. Por que lógica um doutor pode ser pai e uma doutora não pode ser mãe?

A medicina (cuidado, que lá vai chapa!) não é só uma ciência, é também um sacerdócio de carinho e de amor, e como tal mais apropriado à mulher que ao homem. O caminho, a meiguice, os desvelos não curam, mas contribuem poderosamente para a cura. Há certos casos em que a ciência dos cuidados é mais eficaz que os cuidados da ciência. E que homem à cabeceira do doente poderá ser mais cuidadoso do que a mulher?

Nada, meu França Junior, doutorem-se as senhoras, uma vez que os anjos não podem doutorar-se.

Mais de uma senhora tem morrido vítima do pudor, e essa razão não basta para que aceitemos as doutoras? Há filosofia que não esbarre diante desse argumento?

[...] forme-se, case-se, continue a estudar porque em geral os doutores que não estudam para nada prestam, tenha muitos filhos, dê-lhes de mamar, eduque-os, e ao mesmo tempo visite os seus doentes, e enriqueça os boticários e a si própria, que para tudo há tempo e mais que tempo. Toda questão é de método.³³⁷

Arthur Azevedo inicia sua crítica direcionando-se às mulheres que fizeram pouco caso da formatura de Ermelinda. Isso deixa evidente que nem todas defendiam a emancipação feminina, assim com, nem todos os homens eram contra. Não podemos cristalizar as concepções e determinar ideias femininas (sendo defendidas por todas as mulheres) *vessus* ideias masculinas (sendo defendidas por todos os homens). Vemos homens defendendo a inserção de Ermelinda na medicina – e incentivando outras a ingressarem – e mulheres mostrando-se contrárias.

Todavia, o foco de Arthur Azevedo era a peça escrita por França Junior. O cronista considera absurda a ideia defendida em *As Doutoras*: de que a natureza feminina restringia as mulheres à maternidade. Azevedo defende a inserção feminina no campo profissional e, nesse caso, especificamente na medicina. Ele propõe que as mulheres conquistem o diploma, atendam os pacientes, e que tenham filhos, alimente-os, eduque-os, enfatizando, que a maternidade era um dos aspectos da vida feminina, mas não o único. As mulheres teriam capacidade de exercer as duas funções. Ademais, ele questiona que se o homem pode ser pai e médico, por que a mulher não pode ser mãe e médica? Propondo, portanto, a igualdade de direitos.

Outro argumento de Arthur Azevedo para derrubar a proposição de França Junior diz respeito a característica do exercício da medicina, um ofício de cuidado. Para tanto, ninguém melhor do que a mulher que já possuía a meiguice e o dom de cuidar. Assim, notamos o uso do discurso biológico a favor da mulher, defendendo até mesmo a mulher como melhor

³³⁷ A ESTAÇÃO, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1889. In.: SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). Arthur Azevedo: crônicas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017, p. 274-276.

profissional da medicina do que os homens – esse era justamente o medo dos doutores. Utiliza também a questão da moral para comprovar a necessidade das médicas e evitar mortes e doenças que poderiam ser evitadas por aquelas que teriam vergonha de se consultar com homens.

O teatrólogo e escritor, Arthur Azevedo, possuía uma estreita relação com o público feminino, posto que, suas crônicas – sobretudo as publicadas na *Estação* – dialogava com as mulheres. Além da defesa dos direitos femininos, Azevedo dedicou-se também a temas como a abolição da escravatura. Isso deixa claro que o letrado estava a par das questões sociais de sua época e buscou estimular a crítica e a reflexão por meio de suas crônicas.³³⁸ Diante disso, a repercussão da formatura de Ermelinda foi uma das temáticas abordadas pelo autor, em que mostrou-se a favor e estimulou as leitoras e os leitores a refletir sobre a inserção feminina em áreas ditas masculinas e na conquista dos direitos femininos – como o direito ao voto e a vida profissional.

Fica evidente, portanto, que Ermelinda e as demais pioneiras da medicina do século XIX enfrentaram dificuldades e comentários negativos a respeito de sua posição. Compreendo os discursos contrários à formatura de Ermelinda (e conseqüentemente, das demais que ingressavam em carreiras majoritariamente masculina) como medo dos homens em perder o poder e a hierarquia socialmente construída.

No entanto, busquei demonstrar que a despeito da existência de opiniões contrárias, encontramos apoiadores – tanto mulheres como homens – à decisão de Ermelinda e encorajando demais figuras femininas à educação e conquista de maior espaço público. Sustento que as ideias não se apresentam de forma rígida e variam de acordo com os contextos sociais e as experiências – tanto femininas como masculinas. Assim, é preciso questionar a visão que determina que as mulheres pensavam de certa maneira e os homens pensavam de outra forma diferente, pois, conforme vimos, alguns homens defendiam a emancipação feminina, enquanto, em outros, algumas mulheres discordavam.

Através da análise dos periódicos, vimos a defesa – por parte de alguns – do acesso feminino à uma educação que garantisse as bases para ingressar no ensino superior e a conquista de espaços tradicionalmente masculinos – sobretudo em profissões como a medicina e o direito. Ainda que essa defesa estivesse relacionada, em sua maioria, aos argumentos biológicos, eles foram utilizados para legitimar a capacidade intelectual feminina de exercer profissões como a medicina. A questão da defesa da moralidade feminina também se fazia presente nas

³³⁸ SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). Arthur Azevedo: crônicas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017, p. 42.

justificativas que concordavam com a inserção de mulheres na medicina. Outra estratégia empregada pelas pioneiras da medicina para serem reconhecidas na profissão foi especializarem no tratamento médico feminino e infantil.

Ermelinda L. de Vasconcellos e as demais médicas pioneiras vivenciaram experiências e contextos similares que permitiu a criação de redes de apoio entre elas. As demandas femininas da época e o apoio vindo de diversos setores – masculinos ou femininos – permitiram que tais mulheres conseguissem lidar com o preconceito e as dificuldades encontradas para seguir em busca de maiores conquistas no espaço públicos e ampliar a luta por direitos. Essas personagens femininas não foram mulheres excepcionais e nem estavam a frente de seu tempo, elas estavam em seu tempo e tais discussões e demandas faziam parte da sua época e contexto. Portanto, a inserção feminina à profissão médica foi um movimento importante para o fortalecimento da luta feminina por direitos e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, procurei investigar os meios utilizados por Ermelinda Lopes de Vasconcellos para ingressar num campo tradicionalmente masculino – a medicina – e analisar as repercussões dessa inserção feminina na universidade através dos periódicos que circulavam no Rio de Janeiro correspondentes aos anos 1880 a 1900. Para tanto, julguei necessário compreender como era o campo da medicina brasileira na segunda metade do século XIX e evidenciar as mulheres que, assim como Ermelinda, tiveram acesso ao ensino superior.

Vimos que no Brasil oitocentista, a medicina convivia com diversas práticas de cura bem aceitas pela população. Tanto os mais ricos como os mais pobres recorriam aos terapeutas não oficiais, isto é, que não possuíam licença do governo para exercer seu ofício. Ainda assim, eles praticavam suas atividades e eram procurados pela população. Esses curandeiros, boticários, sangradores/barbeiros, parteiras e pajés disputavam espaço com os médicos. Assim, apresentavam-se como concorrentes dos terapeutas oficiais.

Além da concorrência com os terapeutas não-oficializados, vimos que os próprios médicos disputavam espaço e clientela entre si. Aliado a isso, compreendemos que no século XIX, a medicina passava por um processo de construção enquanto saber institucionalizado. Dessa maneira, os médicos buscavam conquistar o apreço da população e fortalecer sua posição como profissionais da saúde oficializados pelo estado e pela comunidade científica.

A medicina começa a se legitimar como ciência a partir da constituição das Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia e com as associações médicas, as quais se dedicavam-se à construção do perfil médico, à promoção da pesquisa científica e o reconhecimento do médico como principal responsável pela saúde. Percebemos, no final da década de 1880, que a figura do médico começa a se fortalecer – ainda que continuasse enfrentando a concorrência com determinados terapeutas não-oficiais e a aceitação popular desses.

Foi no meio desse embate, isto é, dessa disputa pela prática de cura, que Rita Lobato, Ermelinda Lopes de Vasconcellos e as demais pioneiras da medicina vão se inserir na profissão. Essas mulheres disputaram por espaço no mercado de trabalho com os homens formados em medicina – e que buscavam a criação de uma elite médica – e com os demais terapeutas não-oficiais.

Um dos motivos para a difícil aceitação feminina na medicina foi o receio dos médicos em perder espaço para mais um concorrente no campo da saúde. Os discursos pautados na natureza vão ser utilizados para diminuir a capacidade intelectual feminina, numa tentativa de reduzi-las ao espaço privado e manter a hierarquia na área do saber médico. Isso excluía as

mulheres de uma boa fatia do mercado de trabalho de profissões liberais que se formava, garantindo uma reserva dessa fatia para os homens.

Para compreender a trajetória de Ermelinda Lopes de Vasconcellos, julguei necessário recuperar as figuras femininas que ingressaram no ensino superior no final do século XIX e início do século XX, em áreas como o Direito e a Medicina. Com isso, vimos que Ermelinda não era uma mulher excepcional e nem estava a frente do seu tempo, pois assim como ela, outras mulheres estavam adentrando em áreas compreendidas como masculinas.

A análise das trajetórias das primeiras bacharelas em direito e medicina, permitiu-nos pensar no questionamento levantado por Carla Pinsky: “como, em situações concretas e específicas, as diferenças sexuais são invocadas e perpassam a construção das relações sociais?”³³⁹ Notamos que o argumento biológico foi por vezes enfatizado a fim de determinar qual deveria ser a posição social destinada às mulheres. Diante disso, o gênero nos ajuda a compreender que o argumento das diferenças sexuais é construído socialmente e destacado em determinados contextos com o objetivo de promover hierarquias de poder.

Ao recuperar as pioneiras do Direito, notamos que o discurso científico – pautado em argumentos biológicos – procurava reforçar as distinções sexuais e colocá-las como razão para determinar as funções sociais dos homens e das mulheres – em que essas estariam destinadas ao espaço privado e aqueles ao espaço público. Assim, as primeiras bacharelas enfrentaram dificuldades para exercer seu ofício e mesmo aquelas que conseguiram trabalhar na sua área, não conseguiram exercer a profissão plenamente.

Isso deixa evidente o preconceito que tais mulheres tiveram que enfrentar. A capacidade intelectual feminina era constantemente inferiorizada em relação à masculina, numa tentativa de impor a concepção do homem como superior às mulheres. No entanto, é mister ressaltar que as mulheres – fossem negras, brancas, de elite, pobres, etc –, expressaram agenciamento dentro de seus contextos e de diferentes maneiras

Da mesma forma, as pioneiras da medicina enfrentaram enormes dificuldades e barreiras. Essas mulheres, porém, buscaram alcançar maiores direitos e acesso a determinadas áreas públicas. Empenharam-se em galgar posições de prestígio num espaço em formação, hierarquizado e masculino das profissões de classe média. Fizeram isso sem descuidar da função de cuidadora do lar e mãe. Mostrando que a mulher era capaz de executar tanto as tarefas profissionais como pessoais. E era nesse espaço e contexto que Ermelinda Lopes de Vasconcellos estava inserida.

³³⁹ PINSKY, Carla Bassanezi. (2009). Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 164.

Através da análise da revista *A Mãe de Família*, vimos que o médico e editor chefe do periódico, Carlos Costa, tinha como proposição incutir nas mulheres a maternidade como função social numa tentativa de não as estimular a ingressar em carreiras profissionais no âmbito público. Considero a *Mãe de Família* não somente como um espaço para o Dr. Costa cumprir “sua missão” de auxiliar as mulheres na maternidade, mas como uma forma de conquistar pacientes por divulgar seu conhecimento e seu serviço. Era, portanto, um meio do médico se legitimar e atrair uma parcela de pacientes/cliente para si, atingindo um público específico: as mães. Além disso, era uma tentativa de cercear o comportamento feminino.

No entanto, a despeito do preconceito e da falta de motivação – sobretudo por parte dos homens e médicos que temiam perder sua posição social e clientela, diversas mulheres tornaram-se médicas no final do oitocentos. Assim, a formatura de Ermelinda teve grande repercussão. A temática das mulheres na medicina chegou até mesmo a ser exposta no carnaval de 1889, difundindo ainda mais o assunto e gerando opiniões sobre a questão – tanto positivas como negativas.

Por receio de perder o *status*, o discurso patriarcal defendia que o acesso feminino ao ensino superior era um desvio do padrão. Isso era uma tentativa de controlar as mulheres, posto que, cada vez mais elas estavam conquistando o espaço público, direitos e cidadania. Aquelas que, tal como Ermelinda, optaram pela medicina eram consideradas ainda mais desvirtuadas. Pois, essa área era majoritariamente masculina e compreendia-se o ingresso feminino como afronta aos homens. Propunha-se que, em caso de a mulher necessitar trabalhar e se dedicar ao campo da saúde, ela deveria escolher uma profissão como a enfermagem, a parturiação ou, em cursos superiores, ser dentista ou qualquer outra área considerada inferior/subordinada à medicina.

Ermelinda e as demais médicas pioneiras estavam disputando espaço e eram concorrentes diretas dos médicos. E era isso que os homens temiam. Dessa forma, compreendo os discursos contrários à formatura de Ermelinda como demonstração do temor masculino em perder o poder e a hierarquia socialmente construída.

Todavia, a despeito da existência de opiniões contrárias, encontramos também opiniões positivas, que davam apoio à decisão de Ermelinda e encorajava a ela e as demais a permanecer na carreira. Observamos, através da análise dos periódicos, em alguns momentos, homens defendendo Ermelinda e suas colegas de profissão, enquanto em determinados escritos vemos mulheres as criticando, da mesma forma, que encontramos outras defendendo-as. Isso deixa claro que as ideias não se apresentam de forma rígidas e variam de acordo com os contextos sociais e as experiências – tanto femininas como masculinas.

Por fim, apreendemos algumas estratégias utilizadas por Ermelinda para se legitimar como médica. Ela e as demais pioneiras da medicina fizeram uso do próprio argumento biológico, porém ao seu favor. Embora não tenhamos encontrados as falas – escritos – diretos de Ermelinda, concluímos que, certamente, ela se valeu dessas proposições. Assim sendo, o discurso que considerava a mulher como a principal cuidadora do lar, pois estaria naturalmente ligada a qualidades que as tornavam mais competentes na função, foi empregado para defender que quando o marido tinha o privilégio de ter uma esposa médica, teria uma melhor mãe e companheira, pois ela saberia como proceder em questões de higiene e saúde.

Similarmente, as médicas pioneiras dedicaram-se ao cuidado infantil e feminino, pautadas no argumento “naturalizante” que considerava a mulher como a figura ideal para cuidar das crianças. Do mesmo modo, usaram o argumento da moral para defender que as mulheres se sentiriam mais à vontade em se tratar com outra mulher. Com isso, as médicas já possuíam um público específico para o cuidado, e isso deixava os médicos temerosos.

Vimos que Ermelinda casou-se com seu professor e médico, o Dr. Eduardo Sá. Com isso, ao iniciar seu ofício ela contou com a vantagem de trabalhar juntamente com seu companheiro, que possuía contatos e reconhecimento na área. Não quero dizer que ela se casou por interesse, mas sem dúvidas, ter seu nome associado a uma figura renomada na medicina valorizou Ermelinda na profissão. Diferente de suas colegas de profissão, Ermelinda contou com essa vantagem.

A pesquisa, por meio das fontes e bibliografia consultada teve como proposta apreender como os periódicos cariocas discorreram sobre a formação em medicina de Ermelinda Lopes de Vascellos e recuperar as discussões referente à inserção feminina nos cursos superiores dentro de um contexto maior de disputa por direitos. Com isso, busquei contribuir de alguma forma na escrita da história das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Acervo da Hemeroteca digital

- A EDUCAÇÃO DA MULHER. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1888.
- A FAMÍLIA, São Paulo, n. programa, 1888.
- A FAMILIA, São Paulo, 29 de dezembro de 1888.
- A DOUTORA ERMELINDA DE VASCONCELLOS. In.: *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1889.
- A DOUTORA GENEROSO ESTRELLA. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, Ano.: 4, n. 23, dez., 1882.
- A MÃE DE FAMILIA, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1888.
- AMARANTE. Dra. Ermelinda de Sá. In.: *O álbum*. Ano I, n. 15, abr. 1893.
- A MULHER MEDICA. In.: *A Família*, São Paulo, 9 de fevereiro de 1889.
- A MULHER NA MEDICINA. In.: *A Família*, São Paulo, 2 de março de 1889.
- A MULHER NA MEDICINA. In.: *A Família*, São Paulo, 9 de março de 1889.
- CARTAS FEMININAS. In.: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1887.
- CHRONICA DA SEMANA. In.: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1888.
- DE PALANQUE. In.: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1888.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 6 de março de 1889.
- DIARIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1889.
- DIÁRIO DO BRAZIL, Rio de Janeiro, 23 e 24 de fevereiro de 1883.
- EDUCAÇÃO DA MULHER. In.: *A Mãe de família*, Rio de Janeiro, ano: 7, n.: 7, abr., 1885.
- FOLHETIM. In.: *Brazil-Medico*, Rio de Janeiro, ano III, jan., 1889.
- GAZETA DA TARDE, 10 de julho de 1880.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1882.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 de setembro de 1883.
- GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 6 de março de 1889.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA, Salvador, v. 74, n.1, 2004.
- JURY. In.: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1899.
- LIGA FLUMINENSE PARA O PROGRESSO FEMININO. In.: *O Fluminense*, Niterói, ano: 45, n. 12.072, ago., 1922.

NOTICIARIO. In.: *O Paiz*, Maranhão, 21 de janeiro de 1889.
O FLUMINENSE, Niterói, 18 de julho de 1886.
O FLUMINENSE, Niterói, 26 de outubro de 1888.
O FLUMINENSE, Niterói, 4 de dezembro de 1888.
O FLUMINENSE, Niterói, 7 de dezembro de 1888.
O FLUMINENSE, Niterói, 21 de dezembro de 1888.
O FLUMINENSE, NITERÓI, 23 DE ABRIL DE 1932.
O PAIZ, Maranhão, 21 de janeiro de 1889.
O PAIZ, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1891.
PALESTRA DO MÉDICO. In.: *A Mãe de Família*, Rio de Janeiro, Ano.: 1, n. 1, jan., 1879.
PRIMEIRAS BACHAREIS. In.: *A Republica*, Curitiba, 21 de dezembro de 1888.
REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, ano 14, n. 539, 1889.
REVISTINHA. In.: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1889.

Arthur Azevedo: crônicas

A ESTAÇÃO, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1889. In.: SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). *Arthur Azevedo: crônicas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

A ESTAÇÃO, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1889. In.: SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). *Arthur Azevedo: crônicas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina

O PAIZ, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1899. In: GUIMARÃES, L. M. P.; FERREIRA, T.M.T. *Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina*. Niterói, v. 9, n. 2, 1. sem. 2009.

Revista HISED BR

BRASIL. DECRETO nº 7.247 DE 19 DE ABRIL DE 1879 – Carlos Leôncio de Carvalho.
Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf.

Bibliografia Geral

ABRANTES, Elizabeth Sousa. *'Mãe Civilizadora': A educação da mulher nos discursos feminista e antifeminista na primeira república*. XII Encontro Regional de História ANPUH/RJ – Usos do passado, 2006.

ALBUQUERQUE, Tereza Cristina Lopes. *A emparedada da rua nova e outras histórias: Práticas e representações da mulher na cidade do Recife (1870-1909)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.9, set., 2012.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Org.: Clara Araújo e Celi Scalon, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, Johny Santana. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. *Dimensões*, Espírito Santo, v. 33, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/9110>.

ARAÚJO, Tânia Rodrigues de (Org.). *As mulheres na carreira jurídica*. Rio de Janeiro: Manaim, 2002.

BERCHO, Carolina Fuzaro. As artes de curar: higiene e educação médica na sociedade imperial. In.: *Trilhas Pedagógicas*, v.3, n.3, ago. 2013.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*; tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.

BOCK, Gisela. La historia de las mujeres y la historia del género: aspectos de un debate internacional. *Historia Social*, Espanha, n. 9, 1991.

_____. La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional. *Historia Social*, n. 9. In.: *El género em história. Londres: Institute of Latin American Studies*, 2001.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. As faculdades de direito e o recrutamento de professores de ensino superior na Primeira República. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, Brasília, ano 32, n. 3, p. 749-769, Set./Dez. 2017.

BRENES, Anayansi Correa. História da Parturiação no Brasil, Século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 7 (2): 135-149, abr./jun., 1991.

BULCÃO, Renata. O carnaval carioca e a construção de uma identidade brasileira. *Textos escolhidos de cultura e artes populares*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, nov. 2011.

CANDEIAS, N.M.F. *10 anos da memória paulista*: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2002-2012). São Paulo: Escrituras, 2013. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Marie-Rennotte.pdf>.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORANDINI, Luiz Odaci. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, jan-jun/2005.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Você me conhece? " Significados do carnaval na Belle Époque carioca. *Projeto História*, n.13, São Paulo, jun. 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11259>.

DANTAS, Rodrigo Aragão. As transformações no ofício médico e suas relações com as artes de cura no Rio de Janeiro (1840-1889). In: VI Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/rodrigodantas.pdf>.

DAVIS, Natalie Zemon, "As mulheres por cima". In: _____. *Culturas do Povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>.

ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>)

FERREIRA, Luíz Otávio. "João Vicente Torres Homem: Descrição da Carreira Médica no Século XIX." *Physis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1994.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Educación de las mujeres brasileñas em el siglo XIX: uma lucha por la visibilidad. *Revista Historia de las Mujeres*, Lima, ano VIII, n. 87, jun. 2007.

FIGUEIREDO, B. G.: 'Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX'. *História, Ciências, Saúde* — Manguinhos, VI (2): 277-91, jul.-out. 1999.

GUIMARÃES, L. M. P.; FERREIRA, T.M.T. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 135-151, 1. sem. 2009.

JOSHI, Chitra. "Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho." *Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009, p. 158. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147>.

JUNIOR, Edivaldo Góis. *Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos*. X Simpósio Internacional – processo civilizador, 2007.

KLETEMBERG, D. F.; SIQUEIRA, M.T.A.D. A criação do ensino de enfermagem no Brasil. *Cogitare Enfermagem*, Paraná, v. 8, n. 2, p. 61-67, 2003.

LEAL, Carlos Eduardo. A Gazeta de Notícias. In.: *Verbetes CPDOC-FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%C3%8DCIAS.pdf>.

_____. O Fluminense. In.: *Verbetes CPDOC-FGV*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>.

LOBO, E., *et al.* “Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo de alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, p. 235-267, out./dez. 1971.

MAIA, Elias da Silva. *A Construção do Ensino Médico no Rio de Janeiro no Brasil Império*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos de Saúde Coletiva / Faculdade de Medicina / Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. In.: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011.

MARTINS, A.P.V. A obstetrícia e a ginecologia no Brasil. In: *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. A formação de parteiras na faculdade de medicina do Rio de Janeiro entre os anos de 1832 e 1839. In: Encontro Regional de História da ANPUH Rio, 16., 2014. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400192798_ARQUIVO_AformacaodeparteirasnaFaculdadedeMedicinadoRiodeJaneiroentre1832e1839.pdf>.

MEIRA, Sílvio. Teixeira de Freitas: o jurisconsulto do Império. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979. (Coleção documentos brasileiros, n. 185). In.: OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de; MIALHE, Jorge Luis. *História da Educação Jurídica e a Questão de Gênero: As primeiras bacharéis em Direito*. XXIV Encontro nacional do CONPEDI: História do Direito, 2015.

MENDES, M. I. NÓBREGA, T. P. O Brazil-Médico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan.-mar. 2008.

MINELLA, Luzinete Simões. Estudos sobre mulheres no campo da medicina: perfis e trajetórias nas interseções? In.: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012. *Anais...* Niterói: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012.

MIRANDA, A. G.; ABREU JR., J. M. C. Anna Turan Machado Falcão (1862-1940): a pioneira médica esquecida da Amazônia. *Revista Pan-Amazônica Saúde* [online]. 2012, vol.3, n.1, pp.11-17.

MOTT, M. L. B. . Gênero, Medicina e Filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, v. 24, p. 41-67, 2005.

MOTT, Maria Lucia de Barros. “Madame Durocher, modistas e parteira”. In. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 2, nº 3, 1994.

NASCIMENTO, M. I.G.; OLIVEIRA, E. B.; FRÍAS, J. A. Informações arquivísticas relacionadas à luta pelo sufrágio feminino nos arquivos do legislativo brasileiro. In.: *VII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Infromación, Documentación y Sociedad* (7shb), 2018.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. Paradoxos carnavalescos: a presença feminina em carnavais da Primeira República (1889-1910). *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Pernambuco, n. 31.1, 2018, p. 7. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24407>.

OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de; MIALHE, Jorge Luis. História da Educação Jurídica e a Questão de Gênero: As primeiras bacharéis em Direito. In: CONPEDI/UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara; (Org.). *XXIV Congresso Nacional do Conpedi - UFMG/FUMEC /Dom Helder Câmara História do Direito*. 1ed.Florianópolis - SP: Conpedi, 2015.

OLIVEIRA, José Sebastião de; TOFFOLI, Vitor. O ensino jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade. In: *XXI Encontro nacional do CONPEDI: Sistema jurídico e Direitos fundamentais individuais e coletivos*, 2012.

OLIVEIRA, K. R. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina do século XIX através das páginas do jornal A Família*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

PASSOS, E. *De anjos a mulheres: ideologias e valores na formação de enfermeiras* [online]. 2nd ed. Salvador: EDUFBA, 2012, Disponível em: <http://books.scielo.org>.

PINSKY, Carla Bassanezi. (2009). Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos”. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), 2004.

_____. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, out. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200005&lng=pt&nrm=iso>.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. A Gazeta da Tarde e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: Anpuh, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428106071_ARQUIVO_AnaFlaviaM.Pinto-ComunicacaoAnpuh2015.pdf.

PORTO, F., CARDOSO, TC. “A luta das parteiras diplomadas pela prática da obstetrícia no Rio de Janeiro (Brasil)”. In.: *Enfermería Global*, n. 15, fev. 2009.

RAGO, Elizabeth Juliska. *Feminismo e Medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, 2005.

_____. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3): 985-993, 2008.

_____. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2), 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes – Mito e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, Gabriela. *Nas trincheiras da cura – as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.

- SANTO, T.B.E.; OGUISSO, T.; FONSECA, R.M.G.S. A profissionalização da enfermagem brasileira na mídia escrita no final do século XIX: uma análise de gênero. *Revista Latino-Am. Enfermagem*, USP, São Paulo, 19 (5), p. 1-7, set./out. 2011.
- SICILIANO, T.; BON, Olga. (Org). *Arthur Azevedo: crônicas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.
- SILVA, Alberto. A primeira médica do Brasil. Rio de Janeiro: Irmãos Pongenti, 1954. In: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7. ed, tomo I. Lisboa: Typ. de Joaquim Germano de Sousa Nevez, 1877.
- _____. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7. ed, tomo II. Lisboa: Typ. de Joaquim Germano de Sousa Nevez, 1878.
- SILVA, Arielle Farnezi. *Papéis para mulheres: Educação e abolição nas “Crônicas” de Arthur Azevedo (1885-1889)*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
- SCHETTINI, Cristiana Pereira. Os Senhores da Alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de uma história social da cultura*. Campinas: Ed. da UNICAMP, CECULT, 2002.
- SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma. “Entre o mundo da casa e o espaço público: um plesbício sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906)”. *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 2, n. 4, jan./abr 2018.
- SCOTT, Joan. “Gênero; uma categoria útil para análise histórica”. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Do original *Gender: An useful category of hystorical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991.
- SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência – Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.
- _____. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, nº 15, set/out/nov/dez. 2000.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.
- TORRES, Iranildes Caldas. “Poder e liberdade em Stuart Mill: a inclusão das mulheres nesse debate”. *Pensamento e realidade*, São Paulo, Ano V, n. 10, p. 62-77, 2002.
- TRINDADE, D. F. Desafios das primeiras médicas brasileiras, *História da Ciência e Ensino: Construindo interfaces*, PUC-SP, São Paulo, v. 4, 2011.

VIDIPÓ, George. Jornais neutros do Rio de Janeiro no século XIX. In.: V Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – ALCAR SUDESTA, 2018, Belo Horizonte. *Anais eletrônico...* Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/5o-encontro-2018/gt-historia-da-midia-impressa/jornais-neutros-do-rio-de-janeiro-no-seculo-xix/view>.

Sites:

Academia Nacional de Medicina

[http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=441&descricao=Joaquim+Candido+Soares+de+Meirelles+\(Cadeira+No.+01](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=441&descricao=Joaquim+Candido+Soares+de+Meirelles+(Cadeira+No.+01)

http://www.anm.org.br/academicos_atividade.asp#

[http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+\(Cadeira+No.63](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+(Cadeira+No.63)

[http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=81&descricao=Lea+Ferreira+Camillo-Coura+\(Cadeira+No.+82](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=81&descricao=Lea+Ferreira+Camillo-Coura+(Cadeira+No.+82)

http://www.anm.org.br/academicos_imortais.asp

Universidade Federal de Pernambuco

https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/1827-1927-primeiras-bacharelas/590249